



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS – PPGDT**

DISSERTAÇÃO

**ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA IGUAÇU (RJ):
AÇÃO PÚBLICA E SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DE UM
TERRITÓRIO AGROECOLÓGICO NA BAIXADA FLUMINENSE**

Ana Loreta Xenofonte de Pinho Paiva

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS – PPGDT**

**ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA IGUAÇU (RJ):
AÇÃO PÚBLICA E SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DE UM
TERRITÓRIO AGROECOLÓGICO NA BAIXADA FLUMINENSE.**

ANA LORETA XENOFONTE DE PINHO PAIVA

*Sob orientação da Professora
Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio*

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do Grau de **Mestre em
Desenvolvimento Territorial e Políticas
Públicas**, apresentado ao Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Territorial e
Políticas Públicas da Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Área de Concentração
em Desenvolvimento Regional e Políticas
Públicas.

Seropédica, RJ
Março de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P142e

Paiva, Ana Loreta Xenofante de Pinho, 1987-
ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA IGUAÇU (RJ) :
AÇÃO PÚBLICA E SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO
AGROECOLÓGICO NA BAIXADA FLUMINENSE / Ana Loreta
Xenofante de Pinho Paiva. - Seropédica, 2021.
117 f.: il.

Orientadora: Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Pós-graduação em Desenvolvimento
Territorial e Políticas Públicas, 2021.

1. Agroecologia. 2. Agricultura familiar. 3.
Território. I. Amâncio, Cristhiane Oliveira da Graça,
1975-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Pós-graduação em Desenvolvimento
Territorial e Políticas Públicas III. Título.

TERMO N° 631 / 2021 - PPGDT (12.28.01.00.00.00.11)

Nº do Protocolo: 23083.041667/2021-28

Seropédica-RJ, 15 de junho de 2021.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÉNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

ANA LORETA XENOFONTE DE PINHO PAIVA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre(a) no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 10/03/2021.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

CRISTHIANE OLIVEIRA DA GRAÇA AMÂNCIO. Dr.^a EMBRAPA
(Orientadora, Presidente da Banca)

ANA CRISTINA SIEWERT GAROFOLO. Dr.^a EMBRAPA

GUILHERME DE FREITAS EWALD STRAUCH. Dr. EMATER-RJ

(Assinado digitalmente em 24/06/2021 15:33)
CRISTHIANE OLIVEIRA DA GRAÇA AMÂNCIO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 020.506.354-35

(Assinado digitalmente em 13/09/2021 18:22)
ANA CRISTINA SIEWERT GAROFOLO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 160.714.998-28

(Assinado digitalmente em 15/06/2021 20:37)
GUILHERME DE FREITAS EWALD STRAUCH
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 693.400.487-68

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **631**, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **15/06/2021** e o código de verificação: **e012231e2c**

Eu dedico este trabalho à minha mãe, Fernanda Maria, com amor e saudade. À Maria da Glória, palavras não são suficientes para justificar os porquês. Às agricultoras e agricultores familiares que cultivam essa terra. E claro, à Aurora da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos aos trabalhadores e trabalhadoras rurais da Feira da Roça de Nova Iguaçu, por toda generosidade. Espero que esse trabalho esteja à altura da grandiosidade de vocês.

Ao apicultor Renato Baldez, pela a atenção, parceria e incansável escuta.

Aos técnicos da Emater-Rio, AS PTA Agricultura Familiar e Agroecologia e agentes da Comissão Pastoral da Terra, em especial Guilherme Strauch, Marcio Clemente, Maria Rosa (Mariella), Marcio Mattos e Soninha, grandes inspirações de luta e resistência.

À minha orientadora, Professora Cristhiane Amâncio, pelo privilégio de contar com seu apoio e olhar atento.

Aos docentes do PPGDT, por todo suporte nessa trajetória.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFFRJ), em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade .

Ao meu pai, Paulo César. Que sempre me ensinou o valor da simplicidade.

Ao meu irmão, José Neto. Um amor da vida toda.

À minha tia-mãe, Aparecida Maria. Obrigada por estar presente.

À amiga e pesquisadora Laís Silvéria, pelas valiosas contribuições.

Às minhas comadres Clara, Amanda e meu compadre João, fontes de muita força para a conclusão desse trabalho.

E à todas e todos que caminham junto comigo, porque eu não ando só.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

RESUMO

PAIVA, A. L. X. P. P. Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu (RJ): ação pública e sociedade na construção de um território agroecológico na Baixa Fluminense. 2021, 117p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

Esta pesquisa busca compreender como teoria e prática propostas metodologicamente pela Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu/RJ (EANI), a partir da sinergia entre ação pública e sociedade, contribuem para a estruturação de redes de aprendizagem mútua, para o fortalecimento da reprodução social da agricultura familiar agroecológica do município de Nova Iguaçu/RJ e para a permanência dos sujeitos envolvidos no território. O referencial teórico está fundamentado nas contribuições acerca dos sistemas alimentares, o desenvolvimento rural, a agroecologia, agricultura urbana e periurbana, o capital social, a capacidade de agência dos atores sociais e o território como espaço de relações, e formam o escopo para a análise dos resultados alcançados. A metodologia aplicada foi conduzida como um estudo de caso da experiência da EANI, baseada na aplicação de entrevistas semiestruturadas, utilizando a técnica de amostragem não probabilística da “bola de neve”, seguida da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Os resultados alcançados demonstraram que as relações estabelecidas entre a EANI, as organizações parceiras e os movimentos e associações da agricultura familiar da Baixada Fluminense, estão apoiadas pela ação extensionista da Emater-Rio em parceria com a CPT-Baixada, através de um processo de construção do conhecimento a partir da valorização das experiências vividas pelos próprios beneficiários da EANI na construção de um território agroecológico, desencadeando um processo de catalização da capacidade de agência dos atores da agricultura familiar e consequentemente induzindo o desenvolvimento local, frente as dificuldades de acesso às políticas públicas, ausência do poder público municipal e pela pressão urbana exercida sobre as áreas produtivas.

Palavras-chave: Agroecologia; Agricultura Familiar; Território

ABSTRACT

PAIVA, A. L. X. P. P. **School of Agroecology of Nova Iguaçu (RJ): public action and society in the construction of an agroecological territory in Baixa Fluminense.** 2021, 117p. Dissertation (Master in Territorial Development and Public Policies). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

This research seeks to understand how theory and practice methodologically proposed by the School of Agroecology of Nova Iguaçu/RJ (EANI), from the synergy between public action and society, contribute to the structuring of mutual learning networks, to strengthen the social reproduction of agroecological family farming in the city of Nova Iguaçu/RJ and for the permanence of the subjects involved in the territory. The theoretical framework is based on contributions about food systems, rural development, agroecology, urban and peri-urban agriculture, social capital, the agency capacity of social actors and the territory as a space of relationships, and form the scope for the analysis of the results achieved. The applied methodology was conducted as a case study of the EANI experience, based on the application of semi-structured interviews, using the non-probabilistic “snowball” sampling technique, followed by the content analysis proposed by Bardin (1977). The results achieved showed that the relationships established between EANI, partner organizations and family farming movements and associations in the Baixada Fluminense, are supported by the extension action of Emater-Rio in partnership with CPT-Baixada, through a construction process knowledge from the valuation of the experiences lived by the EANI beneficiaries themselves in the construction of an agroecological territory, triggering a process of catalyzing the agency capacity of family farming actors and consequently inducing local development, given the difficulties of access to public policies , absence of municipal government and the urban pressure exerted on productive areas.

Key-words: Agroecology; Family Farming; Territory;.

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

EANI – Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu
AS PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia
AFERNI – Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu
AFERQ - Associação da Feira da Roça de Queimados
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
APA – Área de Preservação Ambiental
APP – Área de Preservação Permanente
AUP - Agricultura Urbana e Periurbana
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CISV - Comunidade Empenho e Serviço Voluntário
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EANI – Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu
EBAA - Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIPERJ - Federação da Pesca do Estado do Rio de Janeiro
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMES - Fórum Municipal de Economia Solidária
FRNI – Feira da Roça de Nova Iguaçu
GT – Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONU – Nações Unidas
PAA Programa de Aquisição de Alimentos
PAM - Pesquisa Agrícola Municipal
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A
PCNI – Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
PD – Plano Diretor
PESAGRO - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PIB – Produto Interno Bruto
PNAE - Plano de Alimentação Escolar
PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar
RL – Reserva Legal
RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SM – Salário Mínimo
UC – Unidade de Conservação

UCs – Unidades de Contexto

URs – Unidades de Registro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS, MAPAS E TABELAS

- Figura 1: Fluxograma das etapas envolvidas na transformação de sistemas alimentares
- Figura 2: Contextualização temporal EANI
- Figura 3: Temas abordados pelo curdo da EANI
- Figura 4: Aula prática do curso de agroecologia da EANI.
- Figura 5: Festa da Partilha da Sementes e Mudas de 2019
- Figura 6: Estrutura das barracas da Feira da Roça de Nova Iguaçu (RJ)
- Figura 7: Identidade visual da Feira da Roça de Nova Iguaçu (RJ)
- Figura 8: Feirantes da Feira da Roça de Nova Iguaçu (RJ)
- Figura 9: Aplicação da técnica “Bola de neve” para coleta de dados
- Figura 10: Sinergia das ações integradas da EANI que favorecem a formação de redes
- Figura 11: ATER na comunicação e construção do conhecimento no espaço da EANI.
- Figura 12: Dimensões da Agroecologia associadas às ações da EANI
- Figura 13: Elementos identificados a partir da aplicação da metodologia de análise de dados
- Gráfico 1: Contagem de habitantes por sexo – Nova Iguaçu 2010
- Gráfico 2: Valor arrecadado com a produção agrícola municipal de Nova Iguaçu (milhões) – 2017
- Gráfico 3: Área plantada ou destinada à colheita total (culturas permanentes e temporárias), série temporal 1988 a 2018 para Nova Iguaçu
- Gráfico 4 - Número de estabelecimentos agropecuários em Nova Iguaçu
- Gráfico 5: Número de estabelecimentos que receberam assistência técnica rural, por tipo/origem de assistência, Nova Iguaçu (2017)
- Mapa 1: Localização do município de Nova Iguaçu e principais vias de acesso
- Mapa 2: Área das propriedades agrícolas e edificações agropecuárias
- Mapa 3: Unidades de conservação municipais, estaduais e federais em Nova Iguaçu
- Mapa 4: Uso e cobertura do solo no município de Nova Iguaçu
- Mapa 5: Áreas ocupadas por propriedades rurais dentro ou próximas às Unidades de Conservação
- Mapa 6: Abrangência dos municípios atendidos pela EANI entre 2007 e 2010
- Mapa 7: Abrangência dos municípios atendidos pela EANI entre 2007 e 2020
- Tabela 1: Tabela de Categorias

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS PARA A COMPRESÃO DAS AÇÕES COLETIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E O TERRITÓRIO.....	6
1.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DE UM SISTEMA ALIMENTAR.....	6
1.2 DESENVOLVIMENTO RURAL: DE OUTRAS RURALIDADE À DEFINIÇÃO DE UM CONCEITO	12
1.3 UMA ABORDAGEM SOCIOTÉCNICA DA AGROECOLOGIA.....	20
1.4 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: UM ESPAÇO DE EXPRESSÃO RURAL	25
1.5 CAPITAL SOCIAIS E CAPACIDADE DE AGÊNCIA	29
1.6 TERRITÓRIO: O LUGAR DA RELAÇÕES SOCIAIS.....	32
CAPÍTULO II - CARACTERÍSTICAS GERAIS E ASPECTOS DA AGRICULTURA DE NOVA IGUAÇU (RJ): O CONTEXTO DA ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA.....	36
2.1 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS MUNICIPAIS.....	36
2.2 HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU	38
2.3 ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA AGRICULTURA LOCAL.....	43
2.4 HISTÓRICO DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA E POLÍTICAS AGRÍCOLAS LOCAIS...	53
2.5 A ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA IGUAÇU (RJ)	55
2.6 A FEIRA DA ROÇA DE NOVA IGUAÇU: ASPECTOS DE UM ESPAÇO DE COMERCIALIZAÇÃO.	
	64
CAPÍTULO III – AÇÃO PÚBLICA E SOCIEDADE: IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA IGUAÇU (RJ)	69
3.1 METODOLOGIA APLICADA.....	70
3.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
ANEXOS	113
I. ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA TÉCNICOS DA EMATER-RIO, EMBRAPA AGROBIOLOGIA, AS PTA E INTEGRANTES DA CPT	113
II. ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AGRICULTORES DA FEIRA DA ROÇA DE NOVA IGUAÇU (RJ) EGRESSOS DA EANI	114
III. FOLDER DA FESTA DA PARTILHA DA SEMENTES E MUDAS	116
IV. FOLDER DE DIVULGAÇÃO DA FEIRA DA ROÇA DE NOVA IGUAÇU (RJ)	117

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto de um estudo de caso da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu (EANI), situada no município de Nova Iguaçu região da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. A EANI caracteriza-se como um espaço de formação agroecológica coordenado pelo escritório local da Emater-Rio em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Partimos do território como o lugar de construção das relações sociais e como a base analítica de investigação para compreendermos a construção de um território agroecológico, estruturado a partir das práticas sociais da agricultura familiar no município de Nova Iguaçu/RJ

A pressão exercida pela expansão dos loteamentos urbanos e o avanço dos processos de urbanização, relegaram à atividade agrícola da Baixada Fluminense um caráter secundário em relação às agendas de planejamento dos governos municipais. Reflexo dessa realidade, é o município de Nova Iguaçu/RJ, onde por interesses e divergências da política local, por muitos anos estabeleceu em seu Plano Diretor (PD) padrões exclusivamente urbanos de uso e ocupação do solo. Essa condição foi alterada a partir de 2008, após a revisão do PD, resgatando as zonas rurais e garantindo os direitos legais de seus ocupantes (SOUZA, 2013).

A partir do movimento do governo local e dos esforços empreendidos pelas associações e lideranças de produtores rurais do município, diferentes estratégias voltadas à manutenção das atividades agrícolas, com objetivo de alcançar autonomia na gestão das atividades no território, e minimizar os impactos da expansão urbana sobre áreas agricultáveis, foram iniciadas e são percebidas até hoje (MACHADO, 2010).

Para esta pesquisa, o rural e urbano, dentro das especificidades e heterogeneidades de suas relações, figura-se como objeto de investigação, partindo dos aspectos políticos e normativos e das análises empíricas de cada um. Para Monte-Mór (2006), é cada vez mais difuso e, de difícil identificação, definir as fronteiras do que o espaço urbano e do que o espaço rural tem se tornado.

Para o autor, tanto os adjetivos para cidade quanto para o campo não são mais conceitos puros, de fácil identificação ou delimitação, apesar da autonomia que recentemente ganharam no que diz respeito às relações culturais, socioeconômicas e espaciais entre os processos derivados de cada um (MONTE-MÓR, 2006). Em Nova Iguaçu/RJ, as áreas rurais estão concentradas nas regiões periféricas da cidade, em sua maioria próximas à Reserva Biológica Federal do Tinguá, conferindo à esses espaços

características de um processo definido como “urbanização extensiva” (MONTE-MÓR, 2006, p. 8), compreendido como as condições urbano-industriais de produção e reprodução para além das cidades e áreas urbanizadas.

Destas considerações surgem, entre outros aspectos, reflexões a respeito das noções praticadas sobre o desenvolvimento rural, e a partir de qual visão de território é possível realizar essas análises. Nesse contexto, a afirmação da agricultura familiar enquanto categoria política, com ênfase para o seu potencial como modelo social, econômico e produtivo, é um dos fatores que levaram a construção de uma nova percepção sobre o desenvolvimento rural, que é compreendido a partir da legitimação desse setor da agricultura e que está ligado à emergência dos movimentos sociais, ambientais e sindicais dos trabalhadores rurais (SCHNEIDER, 2010), e será adoto nesta pesquisa.

O estabelecimento de sistemas alimentares alternativos e as novas relações econômicas estabelecidas a partir desses sistemas, conotam ao desenvolvimento rural um viés mais territorial do que setorial ou temporal. A dinâmica territorial da agricultura está ligada à dimensão territorial do desenvolvimento e parte da ideia central de que o território não é somente a base física para as interações sociais entre indivíduos, empresas e organizações locais, e possui um tecido social estruturado por uma relação complexa, formado por ligações dinâmicas e diversificadas do meio rural com as cidades (ABRAMOVAY, 1999; ABRAMOVAY, 2000).

Considerando o objeto de estudo dessa pesquisa, descrito adiante, buscamos compreender a agroecologia a partir da concepção de que, esta tem se mostrado com uma alternativa para os produtores rurais, sobretudo em regiões susceptíveis a vulnerabilidades sociais e impactos ambientais, constituindo-se em suas áreas de ocorrência, como sendo um elemento importante para o desenvolvimento rural. Como um “campo social, técnico e político” (SCHMITT; GRISA, 2013, p. 17), a agroecologia articula distintos atores e saberes, como movimento, prática e ciência.

Ao se opor ao modo de produção agrário imposto pela cadeia alimentar verticalizada, desde as relações de produção e comercialização até as relações sociais, a agroecologia tem ressignificado a identidade de agricultores e agricultoras familiares inseridos em distintas realidades. Em outras palavras, são práticas e valores que unem os diferentes atores envolvidos em uma ou mais redes, criando formas de resistência política e cultural nos seus territórios e em defesa desses territórios.

Há hoje na Baixada Fluminense um conjunto amplo e diversificado de experiências sociais em agroecologia e, dentro da diversidade que o conceito agrupa, essas experiências são identificadas como rurais e urbanas, de produção e de consumo e agrícolas e não agrícolas, como é o caso dos quintais produtivos. Essas experiências são apoiadas por uma rede de organizações e instituições parceiras para sua reprodução e manutenção (PETERSEN, 2014).

Essas redes, resultam no estabelecimento de vínculos constituídos a partir de relações de confiança e reciprocidade, e segundo Freitas et al (2013), este é o elemento fundamental na manutenção dessas interações e oportunidades coletivas a partir dessas organizações. Entretanto, os autores ressaltam que isoladas, as redes sociais não garantem eficiência nas atividades econômicas e deste modo é necessário que haja “características que lhe confiram vantagens competitivas” (FREITAS et al, 2013, p. 180), tornando o capital social o fator que irá orientar tanto a atuação dos atores que compõem a rede quanto a sua regulação econômica.

Promover o protagonismo das organizações sociais junto aos movimentos de base da agricultura no território, é um importante avanço para a proposição de formatos institucionais e políticos para as políticas públicas, e neste contexto, faz-se necessário aproximar-las das diferentes realidades sociais com objetivo de favorecer a legitimidade dos próprios atores da sociedade civil dentro desses processos (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Nesse contexto, a justificativa inicial dessa pesquisa, refere-se à importância de analisar e compreender as sinergias e potencialidades entre iniciativas de ação pública do Estado, para formação e qualificação técnica para o segmento da agricultura familiar, em parceria com organizações da sociedade civil, organizações de agricultores e entidades de ensino e pesquisa. Estas iniciativas, mesmo que aparentam ser pontuais, se analisadas com mais profundidade podem visibilizar um processo de catalização da capacidade de agência dos atores da agricultura familiar e consequentemente indutora de desenvolvimento.

Desta forma, da análise e compreensão do alcance de experiências como a da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu (EANI), desde os aspectos metodológicos até as ações práticas no Rio de Janeiro, podem sugerir oportunidades de construção de políticas públicas de desenvolvimento territorial na baixada fluminense para a valorização da agricultura familiar e de sistemas alimentares localizados.

Outra justificativa importante, passa pela dimensão social dos sujeitos envolvidos, ao verificar um empobrecimento da comunidade rural nos municípios que compõem a Baixada Fluminense, devido à ausência de políticas públicas e programas específicos para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de um modo geral e, mais especificamente, dos pequenos produtores. Nesse sentido, alguns estudos no Brasil demonstram que experiências de ação coletiva com base na agroecologia são capazes de fortalecer a identidade social no meio rural, através da permanência de agricultores e agricultoras nos territórios e o estabelecimento de relações de produção e circulação mais justas e solidárias.

Para a construção do objeto de pesquisa, lançando mão de uma investigação teórica e da coleta de dados a campo, buscamos responder as seguintes questões: 1) uma iniciativa como a Escolinha de Agroecologia é capaz de promover a autonomia política e produtiva de agricultores e agricultoras familiares na Baixada Fluminense?; 2) essa iniciativa contribui para suprir a lacuna referente a escassez das políticas públicas efetivas para o escoamento da produção e acesso aos mercados?; 3) quais são as efetivas contribuições para o reconhecimento da agricultura familiar e as relações que a atravessam frente as agendas públicas?; 4) frente a esta realidade, quais seriam as redes de relações que se formaram a partir dessa iniciativa?

O objetivo é analisar o papel da EANI enquanto estratégia de fortalecimento e reprodução social da agricultura familiar agroecológica do município de Nova Iguaçu/RJ. Os objetivos específicos, estão localizados a partir: 1) da descrição das práticas coletivas dos alunos egressos da EANI, bem como seus processos de organização, ressaltando suas fragilidades e potencialidades, dado o alcance dessa experiência; 2) da análise e compreensão das sinergias e potencialidades entre iniciativas de ação pública do Estado para formação e qualificação técnica em parceria com organizações da sociedade civil, organizações de agricultores e entidades de ensino e pesquisa para o segmento da agricultura familiar e; 3) da identificação das contribuições da EANI para a reprodução e permanência da agricultura familiar na baixada fluminense, e a relação desses fatores com a construção de um território agroecológico.

A estrutura da dissertação em capítulos, permite uma apresentação expositiva e argumentativa sobre os objetivos propostos, e uma melhor compreensão da pesquisa realizada. Sendo assim, no Capítulo I, buscamos alinhar o referencial teórico ao objeto de estudo, possibilitando a identificação dos elementos fundamentais à compreensão do contexto histórico, político, econômico, social e ambiental sobre a relação sistemas alimentares, o desenvolvimento rural, a agroecologia, agricultura urbana e periurbana, o capital social, a

capacidade de agência dos atores sociais e o território como espaço das relações sociais, que formam o escopo teórico para a análise dos resultados alcançados.

No capítulo II, trazemos algumas informações específicas sobre as características gerais do município de Nova Iguaçu/RJ e aspectos da agricultura local. Por fim, apresentamos a experiência da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu (EANI), como elemento e prática estratégica, através da transição produtiva e incentivo à novas relações de produção e consumo locais, a partir do protagonismo dos próprios agricultores envolvidos com a iniciativa alicerçado no saber rural e familiar do município, e a relação desse espaço de formação com a Feira da Roça e Nova Iguaçu, enquanto espaço de comercialização da agricultura familiar agroecológica.

No capítulo III, buscou-se apresentar os métodos de análise utilizado ao longo da pesquisa, as ações da EANI que contribuem para a afirmação da identidade produtiva de agricultores e agricultoras familiares, as condições de existência da agricultura local, o fortalecimento de redes de organização social e a relação desses fatores com ações de ATER para a construção de um território agroecológico. Ao final, trouxemos algumas considerações a partir da análise do conjunto de conteúdo coletados nas entrevistas.

CAPÍTULO I – CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS PARA A COMPRENSÃO DAS AÇÕES COLETIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E O TERRITÓRIO

RESUMO

Este capítulo se propõe a alinhar o referencial teórico com o objeto de estudo, possibilitando a identificação dos elementos fundamentais à compreensão do contexto histórico, político, econômico, social e ambiental sobre a relação dos sistemas alimentares, o desenvolvimento rural, a agroecologia, agricultura urbana e periurbana, capital social e capacidade de agência dos atores sociais, e o território como espaço das relações sociais, formando o escopo teórico para a análise dos resultados alcançados.

ABSTRACT

This chapter proposes to align the theoretical framework with the object of study, enabling the identification of the fundamental elements for understanding the historical, political, economic, social and environmental context on the relationship of food systems, rural development, agroecology, urban agriculture and peri-urban, social capital and agency capacity of social actors and the territory as a space for social relations, which form the theoretical scope for analyzing the results achieved.

1.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DE UM SISTEMA ALIMENTAR

Presente em diferentes campos disciplinares, o debate sobre os sistemas alimentares compreende um conjunto de práticas, atores e instituições que estabelecem uma rede focada nas questões relativas à equidade social e sustentabilidade econômica e ambiental nas sociedades. Esse debate se torna cada vez mais relevante no sentido em que avançam as argumentações em torno do papel central da agricultura para a garantia da segurança alimentar, e para a conservação de agroecossistemas e a biodiversidade a eles associada.

Nesse sentido, esses sistemas surgem como uma resposta em oposição ao modelo hegemônico dos sistemas agroindustriais de produção de alimentos, adotados a partir do século XX, com objetivo de sanar a carência alimentar da população concentrada nas cidades baseado no aumento da produtividade.

Entretanto, PREISS (2020) considera que, esse modelo ao incorporar pacotes tecnológicos não adaptados as diferentes realidades de produção agrícola e, através do uso indiscriminado de agrotóxicos e insumos químicos, resultam, contrariamente, em insegurança alimentar e nutricional para grande parcela da população, e geram impactos negativos para o meio ambiente e para a biodiversidade.

Esse tipo de modelo, implantado nos sistemas agroindustriais, têm propiciado que sejam consumidos cada vez mais alimentos nocivos à saúde humana, sendo mais comumente consumidos, além dos alimentos com altas taxas de insumos químicos, mas também os alimentos ultra processados. Sobre essa última categoria o autor ressalta que:

“[...] são ricos em calorias, porém muito pobres em termos nutricionais. Considerando que esses alimentos tendem a ser mais baratos, tornam-se mais acessíveis do que alimentos frescos e de qualidade, em especial para aquelas pessoas em situação de vulnerabilidade social” (PREISS, 2020, p. 13)

Nesse contexto, a inter-relação entre produção e consumo traz a reflexão sobre os sistemas alimentares, partindo da análise que o aumento do número de habitantes e as suas consequentes demandas de consumo, causam impacto direto nos modelos alimentares adotados nas sociedades (PREISS, 2020).

A dimensão dos sistemas alimentares engloba em seu espectro de análise fatores como: agricultura familiar, agricultura urbana, cooperativismo, aproveitamento dos recursos naturais disponíveis, cadeias produtivas, instituições e governança, alimentação escolar e compras públicas, dentre outros (PREISS, 2020). A promoção de uma agricultura que seja praticada com objetivo de suprir a demanda nutricional da população de modo a garantir a segurança alimentar e beneficiar a saúde dos consumidores, além de promover a conservação do ecossistema mostra-se urgente nos dias atuais.

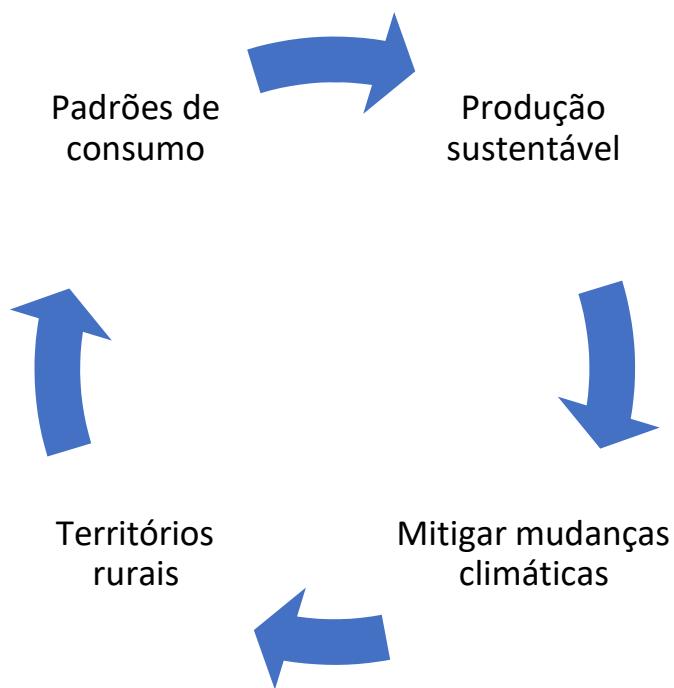
“[...] a transição para sistemas que sejam capazes de garantir a segurança alimentar e nutricional da população, com uso parcimonioso dos recursos naturais aliado à preservação ambiental e a estratégias de inclusão socioeconômica é, sem dúvida, um dos maiores desafios que este século apresenta.” (PREISS, 2020, pág. 14).

Para Caron et al (2020), a necessidade da transformação dos sistemas alimentares implica em uma mudança profunda no que diz respeito “aos paradigmas que orientaram as mudanças agrícolas do século XX” (CARON et al, 2020, pág. 26). Portanto, para os autores, ao nos reportarmos a transformação desses sistemas, estamos nos reportando também à necessidade de produzir resultados sociais, econômicos e ambientais, que incluem a erradicação da pobreza e mitigação dos impactos causados pelas mudanças climáticas, estando esses fatores associados às mudanças na agricultura e nos meios de subsistência da população rural.

Os autores identificaram quatro dimensões, que juntas configuram a transformação dos sistemas alimentares e que tem por finalidade alcançar os Objetivos

do Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹ em larga escala, “[...] a partir de um processo bem concebido e cuidadosamente planejado que envolva todas as partes interessadas” (CARON et al, 2020, p. 36). Sendo elas: uma mudança nos padrões de consumo dos alimentos, uma produtividade ecológica, a mitigação das mudanças climáticas e o renascimento dos territórios rurais.

Figura 1: Fluxograma das etapas envolvidas na transformação de sistemas alimentares



Fonte: a autora, 2020.

Primeiramente é destacada a importância da alteração nas relações de consumo alimentar em face da lógica onde o que será produzido no futuro depende do que é consumido, desperdiçado e/ou reciclado na atualidade, estando o consumo diretamente vinculado à produção, meio ambiente e principalmente à nutrição e a saúde.

A segunda dimensão diz respeito às mudanças sob o uso da terra para a produção de alimentos, assim como no processamento, distribuição e comercialização dos produtos

¹ 17 metas globais estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas para o desenvolvimento

sustentável através da agenda 2030 e acordados por 193 países.

agrícolas dentro de um processo que seja inclusivo, sustentável e nutricionalmente seguro, segundo os autores:

“A agricultura sustentável pode criar empregos decentes, apoiar o crescimento inclusivo, melhorar os meios de subsistência e adaptar-se às mudanças climáticas. Deve ser implementada de forma adequada a cada contexto.” (CARON et al, 2020, p. 34).

Fundamentais a estas etapas está à manutenção dos serviços ecossistêmicos saudáveis, que em termos de produtividade, deve ser pensado para as unidades produtivas já existentes e no que diz respeito ao aumento da produção, levando em consideração a multiplicidade da agricultura, e para os autores isso inclui “adaptação à e mitigação da mudança climática, gestão da biodiversidade, provisão de serviços ecossistêmicos³, geração de renda e sociedades justas” (CARON et al, 2020, pág. 34). Em termos práticos, a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, exige transformações nos sistemas agrícolas atuais.

A quarta e última dimensão identificada pelos autores é o renascimento dos territórios rurais, onde há influência das instituições políticas e do capital social local articulados para apoiar as transformações necessárias ao estabelecimento de novos padrões para os sistemas alimentares (CARON et al, 2020).

Triches & Schneider (2015) consideram que os diferentes modelos de desenvolvimento dentro do sistema capitalista, onde, em detimentos dos objetivos pode haver a priorização tanto da acumulação econômica quanto do bem estar social, moldam as mudanças entre produção e consumo e, os autores associam essas mudanças à hegemonia do sistema agroalimentar global baseado no distanciamento entre produtores e consumidores.

Por sua vez, o contra movimento que faz frente ao paradigma produtivista parte de uma mudança estrutural a partir dos atores envolvidos no processo de “institucionalização de um novo modelo agroalimentar” (TRICHES & SCHNEIDER, 2015, p. 59), onde o consumo está na centralidade de uma nova dinâmica da localização da produção e consequente valorização local, de fatores associados à qualidade dos produtos consumidos e da relação urbano-rural.

³ “Os serviços ecossistêmicos são os benefícios da natureza para as pessoas. Eles são vitais para o bem-estar humano e para as atividades econômicas” (MMA, 2020).

Como resposta à desconexão na cadeia alimentar, que é reflexo da supremacia imposta pela indústria de alimentos e à subordinação dessa ao mercado autorregulado que resulta em uma ruptura das relações econômicas entre pessoas e regiões, a ideia de reaproximação da produção e do consumo restaura a relação de confiança entre quem produz e quem consome em cadeias alimentares localizadas e a partir do estabelecimento de outros padrões de qualidade (TRICHES & SCHNEIDER, 2015).

Os autores reconhecem, apoiados pela aproximação analítica com a sociologia da alimentação, que uma mudança paradigmática para os sistemas alimentares implica na emergência de outros padrões de desenvolvimento rural, sendo as cadeias de abastecimento alimentar a essência desse processo, e envolvem o estabelecimento de novas redes e estratégias, o envolvimento de organizações e instituições e, a formulação de políticas voltadas à reconexão entre produção e consumo, dentro dos contextos sociais locais.

“Para que novas formas de produzir alimentos no meio rural passem a existir, é necessário que, paralelamente e ao mesmo tempo, desenvolva-se uma sociedade que seja capaz de consumir de forma diferente (TRICHES & SCHNEIDER, 2015, p. 71).

Iniciativas protagonizadas por grupos, associações, coletivos e diferentes atores têm confrontado, e ao mesmo tempo resistido, a uma cultura massificada de consumo, na busca pela origem e qualidade dos produtos e na relação desses com a identidade e a cultural de um território (TRICHES & SCHNEIDER, 2015).

Desse modo, podemos destacar que no Brasil há, mesmo que fragmentadas, a ocorrência dessas iniciativas da sociedade civil e do Estado para o estabelecimento de canais de comercialização para agricultores familiares, e o aumento da transição produtiva para sistemas orgânicos e agroecológicos, que impactam positivamente sobre as matrizes produtivas dos sistemas alimentares localizados.

Os programas federais de combate à insegurança alimentar e nutricional, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, e o Programa de Alimentação Escolar (PNAE), que por meio da Lei 11.947 de julho de 2003 determina que 30% da merenda escolar deve ser comprada da produção familiar, são importantes ferramentas para o fortalecimento da agricultura familiar através do poder de compra do governo.

Entretanto, atualmente, ambos os programas têm enfrentado cortes orçamentários e alterações na modalidade das compras, que altera também o perfil dos produtores beneficiários, prejudicando principalmente associações e cooperativas de produtores rurais, avançando na direção de um plano de desenvolvimento rural excludente.

Em um contexto de enfrentamento ao desmonte de programas e políticas públicas para agricultura familiar, que trazem impactos significativos para a produção agrícola, o estabelecimento de sistemas alimentares em escala de valorização local, que promovam articulações regionais no território a partir da construção de circuitos de proximidade de comercialização (CASSARINO & FERREIRA, 2013), são parte de um plano voltado ao desenvolvimento rural.

Nesse sentido, a agroecologia, como ferramenta para a formulação desses sistemas, além de contribuir para construção de mercados alternativos, também dialoga diretamente com as questões relacionadas à soberania alimentar e nutricional da população.

Em oposição às cadeias verticalizadas de produção de alimentos, o movimento agroecológico integra novas formas de comercialização criando condições de acesso a alimentos mais saudáveis e ecologicamente corretos, além de alternativas de comercialização desses produtos, indo de encontro a ideia de reaproximação de quem produz e de quem consome. Para Sevilla Guzmán e Soler (2010):

“[...] a estabilidade das formas de produção e vida camponesas e rurais depende de uma inserção estável em um sistema agroalimentar onde o equilíbrio de poder não subordine a produção agropecuária aos setores industriais e de distribuição comercial, em contraposição ao modo dominante na globalização”(SEVILLA GUZMÁN & SOLER, 2010, p. 205)

Os padrões impostos para a inserção ao sistema agroalimentar, tal qual está estruturado atualmente, e a concentração corporativa dos mesmos, estão de tal maneira estruturados que, atores importantes para produção e escoamento de produtos agrícolas sejam excluídos (PEREZ-CASSARINO, 2012) expondo, em certa medida, a ineficiência desses sistemas.

Ressaltamos a importância da análise e sistematização das iniciativas de sistemas alternativos para que seja possível a proposição, bem como a estruturação de sistemas alimentares que integrem as dimensões sociais, ambientais, econômicas, culturais e que estejam alinhados às relações de produção, processamento e escoamento da produção.

Em termos práticos, a agroecologia traz elementos concretos e tem muito a contribuir para a configuração de um processo para novos modelos de sistemas alimentares.

1.2 DESENVOLVIMENTO RURAL: DE OUTRAS RURALIDADE À DEFINIÇÃO DE UM CONCEITO

O conceito de desenvolvimento rural adotado, parte da concepção de análise a partir das ruralidades expressas no território da agricultura familiar, com base em suas relações culturais, e que fortaleçam a identidade social de agricultores e agricultoras agroecológicos. Desse maneira, esse escopo teórico tem o objetivo de ampliar a noção do rural, que está frequentemente limitada pelas dimensões geográficas de localização e densidade populacional, ao não considerar a ocupação histórica do território e os aspectos geográficos, morfológicos e principais eventos econômicos e sociais das regiões, dentro dos vieses de análise (KAGEYAMA, 2008).

O período de transição democrática no Brasil, iniciado a partir da década de 1980, é o escopo para a análise do surgimento de uma nova concepção sobre o desenvolvimento rural e sobre uma outra ruralidade no país. Isso porque, é durante este período que ocorreu um aumento da participação popular, consolidada pela Constituição Federal de 1988, seguindo uma tendência de descentralização nas tomadas de decisão e formulação de políticas públicas. O que resultou na implantação de uma agenda pública a partir de novos arranjos, protagonizados por movimentos populares, ONGs, instituições acadêmicas e de pesquisa, a legitimação da população agrícola e o reconhecimento de suas demandas (ROLNIK, 2009).

No Brasil, o modelo de desenvolvimento rural foi estruturado sob um viés setorial a partir do olhar sobre o processo modernização da agricultura. O Estado com apoio das oligarquias rurais, promoveram uma reorganização da agricultura a partir de ações intervencionistas, dinamizando uma nova dinâmica de produção agrícola, caracterizada por padrões de dominação, concentração, centralização e desigualdade no campo, característicos do período chamado de “Modernização Conservadora” (SILVA, 2007).

Este modelo, manteve as características da estrutura agrária do país desde a colonização, baseadas na intensificação produtiva para atender as demandas externas, no incentivo às grandes monoculturas e à estrutura latifundiária, e na subordinação dos/as pequenos/as produtores/as às grandes propriedades (SILVA, 2007).

Consequência dessa modernização conservadora e das transformações tecnológicas, houve uma concentração fundiária geradora de uma disparidade de direitos, principalmente de acesso ao crédito (SILVA, 1996). Nesta perspectiva, pequenos agricultores encontraram, e ainda encontram, grandes dificuldades em acessar a terra.

Para Veiga (1997), o desenvolvimento rural pode ser entendido como uma das qualificações do desenvolvimento que surgiram ao longo dos anos, a exemplo dos termos “desenvolvimento social” ou “desenvolvimento humano”, assim como surgiram também alguns cortes setoriais e espaciais, como agrícola, industrial, florestal, pesqueiro, turístico ou rural, urbano, costeiro, etc.

Seguindo este mesmo referencial teórico, Navarro (2001) aponta que o desenvolvimento rural, enquanto um subtema imediatamente derivado da noção de desenvolvimento, se tornou um dos mais importantes eixos das políticas governamentais e dos interesses sociais, propulsor de um compilado de debates teóricos.

Nesse sentido, Schneider (2003) ressalta que:

“desenvolvimento rural é definido como um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais” (SCNEIDER, 2003, p.11).

Segundo o autor, A virada do século marcou um período de introdução de novas temáticas ao debate sobre o desenvolvimento rural, como a sustentabilidade nas unidades produtivas, as relações entre agricultura e a cidade, as questões de gênero, a pluriatividade na agricultura, o empreendedorismo, a ascensão do enfoque territorial, novos circuitos de comercialização e construção de novos mercados, que corroboram para construção de um novo paradigma do desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2003).

Em síntese, a preocupação com a pobreza no meio rural, questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental (SCHNEIDER, 2003).

No entanto, definir o desenvolvimento rural como conceito unificado, ainda é tarefa complexa, apesar de muito difundido, empregado e abordado por diversas perspectivas teóricas. Os trabalhos de Ploeg (2000; 2008; 2009; 2011) trazem importantes considerações sobre a construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural tendo como ponto de partida o debate sobre a mercantilização da agricultura e do meio rural no decorrer dos anos 2000.

A emergência de novas dinâmicas de desenvolvimento rural representa um “realinhamento da agricultura para ir ao encontro das rápidas mudanças nas necessidades e expectativas da sociedade”, com objetivo de criar alternativas que satisfaçam o desejo de fortalecimento da autonomia dos atores envolvidos (VENTURA; PLOEG, 2010).

Ao apresentar outra visão sobre o desenvolvimento rural, como um retorno às contradições trazidas pela modernização, o autor afirma que:

“o desenvolvimento rural consiste, basicamente, em um conjunto de respostas mais ou menos coerentes às falhas de mercados. Estas respostas, sobretudo, embora não exclusivamente, implicam e evoluem através da construção de novos mercados e/ou novos padrões de governança para os mercados existentes” (PLOEG, 2011, p. 122)

Entendemos que a compreensão sobre o que é desenvolvimento rural, apesar de ser um conceito consolidado sobre um referencial teórico extenso, é complexa e atravessada por um movimento de ressignificação conceitual com base em fatores políticos, econômicos e normativos. E desse modo, estes fatores têm fundamentado o pensamento sobre o tema no Brasil, após um período no qual as teorias de modernização e avanços tecnológicos foram, até recentemente, as justificativas para alguns processos estruturantes nas sociedades, dado um padrão de desenvolvimento com origem nos núcleos urbanos que se expandiu e foi imposto às áreas rurais.

Isto posto, Furtado (1961) destaca que, foi estabelecido uma ideia geral de que o desenvolvimento, da forma como foi propagado, não integrava a agricultura enquanto um setor produtivo, com a justificativa de que esta não trazia contribuições ao desenvolvimento econômico do país.

Essa condição, relegou aos sistemas agrícolas tradicionais uma condição de não desenvolvidos quando comparados aos meios de produção industriais, característicos das regiões urbanizadas e formando um cenário de oposição do rural e do urbano, conotando ao primeiro uma característica de problema social a ser solucionado pelos governantes (FURTADO, 1961).

Ou seja, o meio rural, seria então uma extensão dos modos de vida urbanos, condicionado aos fatores industrializantes, ao absorver os pacotes tecnológicos de produção impostos pelo modelo desenvolvimentista. A expansão da urbanização e o esforço para modernizar a agricultura conferiram ao setor características de uma ruralidade que reflete a interdependência de forças sociais, associadas à transição de uma

economia historicamente agrário exportadora para uma economia fortemente industrializada (FURTADO, 1961)

Partindo de um “recorte rural-urbano” e das particularidades sociais e espaciais de cada um, dentro desse contexto, Wanderley et al (2013), destacam que há uma relação de complementaridade entre ambos, assim como a emergência de uma outra ruralidade e não o fim do mundo rural. Assim, a ruralidade pode ser entendida como sendo uma maneira de organização da vida social, considerando o acesso aos recursos naturais e o direito à cidadania, a partir de uma estrutura social em categorias, sedimentando esse modo de vida em decorrência dos valores culturais, abrindo um leque de particularidades e especificidades (WANDERLEY et al, 2013).

Outrossim, é importante atentar-se nessa análise, para as diferenças presentes nas representações sociais dos espaços rurais e urbanos e defende a hipótese sobre a permanência do mundo rural, em oposição a corrente de estudiosos que afirma que a dicotomia campo-cidade tende a privilegiar a cidade e a urbanização completa do campo, ao prever o fim do rural (WANDERLEY, 2000).

As diferenças presentes nas representações sociais dos espaços rurais e urbanos, repercutem diretamente sobre as identidades sociais de indivíduos e grupos tanto do campo quanto da cidade. Nesse sentido, o enfoque territorial, ao definir as fronteiras entre o rural e o urbano, promove um campo fértil para interpretação da ruralidade que sofre transformações de ordem econômica, social, cultural e ambiental e para o desenvolvimento rural (WANDERLEY, 2000).

Deste modo, o desenvolvimento rural, a partir da valorização da ruralidade de cada localidade, é considerado como uma dimensão que incorpora fatores que promovem a melhoria das condições de vida da população rural, a partir de condicionantes que expressem as características e especificidades locais, que envolvam aspectos econômicos, sociais e de diversificação das atividades geradoras de renda (KAGEYAMA, 2008).

A ruptura com o discurso hegemônico e a afirmação de uma nova noção sobre o desenvolvimento rural configuram, segundo Wanderley (2000), um novo pensamento sobre o desenvolvimento rural, que está em oposição a uma visão habitual e imperante.

“[...] a manifestação da nova ruralidade – se fez sob o “comando da terra” e em coerência com o peso histórico que a concentração fundiária desempenhou na conformação das configurações territoriais das regiões interioranas” (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p.447).

Em vista destas considerações, identificamos que está em curso uma mudança, atual e significativa, no direcionamento do debate sobre os modos de reprodução do meio rural, onde a agricultura e os agricultores, dentro de suas heterogeneidades e especificidades, estão no centro de um novo entendimento sobre o desenvolvimento rural, focado no fortalecimento através, tanto das políticas para a agricultura familiar quanto ações voltadas à reforma agrária, como para segurança alimentar e nutricional da população rural.

E nessa conjuntura, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, é considerado como importante marco legal e a principal política pública destinada aos pequenos agricultores no Brasil. O programa surge em um contexto em que ainda não havia um conceito definido sobre o que era a agricultura familiar no Brasil, que dificultava a compreensão do público alvo do programa, e não possibilitando que dados e critérios específicos fossem mensurados de forma efetiva, tornando-se uma política pública passível de ineficiência.

Inicia-se então, a construção de um pensamento sobre a agricultura familiar que se torna uma constante nos anos 1990 e que ganha em 2000 ares de devida importância institucional. Tentaremos, neste momento, debater brevemente sobre o fio condutor que nos leva a categorizar os atores envolvidos nessa pesquisa como agricultores familiares.

Nos anos 2000, dois importantes trabalhos teóricos foram lançados e se tornam marcos para o entendimento sobre o segmento da agricultura familiar no Brasil consequentemente sobre as políticas públicas voltadas às suas demandas. O primeiro deles intitulado, “Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto” (GUANZIROLI et al, 2000), foi publicado como fruto do Projeto de Cooperação Técnica entre o INCRA e a FAO, com objetivo de dimensionar e compreender a agricultura familiar no Brasil, dada a ausência de um consenso metodológico até aquele momento. O segundo, “Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI” (GUANZIROLI et al, 2001), lançado em 2001, aprofundou a metodologia utilizado no trabalho anterior e reforçou a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural do país, até chegar a uma interface da lógica da agricultura familiar e de reforma agrária. Em um contexto onde os movimentos sociais de luta pela terra, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), estavam pautando a reforma agrária na agenda pública.

“É preciso ter claro que a verdadeira reforma agrária tem como objetivo estratégico elevar a agricultura familiar à protagonista do processo de geração e distribuição de riqueza no mundo rural. O fortalecimento da agricultura familiar e reforma agrária devem caminhar para isso, na mesma direção dando capacidade ao meio rural e à agricultura de expandir sua contribuição para o desenvolvimento nacional” (GUANZIROLI et al, 2001, p. 250).

Havia até então um vazio conceitual, que acarretava uma dificuldade institucional de criar políticas públicas para a categoria, que viria a ser reconhecida como agricultura familiar, e que pôde ser preenchido, dentre outras contribuições, a partir do lançamento dos trabalhos acima citados. Assim como a lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Resumidamente, essa lei define como sendo agricultor familiar, aqueles que atendem alguns requisitos preconizados na lei, como por exemplo, a propriedade não pode possuir mais que quatro módulos fiscais⁴, utilizar predominantemente mão de obra familiar nas atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento, etc.

A partir de então, o Censo Agropecuário de 2006, pela primeira, vez trouxe dados agregados para o que passou a ser conhecido como agricultura familiar, e posteriormente no Censo Agropecuário de 2017 onde foi constatado que, à época, 67% da população envolvida com atividades agropecuárias no país são agricultores familiares, o que equivalente à aproximadamente 10 milhões de pessoas (IBGE, 2006; 2017).

Dada à expressividade da produção familiar agrícola no Brasil, cabe ressaltar a partir de uma análise empírica, que esse segmento cada vez mais tem incorporado, na sua lógica produtiva, os princípios da produção de alimentos livres dos pacotes tecnológicos impostos pelo padrão de produção convencional, e são estes mesmo agricultores e agricultoras que produzem dentro dos princípios da agroecologia ou que estão em transição.

Feitas as considerações, acerca da institucionalização da agricultura familiar como categoria, e frente à necessidade de inserção nas agendas públicas e na formulação de políticas de incentivo ao desenvolvimento rural do país, ressaltamos que, para esta pesquisa optamos pela apresentação da agricultura familiar como sendo uma categoria analítica que incorpora a agricultura camponesa.

⁴ Módulos fiscais são uma unidade de medida dada em hectares e têm seus valores definidos pelo INCRA considerando propriedades específicas de cada município e que sejam expressivas às formas de produção locais.

Etimologicamente o termo “camponês” faz referência àquele que vive no campo e pertencente ao campo, ou seja, existem símbolos materiais e sociais entre sujeito e espaço, desenvolvendo as relações de pertencimento com o lugar e a cultura local. Camponeses em sua essência praticam a agricultura familiar e isso significa que a mão de obra envolvida na produção é da própria família e da comunidade em que estas famílias estão inseridas, no geral dentro de relações recíprocas de colaboração e solidariedade (HILMI, 2012).

Ploeg (2009) afirma que fundamentalmente a agricultura camponesa está baseada na relação dual de trabalho e sustento, e desta maneira a produção está diretamente ligada às relações sociais, a autonomia e a relação com o ecossistema. A partir da década de 1990 os conceitos de agricultura camponesa e agricultura familiar sofreram alterações que estimularam o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas em diferentes áreas do conhecimento.

Para Oliveira (1991), a agricultura camponesa não está focada única e exclusivamente nos mecanismos capitalistas de mercado, mas sim centrada na busca da autonomia e recuperação de identidade camponesa, ou seja, o movimento camponês está ligado ao resgate dessa autonomia frente à expropriação de terras e da própria condição camponesa.

Wanderley (2003), faz referência à aceitação de determinadas tipologias dialéticas existentes no esforço em compreender um camponês que se reconhece como agricultor familiar, o que a priori pode soar como uma contradição. A autora afirma que:

“(...) o conceito de agricultura familiar (e de agricultor familiar) é pertinente para a compreensão do ator social a que estamos nos referindo. Mesmo sendo uma identidade “atribuída”, na maioria dos casos, ela é incorporada pelos próprios agricultores e à diferença de outras denominações impostas de fora (agricultor de baixa renda, por exemplo), ela aponta para qualidades positivamente valorizadas e para o lugar desse tipo de agricultura no próprio processo de desenvolvimento” (WANDERLEY, 2003, p. 58).

Ou seja, na medida em que se considera que eles aceitam a atribuição de agricultor familiar, há a possibilidade de se pensar, de maneira equivocada, que são vítimas de um processo de apagamento de identidades e subordinação aos mecanismos do capital e do grande capital. Agricultores e agricultoras não são personagens passivos, sem resistência diante das forças avassaladoras que vem de cima para baixo e que impactam na vida destes sujeitos. Deve-se levar em consideração o fato destes sujeitos construírem a sua história em um emaranhado de campos de forças, onde eles recorrem às suas próprias

experiências camponesas como podem se adaptar às provocações e desafios do desenvolvimento rural (WANDERLEY, 2003).

Deste modo, o fio condutor dessas formulações deve-se não à diferença entre as categorias de renda, mas sim a capacidade de resistência e adaptação das transformações sociais. O que nos auxilia a lançar luz a um problema de aceitação ou não de determinadas tipologias na dialética presente, para nós pesquisadores, quando enxergamos um camponês que se reconhece como agricultor familiar, o que a priori pode soar como uma contradição.

O camponês, a partir da legitimação da relação cultural e material com o espaço de produção, como modo de vida incorporado à categoria da agricultura familiar, passou a ser considerado, durante a primeira metade da década de 1990 no Brasil, como uma categoria política. Constituindo-se como sendo um dos fatores fundamentais para a construção de uma percepção sobre o significado do desenvolvimento rural ao ser encarada dentro do “seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira” (SCHNEIDER, 2010 p. 515).

A agricultura familiar torna-se o centro deste novo paradigma que se forma sobre o desenvolvimento rural, fazendo frente aos entraves atuais de produção e de consumo de alimentos. A reconquista da autonomia dos pequenos produtores rurais, têm associação direta com a implementação de políticas públicas nas esferas locais e regionais com impacto direto nacionalmente, que tem como alguns dos desdobramentos diretos a valorização e o reconhecimento, social e normativo, dos métodos de produção destes agricultores e com suas identidades agrícolas.

Neste contexto, Ploeg (2008) considera que os objetivos do desenvolvimento rural quando bem planejados tendem estimular um processo capaz de modificar a realidade rural, ao promover a criação de novas dinâmicas de produção, distribuição e consumo que representam resiliência, resistência e autonomia no campo. Assim sendo, para o autor, o desenvolvimento rural é um processo multidimensional de revitalização do rural, o que o torna mais atrativo e acessível para sociedade como um todo.

Ploeg et al (2008), definiram seis dimensões que apresentam o desenvolvimento rural como uma alternativa ao padrão de desenvolvimento capitalista modernizador, sendo: a endogeneidade, a sustentabilidade, o capital social, a criação de novidades, a governabilidade dos mercados, e os novos arranjos institucionais.

Estas são, portanto, as dimensões do desenvolvimento rural que formam o que os autores chamam de “rede rural”, que quanto mais forem expressas, mais articulada estará

a “rede rural”, resultando em um maior dinamismo das economias regionais (PLOEG et al, 2008).

Para os autores, a formação de redes e a relação com o desenvolvimento rural tem impacto direto no território, no contexto da organização e da dinâmica produtiva e socioambiental onde estão localizadas. As formas de socialização dos atores através da afirmação de suas identidades resultam numa maior participação deles no processo de desenvolvimento, ampliando as estratégias conjuntas das organizações sociais de trabalhadores rurais e organizações governamentais e não governamentais em prol de uma nova lógica de reprodução econômica e social para a agricultura familiar regionais (PLOEG et al, 2008).

Deste modo, entendemos que, ao propor novas estratégias para os sistemas de produção e comercialização locais, há a tendência de uma integração de novos mercados e a formação de novos arranjos institucionais, em decorrência do surgimento de demandas específicas de produção assim como da valorização da agricultura local através do seu reconhecimento.

A dimensão territorial do desenvolvimento está, portanto, na legitimação do território como um conjunto de relações para além da lógica setorizada de produção agrícola ao potencializar a diversificação produtiva, o que amplia as fontes de geração de renda e de ocupação.

Em outras palavras, estas transformações são indicadores de distintos níveis de entendimento sobre o desenvolvimento rural ao observarmos as mudanças que ocorrem no rural assim como no urbano e que potencializam a expressão das ruralidades no território enquanto uma construção social importante para manutenção da cultura agrícola local.

1.3 UMA ABORDAGEM SOCIOTÉCNICA DA AGROECOLOGIA

O enfoque da agroecologia como um ideário de produção, apresenta-se a partir de uma abordagem crítica ao sistema produtivo dito “convencional” de uma agricultura modernizada e industrial. Dentro dessa perspectiva, agricultores e agricultoras familiares de base camponesa, são sujeitos essenciais à compreensão do lugar da agricultura nesse processo (FACCO, 2015).

Sob o entendimento dos modos de vida para esse segmento, a agroecologia abarca em suas especificidades, em defesa da agricultura camponesa, as questões

ambientais, de produção e comercialização de alimentos e produtos agrícolas, e direciona o debate para os conflitos ambientais e agrários no campo e na cidade. E nesse sentido, a emergência das lutas reivindicatórias dos movimentos sociais e o engajamento da extensão universitária, tornou a construção do conhecimento agroecológico, tema recorrente para a sociologia rural e outros campos do conhecimento científico, promovendo a ampliação das possibilidades de investigações sobre os seus conceitos e aplicações.

Nesse contexto, a efervescência das pautas ambientalistas e a discussão em torno da preservação dos recursos naturais, durante os anos 1970, é considerado um marco temporal sobre a contemporaneidade da utilização do termo “Agroecologia” (HECHT, 1989), como objeto de estudos e pesquisa no meio acadêmico.

“[...] este novo campo de estudo busca a integração e a articulação de conhecimentos e saberes relativos a diferentes disciplinas e a distintas ciências, que aqui exemplificamos com contribuições vindas da “Física”, da “Economia Ecológica e Ecologia Política”, da “Ecologia e Agronomia”, da “Biologia”, da “Educação e da Comunicação” e da “Historia, da Antropologia e da Sociologia”.” (CAPORAL et al, 2005, p. 4)

Assim, compreendemos que, a agroecologia antes de ser uma ciência do século XX e prática agrícola reconhecida e explorada pela academia é, sobretudo, um legado histórico e um patrimônio preservado por camponeses ao redor mundo (EDUARDO, 2014) e, portanto, tem sua origem em suas próprias raízes.

Para Altieri (2012), esse patrimônio agrícola que tem sido preservado ao longo dos séculos, na salvaguarda de sistemas agrícolas diversificados, complexos e adaptados às condições locais onde são desenvolvidos, muitas vezes são transmitidos através do conhecimento empírico de geração em geração, pela tradição oral e que provêm serviços culturais e ecológicos não só para as populações rurais, mas para toda humanidade.

Considerando que a agroecologia é uma importante ferramenta para o desenvolvimento de agroecossistemas mais sustentáveis e socialmente mais justos, através dos princípios fundamentais dos métodos tradicionais de agricultura empregados por camponeses, estabelece-se uma melhor relação entre homem e natureza na utilização e conservação da biodiversidade dentro das unidades produtivas (ALTIERI, 2012).

Segundo o autor, os agroecossistemas são definidos a partir das características próprias de cada região, e estão condicionados a uma gama de variantes locais como: clima, solo, tecido sociais, relações culturais e econômicas e, a própria história do local. Sendo assim, para que o estabelecimento de uma atividade de produção agrícola em

determinado agroecossistema, faz-se necessário que sejam priorizados a produção que utilize insumos locais disponíveis de terra, mão-de-obra e capital (ALTIERI, 1999).

Nesse sentido, a construção de um “diálogo de saberes” (ALTIERI, 2012, p. 166) entre profissionais das ciências agrárias e da ecologia e agricultores tradicionais, é fundamental, praticando a premissa de que devem fazer parte do processo de desenvolvimento aqueles que detêm o conhecimento.

A agroecologia, como uma alternativa à lógica exploratória da agricultura industrial, não se destina apenas a promover e sistematizar práticas agrícolas em acordo com o equilíbrio ambiental, mas também preconiza a equidade nas relações sociais e, com isso, faz frente às desigualdades oriundas da estrutura capitalista-industrial (ALTIERI, 2012).

Para as autoras Fontoura & Naves (2016), é um movimento e apresenta uma vertente contra hegemônica e de resistência às práticas e tecnologias difundidas pelo agronegócio. Isso por que, em decorrência do processo de afirmação da identidade dos atores envolvidos ocorre uma mudança nas relações de poder a partir da articulação entre movimentos sociais e agentes não governamentais, da construção do conhecimento baseado na *práxis* da agricultura familiar camponesa e do reconhecimento destes frente aos espaços públicos de tomadas de decisões em relação aos órgãos públicos e mercados.

Sevilla Guzmán (2010), traz uma reflexão acerca do contexto gerado a partir da imposição do modelo hegemônico de produção agrícola, e a maneira como a comunidade rural reage aos fatores associados a esse processo, o autor parte do princípio que:

“O pensamento científico convencional, através do conceito de desenvolvimento, definiu como o “progresso” para as zonas rurais a sua homogeneização sociocultural e, com isso, levou à erosão do conhecimento local, que foi desenvolvido e apropriado mediante a interação entre os homens e a natureza, em cada específico ecossistema. Esta erosão aconteceu através de um processo de imposição paulatina das pautas de relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas vinculadas à “modernização”, definida e entendida como tal a partir da identidade sociocultural ocidental” (SEVILLA GUZMÁN, 2010, p. 36).

Nesse sentido, relata que as medidas de enfrentamento a essas condições começaram a emergir dentro das próprias comunidades locais, ou seja, alicerçado em um processo endógeno surgem alternativas que promovem resistência, manifestadas através de características específicas e locais, a essa “agressão sociocultural” (SEVILLA

GUZMÁN, 2010, p. 36), em um contexto de privações no que tange às relações sociais e as relações entre agricultores e os agroecossistemas onde estão inseridos.

A partir do recorte sob o desenvolvimento rural, o autor propõe que para o desenvolvimento dessas estratégias de resistência, devem ser analisados e potencializados os elementos da própria identidade local (SEVILLA GUZMÁN, 2010). O movimento agroecológico, ao “potencializar as formas de ação coletiva” (SEVILLA GUZMÁN, 2010, p. 36), parte da centralidade da produção agrícola de base ecológica expressa na agricultura tradicional nos territórios rurais.

Na expressão dos métodos específicos no desenvolvimento endógeno de tecnologias agrícolas, manifesta-se o poder de coesão e mobilização social do movimento agroecológico. A partir de uma dinâmica participativa de avaliação das tecnologias autóctones, em consonância às tecnologias externas, são incorporadas os conhecimentos e saberes locais próprios de cada realidade produtiva (SEVILLA GUZMÁN, 2010).

Dessa maneira, a perspectiva agroecológica, parte da ideia de autonomia produtiva no que se refere a utilização de insumos locais, associados à sustentabilidade para o planejamento agrícola. E sustentabilidade, por sua vez é entendida, segundo Altieri (2012), como sendo a capacidade de um agroecossistema manter seu nível de rendimento ao longo do tempo, mesmo exposto às variações das condições externas.

Em outras palavras, o autor entende que a definição de sustentabilidade inclui pelo menos três fatores: preservação da diversidade da flora e fauna, manutenção da capacidade produtiva e preservação da diversidade da flora e fauna do agroecossistema de se manter sem apporte externo (ALTIERI, 2021)

Alinhando os aspectos ambientais às questões sociais, políticas e econômicas, a agroecologia propõe uma visão mais ampla de se conceber o espaço de produção agrícola ao priorizar dentro desses aspectos, os produtores, a reforma agrária e o reconhecimento da agricultura urbana, as relações entre sociedade e natureza e de produção e consumo, assim como a garantia da manutenção e reprodução da agricultura familiar e da produção localizada (PLOEG, 2012).

Assim, partindo do entendimento que, a agroecologia faz frente as limitações impostas pelo modelo agroalimentar hegemônico, a partir da lógica de conservação dos recursos naturais e sociais localmente disponíveis, define-se a construção de trajetórias de desenvolvimento e gera, em certa medida, espaços protegidos (PLOEG, 2009; 2011). Nesse sentido, os circuitos curtos de comercialização, a saber as feiras locais a redes de venda direta, alinhados às estratégias de produção da agricultura familiar agroecológica

e suas dimensões são um fator central para a autonomia de produtores e produtoras a partir da proximidade e da relação de confiança estabelecidos com consumidores através desses canais de comercialização (PLOEG, 2011).

As dinâmicas de produção e consumo dentro desses circuitos ocorrem no mesmo território, beneficiando as relações entre campo e cidade e como consequência, pela necessidade de formalização das relações, impulsiona a criação e manutenção de associações e cooperativas de produtores, o que se relaciona diretamente com o desenvolvimento local, a circulação e bens, produtos e riquezas no território (LEADER, 2000).

Para tanto, é necessário ressaltar que para todo esse processo seja efetiva ações voltadas à institucionalização da agroecologia a partir de programas e políticas públicas assim como para a promoção de arranjos de governanças locais que sejam capazes de potencializar as iniciativas agroecológicas nos territórios, o que envolve a participação de organizações sociais e do Estado, de acordo com Schmitt et al (2020):

“O envolvimento das organizações sociais na definição dos instrumentos de políticas públicas aparece, nesse contexto, como um elemento fundamental no equacionamento de uma série de tensões que perpassam as relações entre ação governamental e processos de inovação social e ecológica,⁵ envolvendo, de um lado, as lógicas de atuação do Estado, sua estrutura de poder e mecanismos de enquadramento e, de outro, as estratégias e modos de operação dos atores engajados na construção de alternativas agroecológicas nos territórios.” (SCHMITT et al, 2020, p.3)

Presentes no campo e na cidade, as iniciativas em agroecologia compõem uma gama de arranjos produtivos que atravessam dos quintais produtivos aos sistemas agroflorestais, promovem a integração das dinâmicas territoriais entre o campo e a cidade, estabelecem novas relações de consumo que por sua vez tem ressignificado as relações de produção. Entendemos que a agroecologia antes de ser prática e ciência é sobretudo um modo de vida, uma forma de agricultar a partir do resgate e da afirmação de agricultura tradicional, baseada nos saberes locais e na construção desse saber empírico no saber científico, passado de geração em geração e que prioriza a conservação dos recursos locais, da biodiversidade e a sociabilidade.

A legitimação e o reconhecimento da agroecologia enquanto um movimento é, portanto, importante para o estabelecimento de marcos institucionais que incentivem e possibilitem tanto a permanência das experiências já existentes quanto aquelas relacionadas à transição agroecológica. Desse modo, o olhar sobre o território deve partir

das relações sociais nele estabelecidas e na identidade cultural dos atores locais, assim como valorizar a gama de especificidades presentes numa escala local.

1.4 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: UM ESPAÇO DE EXPRESSÃO RURAL

No final da década de 1980, o conceito de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) ganhou espaço nos debates políticos e acadêmicos, no mesmo período que o debate sobre a sustentabilidade dos sistemas de produção agrícolas e aos padrões impostos de desenvolvimento social urbano foram postos em cheque (PRADO, 2012). Desde então, tem sido implementado nas agendas do Governo Federal e órgãos como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Em termos práticos, pode ser entendida como a produção de alimentos para autoconsumo ou comercialização dentro de espaços das cidades.

Para Mougeout (2000), é importante a construção de um conceito que unifique os tipos de experiências e iniciativas nas quais as diferentes práticas da Agricultura Urbana (AU) podem se relacionar. Para tanto, seria preciso considerar a localização, agricultura intraurbana e periurbana, somada ao questionamento sobre como a prática da AU se posiciona em relação à agricultura rural.

De forma sucinta, para o autor as definições mais usuais de AU estão baseadas nos seguintes determinantes: tipos de atividade econômica; Localização intraurbana ou periurbana; tipos de área onde é praticada; escala e sistema de produção; tipos de produtos (categorias e subcategorias, alimentícios e não alimentícios); e destinação dos produtos, inclusive sua comercialização. A principal característica que distingue a agricultura urbana da agricultura rural, é a integração e interação da primeira com o sistema econômico e ecológico urbano e não a localização da atividade em si e desse modo, defende que a prática da AU tem grande potencial para fortalecer estratégias de gerenciamento urbano (MOUGEOUT, 2000).

É sabido que durante o processo de desenvolvimento urbano no Brasil, ocorreu uma redistribuição das áreas de concentração da população no país consequente de uma concentração regional da produção industrial. Anteriormente, as zonas rurais abrigavam a maioria das famílias que, e em decorrência principalmente dos avanços da revolução industrial advindas dos objetivos de implantação dos Planos de desenvolvimento

econômicos adotados no Brasil, migraram em massa para os centros urbanos após o fim da Segunda Guerra Mundial.

É nesse momento também, a partir da década de 1970, que ocorre a emergência dos movimentos sociais no Brasil, sendo o fluxo migratório campo-cidade e o acelerado processo de industrialização descrito por Silva (2012) da seguinte forma:

“O Brasil, através dos Governos Militares, estabeleceu um projeto de O arcabouço da concepção dos Governos Militares para a questão agrária baseava-se na política agrícola voltada para os interesses do mercado internacional, submetendo-a ao objetivo do capital industrial e financeiro: a criação de mecanismos oficiais e creditícios para modernizar as grandes e médias propriedades, para adaptá-las ao novo padrão produtivo, marginalizando, portanto, grandes segmentos sociais do campo, os quais migraram para as cidades” (SILVA, 2012, p. 261).

No Rio de Janeiro, foi definido um senso comum por parte dos setores administrativos municipais, que a atividade agrícola na região metropolitana e Baixada Fluminense está extinta, o que resulta em pouco investimento em políticas públicas e programas de financiamento para o setor agrícola e agropecuário nessas regiões. Contra essa afirmativa, as experiências em AUP têm ganhado destaque progressivamente como atividade de relevante vocação econômica para os municípios em que se insere, ainda que prevaleçam as teorias que fortaleçam a dicotomia rural-urbano enquanto setores econômicos distintos e independentes quanto às dinâmicas sociais.

Para Monteiro & Mendonça (2007), em virtude do caráter heterogêneo da atividade no campo social, cultural e produtivo, a AUP mostra-se flexível às exigências de mercado, além de contribuir para o combate ao quadro de insegurança alimentar e nutricional das famílias, resultado de, entre outros fatores, um acesso inadequado, irregular e pouco confiável do alimento.

A prática da AUP abastece mercados locais a preços acessíveis, gerando ocupação e opção de renda para as famílias agricultoras envolvidas e cumpre uma série de funções, sendo uma importante ferramenta de inserção social, de geração de renda através da venda da produção e de promover a autonomia produtiva do agricultor que consome e comercializa o próprio produto.

Somados, estes fatores favorecem a melhoria da qualidade de vida das famílias e da comunidade no entorno, devido à diversificação dos hábitos alimentares e ao cultivo de plantas medicinais, além de estabelecer uma relação produtiva equilibrada com ecossistema urbano, visto que é comum a prática da agricultura em pequenos espaços

gerando sistemas diversificados através cultivo de mais de uma espécie numa mesma área e a ausência de utilização de produtos químicos prejudiciais à saúde humana.

Arruda (2011) diz que o agricultor familiar urbano não é caracterizado somente pelo perfil de migrante rural, podendo ser indivíduo sem histórico familiar ligado a agricultura, que opta pela prática agrícola urbana como alternativa de subsistência ou praticada para fins de comercialização em mercados agrícolas, caracterizando a pluriatividade do agricultor urbano.

Em 2008, a AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, mapeou as experiências individuais e coletivas em AUP de diversos municípios da RMRJ incluídos os que compõem a Baixada Fluminense. Desse levantamento foi identificado que as experiências mapeadas caracterizam-se por serem protagonizadas, de maneira predominante, por famílias e grupos que vivenciam situações de pobreza, excluídas do mercado de trabalho formal, pela participação expressiva de mulheres, pelo uso de técnicas produtivas fundamentadas na valorização dos recursos locais disponíveis (terra, água, trabalho e materiais propagativos), pela comercialização dos produtos em diversos canais (da venda a mercados locais até ao CEASA) e pela insuficiência de políticas públicas específicas para o fomento da AUP (AS PTA, 2008)

Além do potencial produtivo, a prática da AUP expressa a capacidade de enfrentar problemas sociais e ecológicos em uma esfera onde a lógica urbana não consegue alcançar (MONTEIRO & MENDONÇA, 2007). Ao se propor a prática agrícola, o agricultor urbano insere-se em um processo de resgate cultural quando em contato com os ciclos da natureza, além de estabelecer uma nova relação com o ecossistema e a comunidade em que se insere.

O fator social positivo da prática, revela-se no que tange ao fortalecimento das relações sociais entre os moradores das comunidades, visto que as atividades coletivas promovem ambientes que favoreçam novas formas de organização e entrosamento para manutenção das iniciativas, como no caso de hortas comunitárias. No campo da saúde, o cultivo de plantas medicinais destinadas ao preparo de remédios caseiros, permite o resgate do conhecimento popular e a melhoria das condições de saúde através do tratamento e prevenção de problemas simples (MONTEIRO & MENDONÇA, 2007).

Neste cenário a agricultura urbana e periurbana se expressa como propulsora da economia e fonte de alimentos frescos para a região, principalmente para as populações socialmente marginalizadas (ARRUDA, 2011). Sendo assim, e considerando o desafio urbano quanto a alimentação na atualidade frente ao não planejamento das cidades no

tocante à produção de alimentos dentro do seu perímetro, iniciativas políticas e programas governamentais têm ganhado reconhecimento nas esferas locais, regionais e nacionais dentro do setor público e privado, na sociedade civil, através do incentivo de organizações internacionais, pesquisas acadêmicas e pela relação com os consumidores nos domínios da AUP.

De-Thor (2017) atenta para o fato de que o modo pelo qual os processos urbanos operam torna-se uma barreira a real necessidade de mudança nos aspectos da produção de alimento, isso por que o mecanismo de mercado valoriza as atividades consideradas mais lucrativas, como por exemplo o setor imobiliário, e desvaloriza as práticas agrícolas na gestão das áreas produtivas urbanas. O autor defende que a criação de sistemas alimentares alternativos é uma resposta de enfrentamento a essa condição, que ele define como a necessidade de “re-urbanização da alimentação”, a partir do reconhecimento ao direito das pessoas em controlar os fatores que envolvem dos meios pelos quais o alimento é produzido e sua relação com o ecossistema em que está inserido até a construção do conhecimento envolvidos nesse processo. E na centralidade desse pensamento, o papel da agroecologia ganha destaque.

“Acreditamos que a agroecologia, como uma *práxis*, e a agroecologia urbana política, como um caminho politicamente consciente para possibilitar a dinâmica agroecológica de produção e consumo de alimentos nas cidades, podem oferecer a ‘liga’ social (o sistema de valor) e a mudança política sobre os quais construir um novo modo de urbanização” (DE-THOR, 2017, p. 15).

Dentro dessa perspectiva, Renting (2017) justifica que a agroecologia tornou-se um fator-chave para as políticas alimentares urbanas ressaltando a importância dos recursos disponíveis no contexto urbano que nem sempre são encontrados nas áreas rurais, como é o caso da relação produtor e consumidor, o estabelecimento dos canais curtos de comercialização, os sistemas de certificação participativos e as mobilizações envolvendo a economia solidária. Desse modo, o autor destaca a importância de incentivar o diálogo e as redes entre a agricultura urbana, agroecologia e as políticas alimentares urbano-regionais.

Medle (2015), indica que soluções locais pensadas para uma reforma no sistema alimentar global são a melhor saída às questões de produção de alimentos na atualidade. Nesse sentido, o autor defende que os sistemas alimentares locais contribuem para o aumento da segurança alimentar e nutricional, para a manutenção e conservação dos serviços ecossistêmicos, para o estabelecimento de novos mercados e para a diminuição

da dependência produtiva externa, gerando ganhos econômicos a partir da geração de ocupação e renda a níveis locais e regionais, tanto para produtores quanto outros atores envolvidos. Partindo

A partir da afirmativa de que cada cidade e aglomerado urbano detêm suas especificidades, o autor entende que para cada sistema alimentar as ações podem ser planejadas e executadas conforme descrito a seguir:

“Com as soluções para a produção urbana de alimentos variando desde projetos de baixa tecnologia até os mais sofisticados tecnicamente, em todas as escalas e com variadas ferramentas – como as compras institucionais locais, a inclusão de áreas de produção agrícola no zoneamento urbano e a gestão responsável de resíduos –, as cidades têm um grande e crescente arsenal de medidas disponíveis para redefinir os sistemas alimentares urbano regionais locais, tornando-se mais auto suficientes, mais eficientes no uso dos recursos e mais sustentáveis socialmente” (MEDLE, 2015, p. 23).

Por tanto, entender as dinâmicas territoriais das práticas agrícolas, alinhado à construção participativa de ações para o desenvolvimento local, definir estratégias para a conservação dos recursos naturais disponíveis, incentivar o estabelecimento de novos circuitos de comercialização na perspectiva de resgatar o vínculo entre produtor e consumidor, são elementos centrais à formulação de políticas e programas urbanos que contemplam a integração às dinâmicas agrícolas e demandam atenção por parte do setor público.

Reconhecer as diferentes experiências em AUP como propulsoras de uma mudança necessária às estruturas sociais contemporâneas a partir da valorização de agricultores e agricultoras familiares urbanos, em especial os de base ecológica, é central não só frente aos desafios da alimentação humana, mas também quanto à necessidade de uma reestruturação social.

1.5 CAPITAL SOCIAIS E CAPACIDADE DE AGÊNCIA

A partir da década de 1990, algumas definições sobre a noção de capital social, partindo de diferentes correntes teóricas e abordagens conceituais, começam a ganhar destaque dentro dos debates nas ciências sociais e econômicas. A partir de um conjunto de fatores, Bourdieu (1980), ao analisar as vantagens e benefícios sociais de sujeitos individuais de pertencerem a uma determinada comunidade, utilizou o termo “capital

social”, ao se referir a rede de relações e propriedades coletivas de seus membros (BOURDIEU, 1980).

Coleman (1990), de uma interpretação entre a sociologia e a economia, definiu três principais abordagens sobre o capital social: a primeira, a partir do nível de confiança entre as pessoas e pela aceitação mútua de obrigações em um ambiente social; a segunda, sobre os canais de trocas de informações e ideias entre os indivíduos dentro de uma mesma comunidade e; a terceira, que se refere as normas e sanções que constituem o capital social e são o estímulo para que os indivíduos renunciem aos interesses próprios e trabalhem em pro de um bem comum (COLEMAN, 1990).

Para Putnan (1993), a natureza e extensão do envolvimento de um indivíduo com as várias redes informais e organizações cívicas formais as quais integra, definem a ideia utilizada pelo autor para o termo, assim:

“capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança que facilita coordenação e cooperação para benefícios mútuos. Capital social aumenta os benefícios de investimento em capital físico e capital humano” (PUTNAN, 1993, p. 01).

Para este autor, quanto mais o capital social é utilizado, mais a comunidade cívica o adquiri, porque se trata de uma herança histórica, produzida e reproduzida de acordo com as experiências coletivas de cada grupo. O conceito de capital social “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p.177) e dessa maneira, confiança é o alicerce para as relações de cooperação.

A existência dos laços comunitários (redes de confiança e solidariedade), possibilitados pelo capital social, são capazes de garantir a ação coletiva (PUTNAN, 1996) e referem-se a uma extensa rede de organizações e relações sociais. A abordagem a respeito do capital social associada ao autor, se refere principalmente à natureza e a extensão do envolvimento dos indivíduos nas diferentes redes informais e organizações cívicas formais (GROOTAERT et al., 2003).

Nesse sentido, a questão da capacidade de agência humana ocupa papel importante nesse debate, ao expressar, segundo Bandura (2008), a capacidade coletiva pela junção das agências humanas individuais, de atingirem os objetivos que não foram alcançados individualmente. Por sua vez, a agência humana consiste no gerenciamento

que cada indivíduo faz sobre suas ações, ou seja, através de nossos atos realizamos ações em prol no nosso próprio desenvolvimento (BANDURA, 2008).

Para Long (2007), a agência é uma noção incorporada às relações sociais que é reconhecida quando se torna amplamente público, sendo um fenômeno cultural gerado socialmente e manifesta-se de diferentes maneiras, em decorrência do contexto analisado. Agência é a capacidade de agir e interferir em eventos e para Giddens (1984), “ação depende da capacidade do indivíduo de ‘fazer uma diferença’ em um estado pré-existente de coisas ou curso de eventos” (GIDDENS, 1984, p. 14).

Os atores sociais estão na centralidade dessa abordagem analítica, porque possuem “capacidade de saber” e a “capacidade de atuar” (LONG, 2007), importantes na construção e estruturação das ações cotidianas, através de práticas discursivas e organizativas capazes de promover uma mobilização mais ampla em prol dos objetivos coletivos.

A agência, portanto, está relacionada à maneira como se constroem e se estruturam as ações cotidianas, e devem ser identificadas, como proposto pelo autor em sua abordagem teórico-metodológica, foca em:

“[...] una perspectiva analítica centrada en el actor social sobre la intervención para el desarrollo y el cambio social”. (LONG, 2007, p. 33)

Nessa perspectiva orientada pelos atores sociais, o autor apresenta o conceito chave de capacidade de agência, que se referem a maneira como as práticas sociais impactam e influenciam as ações e interpretações individuais e coletivas (LONG, 2007). É importante destacar que esse não é um conceito isolado, e para o autor, é interdependente de outros conceitos teóricos que orientam os processos de desenvolvimento, sendo: os modos de vida, aspectos culturais, identidade, relações de poder, campos sociais, dentre outros (LONG, 2007).

Portanto, o capital social se mostra como elemento importante para o desenvolvimento e bem estar das comunidades analisadas, através de elementos capazes de promover a superação de obstáculos e ganhos em recursos naturais, sociais e econômicos locais. A capacidade de agência, nesse contexto, ao expressar as características culturais de determinado contexto, é fator central às dinâmicas de interações entre diferentes atores sociais dentro desses processos, visto que “[...] os atores são sujeitos sociais ativos, dotados de capacidade de agência, o que lhes permite agir e

reagir em face de situações adversas ou de um contexto hostil” (SCHNEIDER e GAZOLLA, 2011, p. 12).

1.6 TERRITÓRIO: O LUGAR DA RELAÇÕES SOCIAIS

Para a compreensão dos aspectos inter-relacionais da identificação cultural e social com a afirmação da identidade agrícola de agricultores/as familiares do município de Nova Iguaçu, pertencentes a um grupo de agricultores agroecológicos, partiremos do território como base analítica, a partir da construção de um espaço composto pelas ações entre os sujeitos envolvidos e o contexto em que estão inseridos.

O conceito de território tem sido debatido e apresentado sobre diferentes ângulos de observação de acordo com a interpretação da realidade vivenciada por cada autor. Dessas interpretações, surgem análises sobre o território que não está limitado a um espaço concreto, mas também com a finalidade de compreender as relações de poder entre os atores sociais envolvidos (indivíduos, grupos, instituições públicas ou privadas), que designam as relações imateriais impressas no território e que serão materializadas no espaço ocupado, expressando o que é chamado de territorialidade (TENÓRIO, 2016).

A modificação do conceito de território não está somente em virtude da associação aos espaços geográficos, mas sim, percebido através de uma trama de relações mutáveis, através do processo intitulado por Tenório (2016) como “ajustamento da realidade”. Assim, o território é visto a partir da ótica das interações sociais, e passa a ser o lugar das relações sociais “[...] bem como espaço aberto em constante transformação de acordo com os interesses comunitariamente compartilhados” (TENÓRIO, 2016, p. 65).

Lançando mão das contribuições de Wanderley & Favaretto (2013) para a contextualização teórica de território, os autores afirmam que este:

“(...) também percebido como um espaço de vida de uma sociedade local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e redes de integração com o conjunto da sociedade na qual está inserida” (WANDERLEY; FAVARETTO, 2013, p. 177).

Ou seja, devemos olhar para o território como sendo um espaço onde a memória coletiva está impressa, estabelecendo uma forte referência identitária. Além disso, como destaca Abramovay (1998):

“(...) um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (ABRAMOVAY, 1998, p.1).

Território, através da visão adotada pelas ciências sociais, é o lugar onde o estudo das relações que se formam entre atores e as redes sociais e institucionais estabelecem uma dinâmica de apropriação, através da identidade, do espaço. Nesse sentido, para Raffestin (1993) “o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço [...]” (RAFFESTIN, 1993, p 7 – 8). Dessa maneira, há uma distinção entre espaço e território, onde o primeiro é anterior ao segundo e para o autor, os atores sociais são responsáveis por territorializar o espaço, ou seja, o território é uma produção a partir do espaço por meio da apropriação econômica, política e cultural.

Compreender a ideia de território, perpassa pela condição de também compreender a ideia de espaço, e a relação espaço territorializado. O território surge da ocupação do espaço, através do ordenamento e transformação e pelas relações de poder dentro dos seus limites, ou seja, o território é o resultado de uma ação social que concretamente ou de forma abstrata, física ou simbolicamente, ocupa um espaço e consequentemente o transforma em um contexto de construção social (RAFFESTIN, 1993).

Por sua vez, o autor considera a territorialidade como sendo a relação homem-território, dentro dos aspectos que envolvem as relações individuais e as relações sociais entre os indivíduos. Assim, a territorialidade é "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema". (RAFFESTIN, 1993, p.160).

Feitas essas considerações, podemos inferir que existe uma sobreposição entre os conceitos de territórios e territorialidades articulados nos mesmos espaços, e isso se deve ao fato do estabelecimento das redes mundiais de circulação e comunicação e das distintas formas de apropriação do espaço e consequente construção dos territórios. São nesses espaços que podemos perceber as relações políticas, econômicas e culturais que equivalem às diversas formas de territorialização e que estão para além daquelas direcionadas pelo Estado e onde se manifestam as relações de poder e de interesses (GUIMARÃES, 2013).

As manifestações das identidades sociais relacionadas ao território ocorrem, comumente, através da identidade expressa pela configuração hegemônica de poder presente neste território (GUIMARÃES, 2013). Sendo assim, o território definido como o espaço das relações sociais, passa a dar sentido ao sentimento de pertencimento quando associado à identidade dos atores envolvidos.

Souza (2011), retrata a condição do território enquanto espaço de legitimação da identidade cultural ou simbólica. Para o autor:

“[...] a ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território no sentido de que a identidade sócio cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto” (SOUZA, 2011, p. 84)

Conflitos e contradições são fatores inerentes às sociedades e desta maneira o próprio território está repleto desses conflitos e contradições (SOUZA, 2011). Sendo assim, a noção território está ligada à ideia de autonomia como base para o processo de desenvolvimento tendo como um dos objetivos a redução das desigualdades dentro das relações de poder, não estando estas unicamente substanciais ao Estado, “pois todo espaço definido e delimitado a partir de relações de poder é um território” (SOUZA, 2011, p. 11).

Para o autor, um território autônomo é, portanto, a expressão concreta dos fundamentos econômicos e da identidade cultural de um grupo social, onde os atores manifestem livremente suas escolhas e potencialidades, equacionando as diferenças sociais e culminando na construção de um espaço socialmente equitativo (SOUZA, 2011).

Nesse sentido, políticas emancipatórias que promovem o desenvolvimento e o fortalecimento da compreensão social da luta contra hegemônica no meio rural, é uma das formas de resistência de um território articulado para a democratização social e redução das desigualdades. Uma sociedade organizada não está na condição de subalterna às ações do Estado, são os próprios indivíduos ou agentes promotores de suas instituições e mudanças sociais (PERNET, 1990).

Para a atividade agrícola, o território é além da base espacial para a prática como também o espaço de reprodução, onde há a articulação da agricultura aos sistemas e mercados, assim como também há a integração ao aparelho do Estado quanto à regulamentações e acesso às políticas públicas (PERNET, 1990).

Nesse contexto, a questão territorial ganha notoriedade a partir da elaboração de políticas públicas eficientes, em complementaridade às soluções existentes na abordagem setorial das políticas de desenvolvimento, sobretudo as do desenvolvimento rural (GUIMARÃES, 2013). Para o autor, o território enquanto resultado de um movimento social, historicamente determinado, traz consigo a condição de manter a identidade social de seus habitantes adulterada pelos processos de institucionalização via as ações de gestão pública e das atividades privadas.

Sob o aspecto político, o escopo de análise sobre o território parte do suposto de que este constitui-se como base para a proposição de um projeto de desenvolvimento sob uma visão territorial. Fernandes (2013), afirma que o protagonismo é aspecto importante à subversão das condições do sistema capitalista, porém não suficientemente significativo ao ponto de promover mudanças nas instituições, e para tanto, é necessário a criação de uma nova relação social, um novo modo de produção e, neste sentido, os territórios são espaços de construção social importes neste processo.

Por fim, as redes tornam-se substanciais as dinâmicas territoriais apresentadas, considerando que as mesmas possibilitam a articulação entre os atores sociais dentro e fora dos territórios, assim como a circulação de bens e serviços possibilitando que diversas ações se concretizem. Sobre os territórios-rede, Souza (2011) os define como sendo um território descontínuo, formado por um conjunto de pontos, ou seja, nós conectados entre si formando os segmentos interligados por fluxos de bens, pessoas e/ou informações.

A partir do referencial teórico descrito, entende-se que as articulações e as manifestações das diferentes territorialidades, devem ser fortalecidas e potencializadas a medida em que são expressas às desigualdades e disparidades à que diversos grupos sociais são submetidos através dos anos.

CAPÍTULO II - CARACTERÍSTICAS GERAIS E ASPECTOS DA AGRICULTURA DE NOVA IGUAÇU (RJ): O CONTEXTO DA ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA

RESUMO

Este capítulo apresenta algumas informações específicas sobre as características gerais do município de Nova Iguaçu (RJ) e os aspectos da agricultura local. Nesse sentido, a experiência da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu (EANI) é descrita como estratégica, ao promover a transição produtiva e incentivo à novas relações de produção e consumo locais, a partir do protagonismo dos próprios agricultores e agricultoras envolvidos com a experiência, que parte da valorização do saber rural e familiar do município.

ABSTRACT

This chapter presents some specific information about the general characteristics of the municipality of Nova Iguaçu (RJ) and aspects of local agriculture. In this sense, the experience of the Nova Iguaçu School of Agroecology (EANI) is described as strategic, promoting the productive transition and encouraging new local production and consumption relations, based on the protagonism of the farmers themselves involved with the experience, part of the valorization of the rural and familiar knowledge of the municipality.

2.1 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS MUNICIPAIS

Nova Iguaçu é um dos municípios que compõem a Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro, região geográfica atravessada por múltiplos significados no que diz respeito a seu contexto social e posição de influência frente à capital. Apesar de pertencer à grande região metropolitana (RMRJ), abrigando um volumoso contingente populacional e desempenhando importante participação econômica, a Baixada Fluminense detém um caráter de subalternidade em relação à cidade do Rio de Janeiro, sobretudo pela carência de infraestrutura de atendimento à população nas questões de segurança, mercado de trabalho, educação e saúde (SILVA, 2013).

O histórico de ocupação do município teve seu início fortemente vinculado à questão agrícola e exploração dos recursos naturais, o que ainda hoje, mesmo com o protagonismo econômicos de outros setores, expressa influência nas atividades agrícolas urbanas e periurbanas desenvolvidas pelo segmento da agricultura familiar (MACHADO, 2010). Assim, este capítulo dedica sessão específica abordando brevemente a questão rural do município do Nova Iguaçu/RJ, descrevendo também as problemáticas em escala local.

Com a compreensão de que a agricultura é elemento fundamental, não só do ponto de vista econômico, como também de reprodução da social e modos de vida, as políticas públicas surgem como fator essencial na definição do “destino” da atividade agrícola familiar, além de

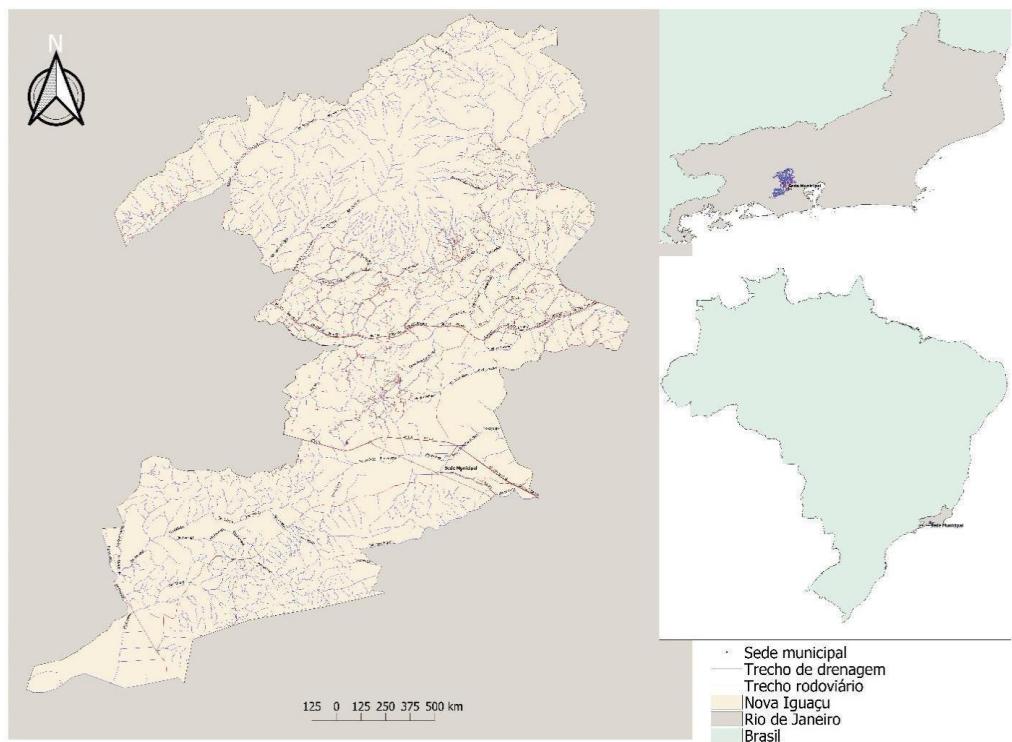
serem o retrato das ações governamentais que, fatalmente, trabalham para a manutenção das elites agrárias.

Ocupando uma área de 519,159 Km², Nova Iguaçu responde por aproximadamente 11% da área total da RMRJ, sendo o maior município em extensão da Baixada Fluminense, tendo como cidades limítrofes: Rio de Janeiro, Mesquita, Belford Roxo, Duque de Caxias, Miguel Pereira, Japeri, Queimados e Seropédica (IBGE, 2010). Em 2019, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), sua população é estimada em 821.128 habitantes e densidade populacional de 1.527,60 habitantes/km², representando a 4^a posição em números absolutos no ranking microrregional com base no Censo Demográfico de 2010 (796.257 hab.) (IBGE Cidades, 2020), contagem já em defasagem, motivo pelo qual toma-se por referência a atualização mais recente da PNADC. Do total de habitantes, apenas 1,1% reside em domicílio de situação rural, aproximadamente, correspondendo a 8.222 pessoas.

Com população majoritariamente jovem e jovem-adulta, o município acompanha o processo de transição demográfica característico brasileiro, porém ainda em estágio inicial, já com significativo estreitamento da base etária até os 14 anos, e com maior parcela populacional com corte etário na População em Idade Ativa (PIA), segundo os dados do último Censo Demográfico de 2010. Apesar da PIA expressiva, Nova Iguaçu apresenta uma baixa taxa de ocupação, apenas 13,1% e salário médio mensal de 2,1 salários-mínimos (SM) de acordo com a PNADC de 2018.

A soma dos bens finais produzidos por habitante, o PIB Municipal per capita, é de R\$21.077,70, ocupando o 6º lugar na microrregião. Ressaltando que, o PIB trata-se de uma medida econômica com base na produção e, ainda que contribua para comparações, não é uma medida capaz de traduzir a qualidade de vida da população, bem como as desigualdades de renda existentes. Da mesma maneira, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal incorpora outras variáveis relativas à qualidade de vida, como acesso à saúde, renda, escolaridade e saneamento, mas possui limitações quanto a aspectos culturais e de sustentabilidade. O IDH municipal era de 0,713 em 2010 segundo pesquisa do IBGE, considerado médio-alto.

Mapa 1: Localização do município de Nova Iguaçu e principais vias de acesso



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do IBGE, 2018

As principais vias de acesso são a BR-116 - a Rodovia Presidente Dutra; BR-465 – a antiga Rodovia Rio-São Paulo; RJ-081 a Via Light; RJ-105 (trecho Sul), a Estrada de Madureira (trecho norte) a Estrada Dr. Plínio Casado. Além destas, o município possui acessos de rodovias estaduais e federais. As estaduais são oito rodovias: RJ – 081, a Via Light, RJ - 085, a Estrada Rio d'Ouro, RJ - 105 (trecho sul), a Avenida Abílio Augusto Távora, RJ – 105 (trecho norte), a Estrada Dr. Plínio Casado, RJ - 111, a Estrada Zumbi dos Palmares, RJ - 113, a Estrada de Adrianópolis, RJ - 115, a antiga Estrada Real do Comércio, RJ - 119, a Estrada Jaceruba-Japeri. As rodovias federais são duas que compõem a malha viária: BR - 116, a Rodovia Presidente Dutra e BR - 465, a Antiga Estrada Rio-São Paulo.

2.2 HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

O desenvolvimento econômico e social do município de Nova Iguaçu manteve forte ligação com os ciclos da agricultura do Brasil Colônia. Criado por decreto em 1833, ganhando o nome de Vila Iguaçu, em alusão ao rio de mesmo nome que corta a região. Durante o século XVIII, o município manteve prosperidade econômica como porto fluvial na rota estabelecida entre o porto do Rio de Janeiro e as vias de acesso às Minas Gerais, principalmente durante o

ciclo do Café no Vale do Paraíba, tendo como destino final as metrópoles europeias e norte-americanas (RODRIGUES, 2006).

Após o período de crescimento pela atividade fluvial, ocorre um esvaziamento populacional no núcleo original em decorrência de surtos de malária e febre amarela (SIMÕES, 2004). Este processo de decadência também afetou os demais núcleos da região, quase todos portos fluviais, devido às dificuldades de navegação em consequência do desmatamento da mata nativa, o que causou o assoreamento dos rios, desde o início da colonização fundamentada nos engenhos de açúcar.

A partir de 1858, com a construção das estradas de ferro, inicia-se um processo de revitalização da região, deslocando o eixo de ocupação do solo e concentração populacional para áreas próximas aos trilhos, onde surgem novos núcleos urbanos, dentre eles o de Maxambomba, que em 1862 passa a ser a nova sede da Vila de Iguassú, elevada à condição de cidade em 1891 (SIMÕES, 2004).

Após séculos de exploração canavieira, a região transformou-se em um grande pântano tomado por fazendas abandonadas e pequenos sítios, levando à estagnação econômica de Iguassú durante este período (CAMPOS, 1998). O início do século XX marca um momento de opulência da região após o início das obras de saneamento da região que hoje é conhecida como Baixada Fluminense.

Foi então criado um sistema de canais e redes de drenagem, que permitiu a recuperação das terras “devolvendo-lhes o valor de uso e de troca” (SIMÕES, 2004, p. 50). Com a retomada do potencial produtivo da terra, famílias tradicionais e imigrantes europeus, passaram a ocupar e expulsar a população pobre e negra que ocuparam a região ao longo do período de decadência. Essa “retomada” das atividades econômicas foi marcada pelo início da cultura de laranja, produto que teve importante influência nas modificações agrícolas locais (SIMÕES, 2004).

Os primeiros indícios da instalação de atividade agrícola citrícola ocorrem próximo à Maxambomba, tornando-se importante cultura que abasteceu o mercado interno e se transformou em produto para exportação, chegando a 37% da arrecadação do Estado do Rio de Janeiro. As condições naturais propícias, como clima quente e úmido, o solo fértil do tipo argilo-arenoso, o relevo da área composto pelas encostas que auxiliavam no escoamento das águas evitando o acúmulo e a proximidade com a estação ferroviária que possibilitava o escoamento da produção, foram fortes atrativos para os produtores de citros (SOARES, 1960).

A proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, com ênfase para o mercado consumidor e o seu porto, a presença do transporte viário em seu território que favorecia o recebimento de matéria prima e o escoamento da produção para o porto são fatores de ordem geográfica e infra

estrutural que favoreceram o crescimento da atividade na região (SILVA, 2017). Os citricultores junto aos antigos fazendeiros formavam a elite local e dividiam a gestão política do município, apesar da divergência de interesses.

O município tornou-se alvo de grandes investimentos a medida em que a laranja era fonte de grande arrecadação estadual com a instauração de um complexo laranjeiro, fator propulsor para o início das modificações do uso e ocupação do solo na região, atraindo um contingente populacional como mão de obra para o trabalho na produção e beneficiamento do fruto ou como investidores (LANÇA, 2013)

A área central de Nova Iguaçu concentrou, ao longo do tempo, a infraestrutura necessária ao bom funcionamento da cadeia produtiva da laranja que envolvia o acondicionamento, beneficiamento e exportação do fruto cultivado nas localidades de Belford Roxo, Queimados, Japeri, São João de Meriti, Mesquita, Nilópolis e da própria Nova Iguaçu. Em consequência da importância que Nova Iguaçu assume, o poder local e a iniciativa privada investiram na abertura, melhoria e conservação de estradas, facilitando o acesso de várias partes de Nova Iguaçu à sua área central, isto pensado tanto para o escoamento da produção de laranja quanto para o fluxo de trabalhadores e moradores (FIGUÊREDO, 2014).

A expansão urbana nas áreas mais próximas da capital passa a concorrer com as atividades rurais, várias fazendas são retalhadas em loteamentos urbanos, principalmente nas áreas limítrofes às estações ferroviárias, a partir da década de 1920 e os núcleos urbanos se adensam. Porém, mesmo considerando a pressão exercida pela metrópole sobre as áreas agrícolas destinadas ao cultivo da laranja, que levaria a expansão urbana sobre as áreas rurais, em Iguaçu ocorreu de forma diferente e o processo foi retardado devido a postura assumida pelo poder local frente ao capital que a produção e a exportação do fruto geravam ao serem comparados a venda de lotes urbanos (SIMÕES, 2007).

Nesse sentido, os esforços foram destinados para em princípio atrasar a proliferação dos loteamentos das terras próximas a sede, quem em 1916 passou a chamar Nova Iguaçu, ao mesmo tempo em que os recém-criados distritos de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis apresentam características eminentemente urbana. Sobre este período, Simões (2004) registrou que:

“O que estava em jogo, era a existência de dois projetos políticos que se contrapunham em meio a questões mal resolvidas pela Revolução de 1930. De um lado, uma pequena burguesia agrária aliada aos exportadores de laranja e de outro lado uma nascente burguesia urbana, formada por comerciantes, pequenos industriais e, principalmente, agentes imobiliários. O principal eixo da questão era o debate em torno da legislação e fiscalização do parcelamento e uso do solo. A medida em que a disponibilidade de

terras livres para novos loteamentos se esgotava, a elite de Nova Iguaçu buscava promover entraves ao parcelamento na região laranjeira como forma de evitar a pressão especulativa sobre suas terras” (SIMÕES, 2004, p. 52).

O início da Segunda Guerra Mundial marca o momento de declínio do ciclo da laranja entre os anos 1939 e 1940, gerando uma profunda transição e transformação do espaço em toda a Baixada Fluminense se estendendo até meados de 1950. O grande mercado europeu consumidor do fruto, formado pela Inglaterra, França, Canadá, Suécia, Noruega e Finlândia não mais demandava pela importação do produto, restando apenas o mercado interno e a vizinha Argentina. Assolada por pragas e concorrendo com a laranja Californiana, a inexistência de frigoríficos suficientes para armazenar o fruto tornaram-se fatores decisivos que levaram a perdas significativas de produção (MACHADO, 2010).

As consequências desse período são a derrocada da economia laranjeira, a ruína da elite local e a queda das barreiras para expansão dos loteamentos, dessa maneira, o projeto agrário cedeu espaço para o projeto urbano e as forças locais dos distritos retomam a empreitada pela emancipação.

A partir da década de 1940 múltiplas iniciativas de desmembramento político-administrativo envolvendo diversos interesses dão início a uma série de emancipações acarretando na perda de alguns distritos para a então unidade administrativa de Nova Iguaçu. As emancipações ganharam expressividade a partir da constituição de 1988, atreladas a transformações sociais e as lutas políticas pelo controle de territórios na disputa pelo poder local (SIMÕES, 2004).

Cabe ressaltar, sem a pretensão de esmiuçar a discussão sobre os movimentos que levaram as emancipações, que a criação de novos municípios altera o caráter distributivo do fundo de participação, que envolve os repasses do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) arrecadado pelo Estado, o IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) de caráter municipal e Fundo de Participação Municipal, acrescentado na constituição de 1988.

É no bojo de tais fatores que é desencadeado um processo de autonomização dos distritos em Nova Iguaçu, quando em 1943, há a emancipação de Duque de Caxias, seguido por Nilópolis e São João de Meriti em 1947, e em 1960 é a vez de Paracambi. Como consequência

do período correspondente à ditadura militar no Brasil, houve uma estagnação das emancipações municipais, que voltaram a surgir trinta anos depois quando ocorreram nos anos de 1990 as emancipações de: Belford Roxo (1990), Japeri (1991), Mesquita (1999) que se desmembraram de Nova Iguaçu; Guapimirim (1990) de Magé e; Seropédica (1997) de Itaguaí (OLIVEIRA, 2004).

Neste contexto, é possível considerar que os municípios que se desmembraram de Nova Iguaçu após sua emancipação em 1833, constituem o que hoje conhecemos como Baixada Fluminense que concentra aproximadamente 3,73 milhões de habitantes, e é formada atualmente por treze municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

Durante quase três décadas, Nova Iguaçu viveu um período de estagnação econômica após o fim das exportações da laranja, simultaneamente, a crise em que vários setores da economia do município foram afetados, dos pequenos comerciantes à indústria de beneficiamento do fruto. Sobre este período, Lança (2013) analisa que o fim da atividade citrícola marca em definitivo a transformação do espaço rural em urbano, sob forte influência da metrópole ligada ao processo de industrialização que atingiu todo o país no período pós-guerra, principalmente por uma reconfiguração na distribuição da população. A partir do final de 1940 e início de 1950, a população que até então apresentava características predominantemente rurais, passa a assumir uma conformação urbano-industrial.

Com avanço da especulação imobiliária os proprietários de terras agricultáveis aderiram ao movimento de fracionamento das áreas como uma fonte de investimento feitos anteriormente, vendendo seus sítios e chácaras para empresas loteadores ou loteando-os por conta própria, tendo em vista a necessidade de construção de moradia para a leva de migrantes que se aglomerava na região (RODRIGUES, 2006) em consequência dos grandes investimentos industriais nos limites municipais da cidade do Rio de Janeiro e estabelecendo-se no município de Nova Iguaçu.

Sobre este período, Soares (1960) relata que:

“As necessidades de moradia de uma população que crescia rapidamente, assim como a extraordinária desvalorização da moeda, levando à população da metrópole à prática generalizada de aplicar suas pequenas economias na compra de lotes nessa área, aliada às facilidades proporcionadas pela rede de estradas da região foram fatores de enorme sucesso desse tipo de empreendimento e da extraordinária valorização das terras da baixada. Não pode ela, assim, depois de saneada, se reconstituir como zona agrícola, apesar de ter sido este o objetivo inicial de seus saneadores” (SOARES, 1960, p.23).

O expressivo fluxo de migrantes, principalmente nordestinos, em direção a capital atraídos pela oferta de trabalho, surgiu como um dos desdobramentos do eixo de expansão da metrópole. A intensa fragmentação da propriedade da terra e as centenas de loteamentos nos distritos que compunham a periferia da região metropolitana foram fatores decisivos para a instalação de uma massa populacional de baixa renda que fixou moradia nestas áreas. Com o

advento da linha férrea do ramal Central do Brasil-Japeri, as cidades da Baixada Fluminense assumiram, dentro de um contexto das demandas por força de trabalho das plantas industriais, características de cidades dormitório que se configura até os dias de hoje (RODRIGUES, 2006).

É neste cenário, de um processo urbanizador, que Nova Iguaçu passou a buscar novos elementos para se reerguer, reestruturando-se a partir do seu posicionamento geográfico em relação à metrópole, criando condições atrativas a instalação de indústrias e consequentemente aos trabalhadores e prestadores de serviço da capital (RODRIGUES, 2006). No período compreendido entre a crise econômica que assolou o país em 1929 até meados do século XX, Nova Iguaçu tornou-se um aglomerado urbano em sua região central, adquirindo um caráter de dinamismo econômico e social.

Essa fase, marcada pela expansão dos mecanismos de reprodução da metrópole, pelo acelerado crescimento dos aglomerados e os inúmeros loteamentos, que a aptidão econômica para a agricultura enraizada na cultura local perde a vocação ao enfrentar a expansão demográfica e urbana da região. Todo este processo histórico de ocupação se reflete nas características atuais do que ainda persiste como atividade agrícola no município.

2.3 ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA AGRICULTURA LOCAL

Durante muitos anos as áreas rurais de Nova Iguaçu foram desconsideradas pelo Plano Diretor⁸ municipal, ganhando reconhecimento apenas em 2008 após reformulação e intensa pressão realizada pelos movimentos sociais do campo. Estas áreas, que até então eram consideradas áreas residenciais de baixa densidade pela Prefeitura Municipal, conotavam ao município uma característica 100% urbana, trazendo grande dificuldade para a prática e reconhecimento das atividades agrícolas nos locais consideradas “grandes vazios urbanos” (LANÇA, 2013). Para o autor, o que justifica esse processo se deve ao fato de, principalmente, após os eventos emancipatórios dos antigos bairros do município, prevaleceram os interesses do governo municipal em “repor” a arrecadação com impostos, visto que esses diminuíram consideravelmente após os desmembramentos das terras.

Strauch *et al* (2012), afirmam que mesmo após a retomada do reconhecimento oficial das zonas rurais, não houve investimentos públicos em infraestrutura e geração de renda para o

⁸ O Plano estabelece as ações prioritárias (programas e obras) que o poder público deve implementar pelos próximos dez anos. De acordo com o Estatuto da Cidade, lei federal que regulamenta a Constituição na política de ordenamento territorial, o PDP deve ser elaborado de forma participativa para garantir a função social da propriedade e os interesses de toda população.

setor agrícola local. Como consequência, atualmente a prática dessas atividades encontra-se em situação de abandono seguido por um “sucateamento das propriedades agrícolas e/ou descaracterização destas que foram divididas e vendidas devido à cobrança de impostos prediais proporcionais à extensão da terra, gerando segregação sócio espacial” (STRAUCH et al, 2012, p. 39).

Machado (2010), ao analisar os espaços de interação rural-urbano sob a perspectiva das suas diferentes intensidades, multifunções e pluriatividade, cita Bicalho (2003) ao definir estas áreas como “sistemas rurais altamente complexos com dinâmicas sociais multi-direcionais, tendo em vista a diversidade de atores e o confronto de interesses muitas vezes opostos” (BICALHO, 2003, p.516, apud MACHADO, 2010).

Estas áreas de interação constituem um ambiente de instabilidade e rápidas mudanças, onde “ocorre uma intensa e complexa dinâmica social, econômica e política, resultado da diversidade de atores e processos” (MACHADO, 2010).

“Assim, o espaço periurbano era entendido como um espaço social e economicamente desvalorizado, carente de infra-estrutura e de uma coordenação da gestão dos bens públicos, ocupado por contingentes populacionais de baixa renda, que o usavam com a função de dormitório – um quadro de estrutura social e espacial homogênea.” (MACHADO, 2010, p. 11)

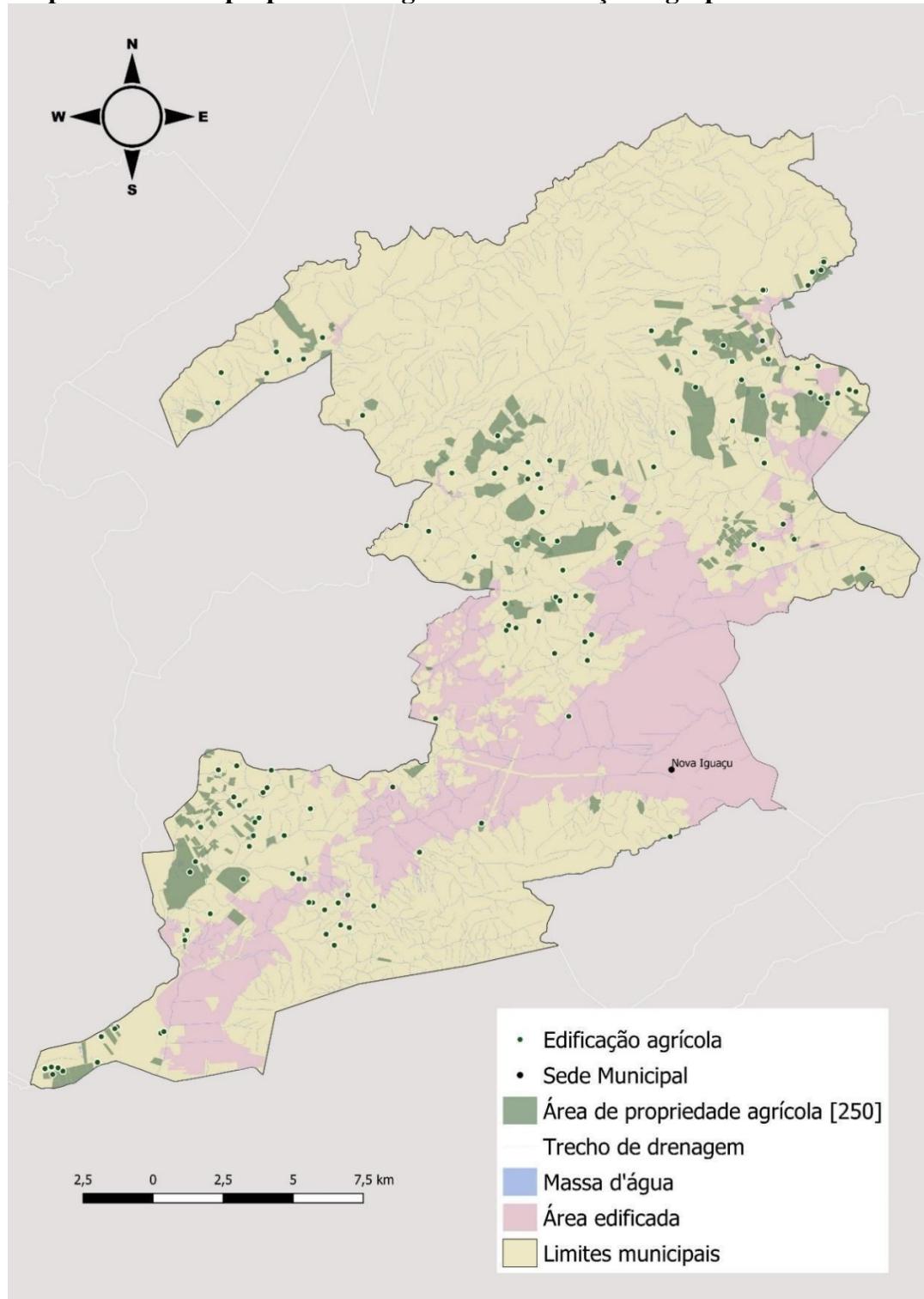
Tornando-se parte do processo dinâmico de uma contínua mudança sócio espacial, a agricultura em Nova Iguaçu é por natureza um movimento de resistência por diferentes fatores, sendo: a especulação imobiliária, falta de infraestrutura, ausências de políticas públicas, a defasagem de assistência técnica, dentre outros. Em relação a dinâmica recente da agricultura periurbana no município de Nova Iguaçu, Machado (2010) observa que a dinâmica neste espaço é consequência de uma situação de permanente conflito de interesses e disputas territoriais por usos urbanos e rurais. Para o autor:

“Atualmente essa resistência não ocorre somente pelo processo de substituição de culturas agrícolas, mas com o surgimento de novos usos da agricultura na dinâmica espacial do município, e interesses de grupos políticos locais e de produtores rurais pelo fortalecimento da atividade agrícola em Nova Iguaçu.” (MACHADO, 2010, p. 27)

A dinâmica da agricultura em Nova Iguaçu/RJ está à mercê dos interesses econômicos municipais. Entretanto existem as mobilizações em prol de interesses sociais, a fim de garantir a reprodução e afirmação da agricultura local e a fixação deste produtor no território. Nesse

sentido, apesar das adversidades, o espaço agrícola em Nova Iguaçu/RJ desempenha funções sócio-espaciais e ambientais específicas e importantes para o município.

Mapa 2: Área das propriedades agrícolas e edificações agropecuárias



Fonte: Elaborado a partir de dados do SICAR, 2018

Atualmente, em termos quantitativos, segundo dados do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR)⁹ o município possui 250 propriedades rurais localizadas na região periurbanas circundante à zona urbana, e 126 pontos de edificações destinadas à atividade agrícola. Essas propriedades têm em média 132.868Km² de área, somando 31.755.385 km² da área total do município.

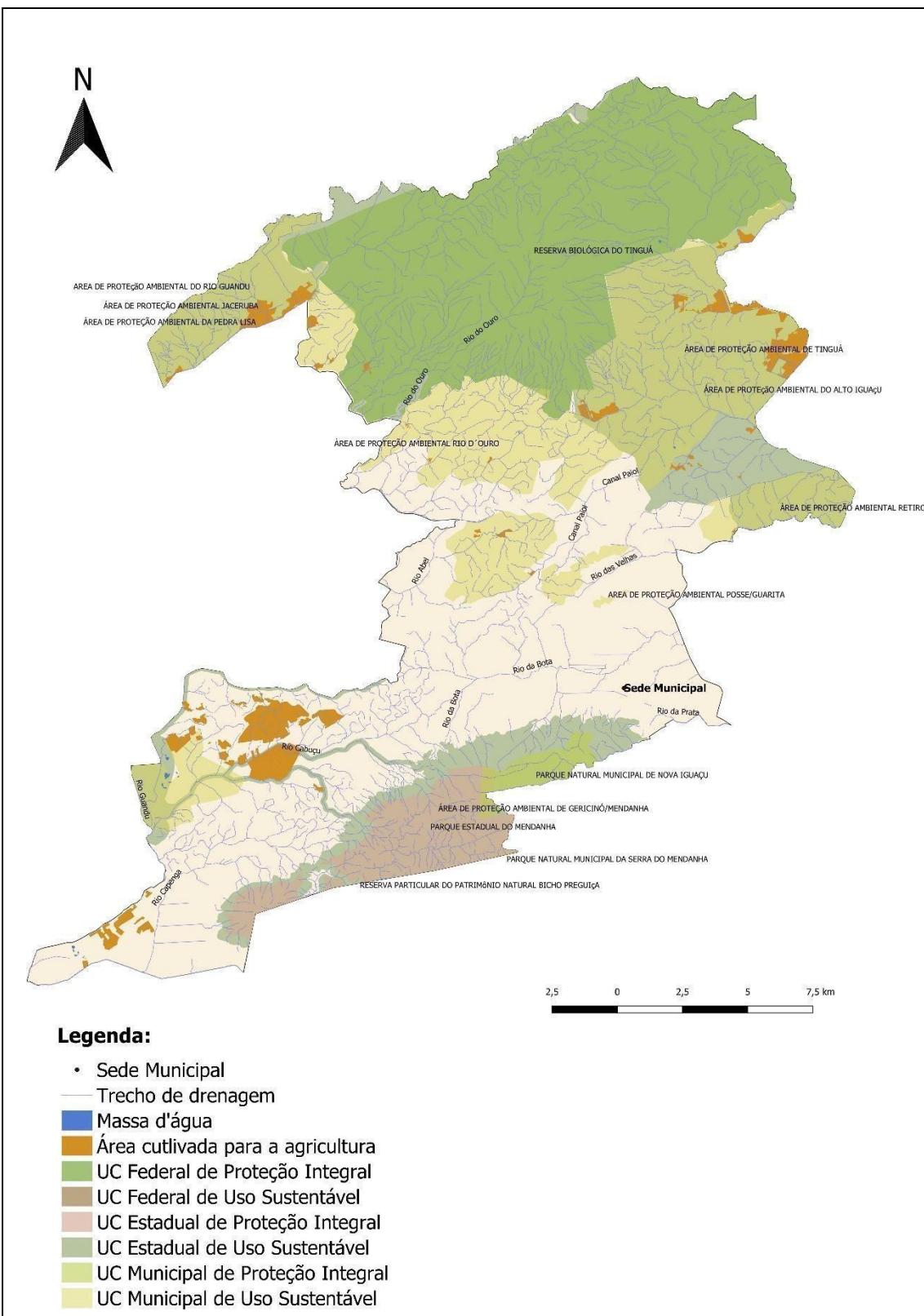
Ressaltando que, apenas parte da área dessas propriedades agrícolas são de fato destinadas à alguma atividade agropecuária, no entanto outras são destinadas às áreas de reserva legal (RL), áreas de preservação permanente (APP), área de pousio ou mesmo descampados sem utilização efetiva.

O relevo de Nova Iguaçu é representado por dois grandes maciços rochosos situados nas porções norte e sul do município: o maciço de Tinguá e o maciço do Gericinó-Mendanha, respectivamente. O primeiro possui altitude máxima de 1600 m, e o segundo, 974 m. (PCNI, 2017). Entre esses dois maciços estende-se uma grande área de planície (baixada) e de colinas com cristas vertentes e convexas (meias-laranjas), numerosas (mar de morros) e com altitudes inferiores às dos maciços. As colinas em formato de meias-laranjas tendem a ser em maior número à medida que se aproximam do maciço de Tinguá e dos contrafortes da Serra do Mar (região de Jaceruba) (PCNI, 2017).

No contexto ambiental, a presença de unidades de conservação ambiental é um ponto relevante, visto a importância da preservação para a manutenção das atividades agrícolas, sobretudo, pela contínua prática exploratória dos recursos e suas implicações sociais. Nova Iguaçu possui unidades de conservação (UC) que desempenham um importante papel para a manutenção do ecossistema local e, consequentemente, para a continuidade da agricultura de pequena propriedade.

Mapa 3: Unidades de conservação municipais, estaduais e federais em Nova Iguaçu

⁹ Os dados do CAR contemplam dados dos proprietários, possuidores rurais ou responsáveis pelos imóveis rurais e contêm informações georreferenciadas do perímetro do imóvel, das áreas de interesse social e das áreas de utilidade pública, com a informação da localização dos remanescentes de vegetação nativa, das áreas de Preservação Permanente, das áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e das áreas de Reservas Legais (FONTE: [htt//www.restauracaoforestal.org](http://www.restauracaoforestal.org)).



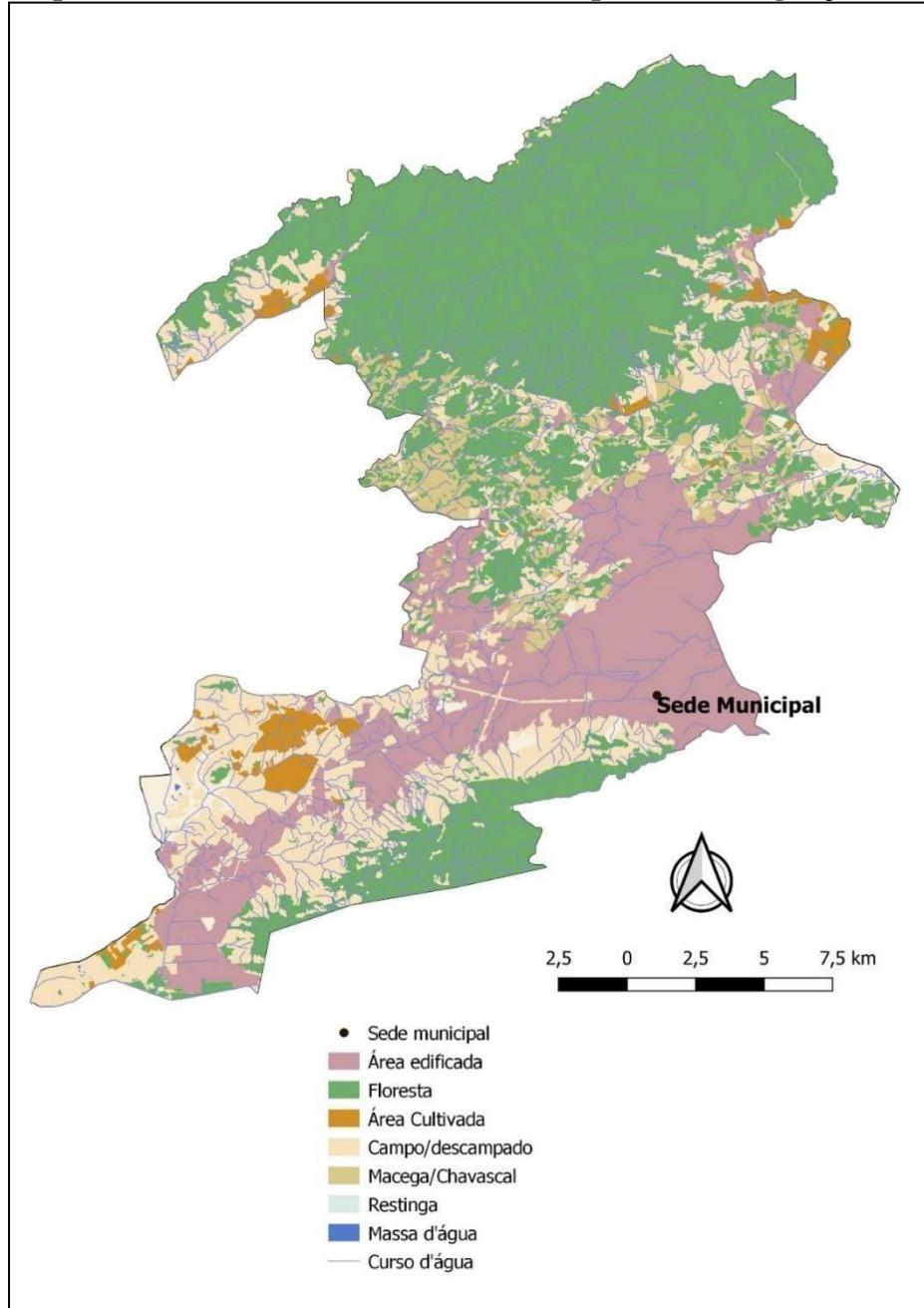
Fonte: Elabora pela autora a partir de dados do ICMBio, 2019.

Ao sul do município está localizada a área de proteção ambiental (APA) do Mendanha, administrada pelo Governo Federal e que abriga o Parque Municipal de Nova Iguaçu, unidade de proteção integral instituída pelo Poder Público Municipal (PCNI, 2017).

Mais ao norte há a Reserva Biológica Federal do Tinguá, uma unidade de proteção integral instituída pelo Governo Federal. No seu entorno estão as APAs de Jaceruba, Rio d’Ouro e Tinguá, todas criadas por leis municipais. Outras quatro áreas de proteção ambiental municipais são: Guanduaçu, Morro Agudo, Tinguazinho e Retiro, localizadas, respectivamente, nas porções sudoeste, noroeste e nordeste do município. (PCNI, 2017).

Essa região possui cerca 40% da área total coberta por formações vegetais, sendo que destes, 32.88% correspondem à cobertura original da Mata Atlântica. Cerca de 30% da ocupação do solo é para finalidade de uso urbano e o restante corresponde à atividade agrícola(2,94%) e áreas de campo e pastagem, ou seja, as áreas onde a vegetação natural ou primitiva foi substituída pelas práticas da agricultura (SOARES, 2015), como demonstra o Mapa a seguir.

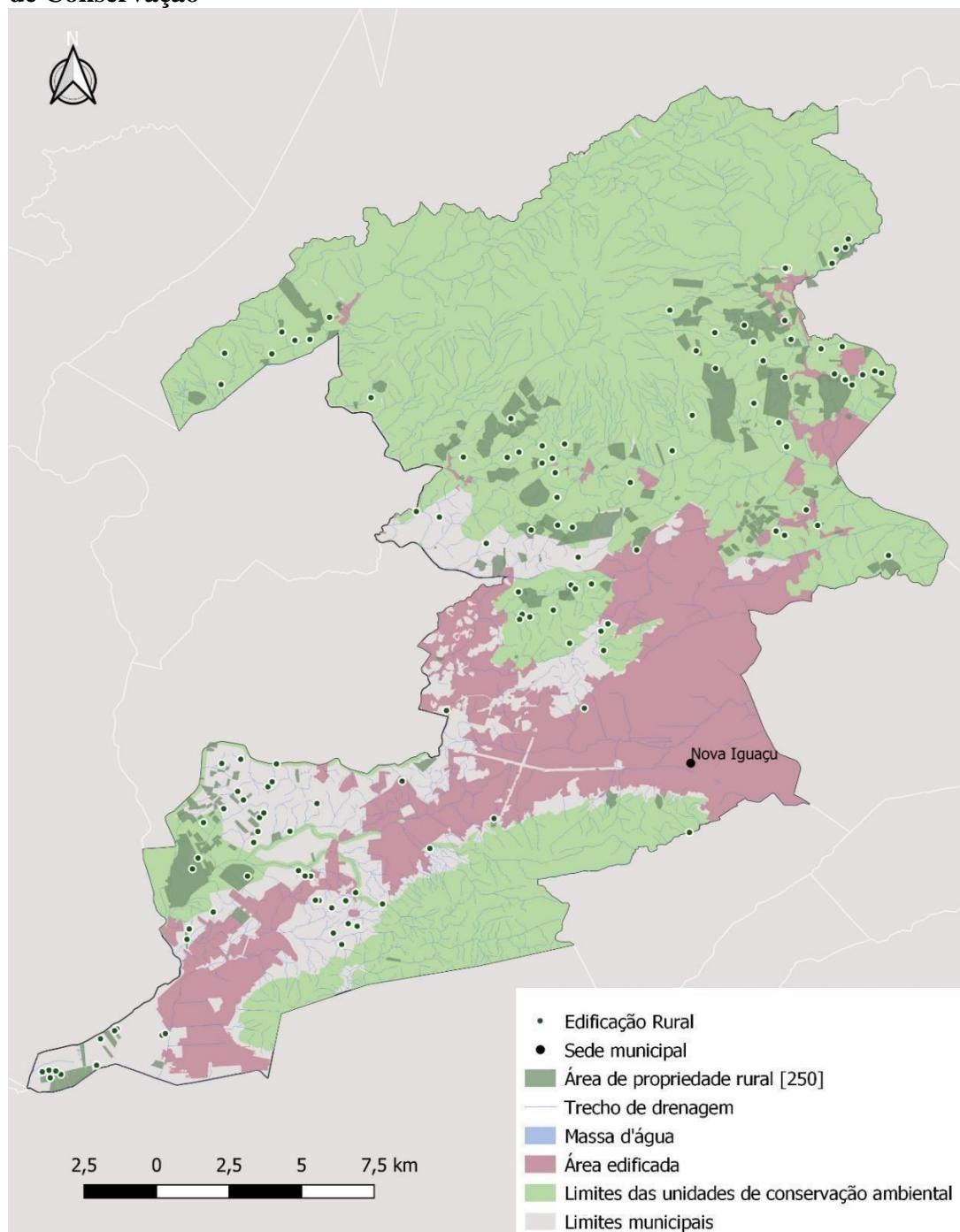
Mapa 4: Uso e cobertura do solo no município de Nova Iguaçu



Fonte: Elabora pela autora a partir de dados do IBGE, 2018

Os mapas 4 e 5 nos possibilitam dimensionar a ocupação e uso do solo a partir das áreas ocupadas por vegetação florestal, a interação com as áreas edificadas e a ocorrência de áreas destinadas para o cultivo agrícola. A agricultura no município ocorre em áreas de interação entre os limites das áreas fortemente antropizadas, as unidades de conservação e fragmentos florestais, assim como há a ocorrência de áreas cultivadas em áreas de baixa densidade de indivíduos florestais identificadas como campos/descampados, também próximos às regiões de intensa atividade antrópica.

Mapa 5: Áreas ocupadas por propriedades rurais dentro ou próximas às Unidades de Conservação



Fonte: Elabora pela autora, a partir de dados do IBGE, 2018 e ICMBio, 2019.

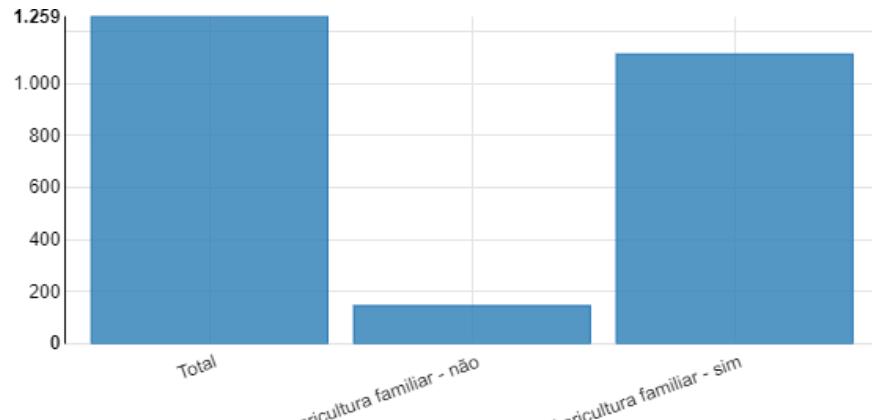
As propriedades agrícolas próximas ou dentro das unidades de conservação, quando alinhadas às práticas de conservação do solo, dos mananciais hídricos e preservação da vegetação nativa à produtividade, tem o potencial de contribuir para a conservação dos ecossistemas locais e desempenham função de barreira aos efeitos da urbanização sobre essas áreas.

Nessas localidades, de intensa interação rural-urbana, segundo dados contidos na pesquisa realizada por Soares (2015), das atividades desenvolvidas destacam-se a horticultura e a fruticultura, com expressiva participação familiar de pequeno porte que se diferem quanto os sistemas adotados para o uso da terra, o objetivo comercial da produção e forma de comercialização e acesso aos mercados. Além disso, a autora ressalta que nessas áreas mantiveram-se as atividades agrícolas tradicionais durante o processo de reestruturação pelo qual o município passou (SOARES, 2015).

De acordo com a Lei Complementar nº 16, publicada no Diário Oficial do município em 07 de outubro de 2006, a área rural de Nova Iguaçu é constituída, por 12 bairros: Jaceruba, Rio D’Ouro, Adrianópolis, Campo Alegre, Marapicu, Mutirão Marapicu, Prados Verdes, Montevidéu, São Bernardino, Tinguazinho, Tinguá I e Tinguá II.

No levantamento feito pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em 2006, a atividade agropecuária corresponde a 0,2% da composição do PIB de Nova Iguaçu. O valor da produção agrícola municipal é mostrado no gráfico abaixo, em grupos de agricultores familiares e não-familiares.

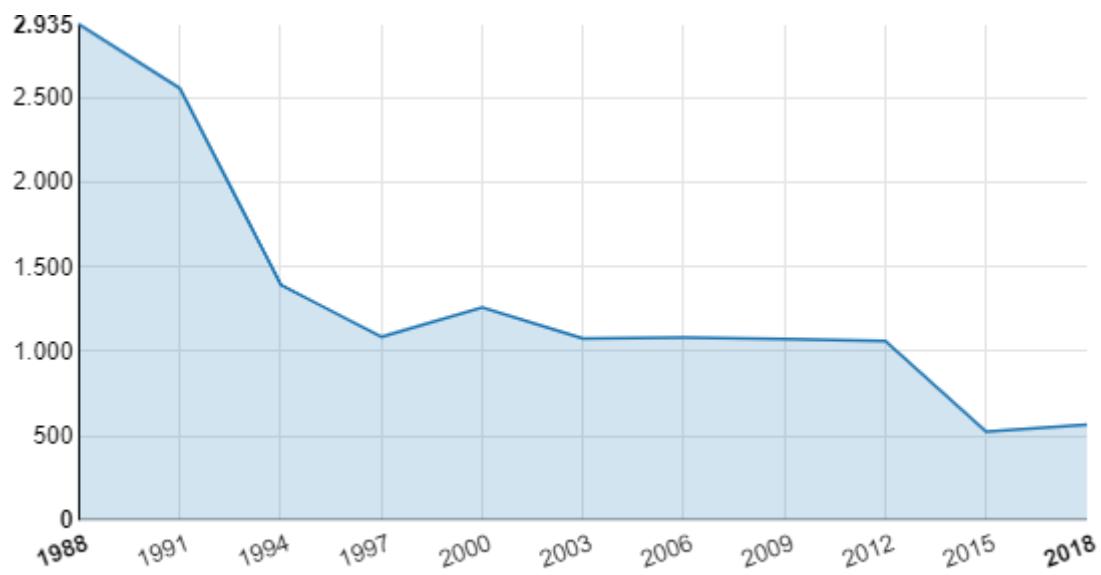
Gráfico 2: Valor arrecadado com a produção agrícola municipal de Nova Iguaçu (milhões) – 2017



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

É possível perceber que a produção agrícola familiar é responsável pelo maior percentual de arrecadação municipal do setor. Outro dado relevante de análise, é a área destinada à colheita ou áreas plantadas, visualizada ao longo da série temporal de 1988 até 2018 de acordo com dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM).

Gráfico 3: Área plantada ou destinada à colheita total (culturas permanentes e temporárias), série temporal 1988 a 2018 para Nova Iguaçu



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Dessa maneira, é possível identificar que em decorrência da pressão sofrida pela expansão da cidade e consequentemente deslocamento das áreas de interação rural-urbana para regiões mais distantes, também ocorreu impactos diretos quanto a redução das áreas produtivas e da produção agrícola no decorrer dos anos. Soares (2015) destaca que nessas áreas, onde o processo de urbanização é recente, ocorre a substituição dos sistemas de produção e das atividades agrícolas à eles associados para que possam atender as demandas do crescimento urbano, como por exemplo, para a construção dos loteamentos urbanos.

No estudo realizado por Machado (2010), em 1960 o município totalizava 1659 estabelecimentos agropecuários, em 1970, 1958 estabelecimentos, em 1996 apresentou 404 estabelecimentos e em 2006 houve um pequeno aumento passando para 423 estabelecimentos. Para o autor:

“(...) estes dados demonstram que as atividades urbanas exercem uma constante pressão em seu movimento de expansão, com perdas de áreas rurais para uso urbano, mas ao mesmo tempo a agricultura resiste” (MACHADO, 2010 p. 13)

Segundo dados da Emater-NI (2020), as principais atividades agrícolas do município são a olericultura, fruticultura e pecuária, sendo que o valor anual total da produção é de aproximadamente R \$7.322.806,00/ano, envolvendo o cultivo e comercialização de quiabo, pimentão, jiló, berinjela, milho verde, aipim, cana de açúcar, pepino, coco-verde, acerola, goiaba, banana e as atividades de cotonicultura, piscicultura ornamental e de corte, avicultura de postura e bovinocultura de leite. Os dados também apontam que o número de

estabelecimentos agropecuários equivale à 1.050 totalizando uma população de 9.000 habitantes, sendo que essa população está concentrada em torno das áreas de proteção ambiental do Tinguá, APA Gericinó-Mendanha e Rio Guandu e por tanto, consolidam-se como áreas importantes para contenção do processo de urbanização e desempenhando o papel de proteção e amortecimentos do efeitos da expansão urbana sobre as áreas protegidas.

2.4 HISTÓRICO DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA E POLÍTICAS AGRÍCOLAS LOCAIS

A Lei nº 3.660 de 15/07/2005, que criou o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural da Cidade de Nova Iguaçu (CMDR), é considerada um marco para o reconhecimento da atividade rural do município, por tanto anos negligenciada. Da iniciativa do próprio governo local junta às associações e lideranças de produtores rurais para o fortalecimento da atividade agrícola, o CDRM é um órgão bipartite composto por representantes governamentais, indicados pelas secretarias municipais, e por representantes não governamentais, ligados à sociedade civil indicados pelo Fórum Municipal de Desenvolvimento (MENDES, 2012).

Recriada em 2008, a nova Secretaria de Agricultura municipal assumiu, entre outras responsabilidades, a criação de políticas públicas efetivas para o aumento da produção, ampliação dos espaços de comercialização, e o estabelecimento de parcerias com instituições públicas, entre elas a Emater, para o aumento do acesso aos programas governamentais de crédito agrícola.

A Emater, uma empresa pública brasileira, atua na assistência técnica e extensão rural no Rio de Janeiro e está vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA). Atua em 76 municípios através dos escritórios locais, sendo uma das principais executora de políticas públicas de desenvolvimento rural no meio rural no estado, políticas de ATER, políticas de crédito rural, entre outras. O escritório local de Nova Iguaçu, atende além das comunidades do município e dos municípios vizinhos de Mesquita, Nilópolis, Queimados, Belford Roxo e Japeri.

Com a recriação da Secretaria de Agricultura, as áreas rurais municipais foram redefinidas para a criação de um novo Plano Diretor revisado, que segundo Mendes (2012), com objetivo estimular a relação urbano e rural nos aspectos que envolvem tanto o uso do solo quanto as atividades econômicas. Foram então estabelecidas as áreas rurais

de: Jaceruba, Rio D’Ouro, Tinguá, Adrianópolis, São Bernardino, Campo Alegre e Marapicu.

É válido ressaltar, que dada a redefinição das áreas anteriormente eliminadas pelo Plano Diretor anterior, ficou definida a proximidade das áreas de produção agrícolas com as áreas de proteção ambiental de Nova Iguaçu. Dessa maneira, a agricultura local cumpre a importante função de amortecimento da expansão urbana sobre às áreas de proteção ambiental, contribuindo para a manutenção dos serviços ecossistêmicos e para a preservação da biodiversidade da região (MENDES, 2012).

Outras ações voltadas ao atendimento das demandas dos produtores rurais, incluem a criação do Consórcio Intermunicipal de Agricultura da Baixada Fluminense (CIABAF) em 2017, a Associação dos Apicultores da Baixada Fluminense em 2018, e o Apiário Municipal. Como parte das estratégias de fortalecimento da agricultura municipal, foi criada a Lei nº 11.326, de 17 de abril de 2018, que instituiu no âmbito municipal a Feira da Roça de Nova Iguaçu, prevendo a garantia legal do espaços público da Praça Rui Barbosa destinados à realização de feiras, fomentando o comércio para escoamento a produção e estimular o consumo de produtos da agricultura familiar local (PCNI, 2017). Além disso, em conjunto com estratégias federais, o governo local assumiu a destinação de 30% do Plano de Alimentação Escolar (PNAE) para a compra de produtos locais para alimentação escolar.

A questão de infraestrutura também é considerada, através da disponibilização de maquinário agrícola para pequenos agricultores que não disponham de máquinas próprias. Todas essas estratégias recentes no cenário agrícola municipal, tem como elemento importante a articulação com outros esferas, lideranças comunitárias, da Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu (AFERNI) e do Fórum Municipal de Economia Solidária (FMES), além da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo de Nova Iguaçu.

A Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu (EANI), coordenada pelo escritório local da Emater-Rio em parceria com a CPT Baixada, surge nesse contexto como uma experiência de fortalecimento da agricultura local, que atende agricultores e agricultoras do município de Nova Iguaçu e adjacências, difundindo o saber agroecológico como o entendimento do processo ressignificação da agricultura, através da proposta de desconstrução do padrão hegemônico imposto à agricultura convencional. Seus aspectos metodológicos, assim como o histórico de atuação e a dimensão territorial serão descritos adiante.

2.5 A ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA IGUAÇU (RJ)

O histórico de formação da EANI, é uma um processo atravessado por muitos olhares e fatores. Por tanto, além da revisão bibliográfica disponível, lançamos mão da experiência relatada pelos Técnicos da Emater-Rio, AS PTA e agentes da CPT, para construir um arcabouço teórico que possibilite uma melhor compreensão sobre tema.

A partir dos anos 2000 se iniciam os primeiros sinais do que futuramente seria a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu (RJ). De uma experiência similar em Campos dos Goytacazes, região sul do estado do Rio de Janeiro, Padre Geraldo e Luís, agentes da CPT, tem contato com uma iniciativa promovida pela CPT local que buscava alternativas produtivas de base ecológica para agricultores/as da região. Paralelo a isso, ocorre também uma reestruturação da CPT Baixada, a partir da rearticulação de seus integrantes.

Com o avanço da experiência em Campos, entre os anos de 2006 e 2007, há uma ampliação da proposta para uma formação agroecológica e, tanto Padre Geraldo quanto Luís, morador de Marapicu na época, sentiram-se motivados a iniciarem uma proposta similar em Nova Iguaçu/RJ, que se iniciou como um espaço para repensar as formas de produzir.

Em 2007 começam as atividades da Escolinha, que foi chamada assim na época por ser incialmente uma proposta pequena. É em Marapicu que se inicia todo o processo de estruturação da Escolinha de Agroecologia, ao promover iniciativas de transição agroecológica dentro do assentamento. O Assentamento de Marapicu é uma das áreas rurais que compõe a grande ocupação de terra que ocorreu em 1984, durante um período de retomada da luta pela conquista da terra no estado.

Conforme a experiência foi ganhando conhecimento nas comunidades próximas, agricultores e agricultoras de outras áreas de assentamentos da Baixada Fluminense começam a demonstrar interesse em participar também. Foi então necessário articular um novo espaço físico que comportasse a proposta, visto que estava em curso um processo de ampliação dos novos interessados em participar da formação.

A proposta da formação agroecológica era conduzida pelo Luís e pelo Padre Geraldo, que contavam pontualmente com alguns parceiros. A partir de 2009, o escritório da Emater local começou a se aproximar, em decorrência do acompanhamento que já faziam das áreas de assentamento da Baixada Fluminense, inclusive de Marapicu.

É importante ressaltar que a Engenheira Agrônoma e extensionista da Emater-Rio, Maria Conceição Rosa, conhecida como Mariella, foi uma da primeira pessoa que

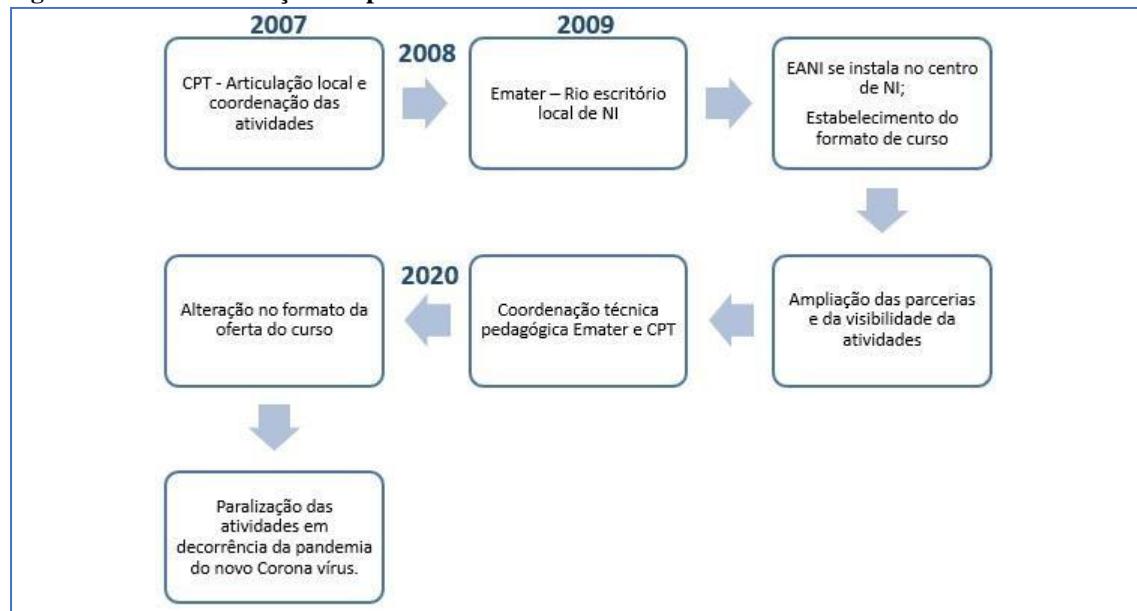
começaram a acompanhar as atividades mais de perto, é uma das principais parceiras da iniciativa e atualmente uma das grandes referências da EANI.

Entre anos 2008 e 2009, as atividades da Escolinha saíram da área rural e passaram a acontecer no centro de Nova Iguaçu/RJ, primeiro na Igreja de Nossa Senhora de Fátima e depois na Catedral de Santo Antônio, onde permaneceu até a interrupção das atividades em decorrência das medidas de controle da pandemia da Covid-19.

Nesse período, o escritório local da Emater foi definitivamente incorporado à proposta, cedendo os técnicos para contribuírem com as aulas e outras atividades de formação. Posteriormente, passou a assumir a coordenação técnico-pedagógica das atividades e CPT ficando a cargo da coordenação administrativa e articulação, junto às comunidades de assentados e lideranças do movimento sindical de Nova Iguaçu.

O fluxograma abaixo, apresenta uma contextualização temporal, sobre os fatos que levaram o início das atividades da EANI e os períodos a eles associados, definindo uma linha do tempo que se inicia em 2007 até o ano de conclusão dessa pesquisa.

Figura 2: Contextualização temporal EANI



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Ao longo do tempo mais parcerias foram sendo firmadas a partir da expansão das atividades da EANI, agregando profissionais da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia e a Comunidade Empenho e Serviço Voluntário (Cisv), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Agrobiologia) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Parceiros vieram a somar esforços que através da

cessão de transporte para visitas técnicas (UFRRJ), que através de apoio financeiro (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de técnicos e colaboradores (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro). Cita-se também o importante papel da Federação da Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj) recebendo alunos para visitas técnicas (EMATER, 2020).

Em relação a área de abrangência da experiência, entre 2007 e 2008, a atuação da EANI esteve restrita aos alunos do município de Nova Iguaçu, com predominância da comunidade de Marapicu, onde foi fixada a primeira sede da EANI, posteriormente transferida para o centro de Nova Iguaçu.

Essa transferência facilitou o acesso pelos interessados de outras cidades próximas, e a partir de 2009 a EANI passou a receber interessados de outros municípios, como Queimados, Japeri, Mesquita e Belford Roxo. Em 2010, ocorreu também a expansão desta área de abrangência para os municípios de Paracambi e Duque de Caxias.

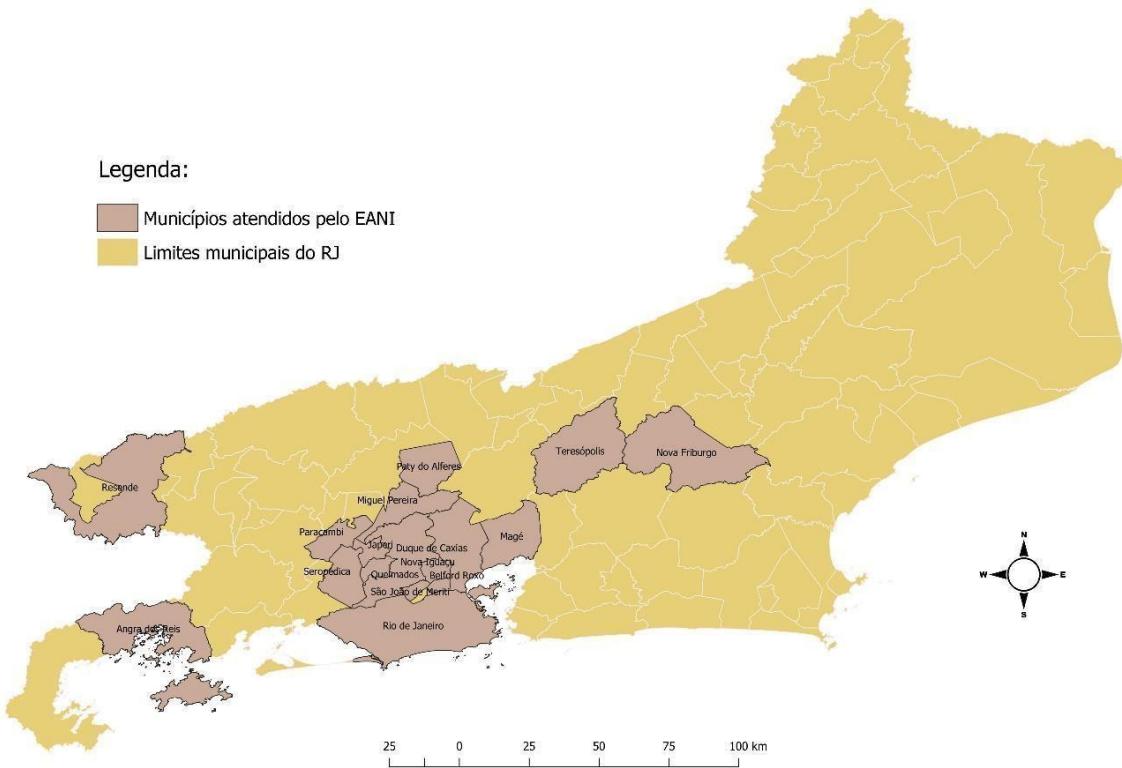
De 2012 a 2017 a EANI recebeu agricultores/as dos municípios de Seropédica, São João de Meriti, Mesquita, Rio de Janeiro, Magé, Paty de Alferes, Miguel Pereira, Teresópolis, Nova Friburgo, Resende e Angra do Reis, estabelecendo-se como uma referência no processo de construção do conhecimento agroecológico e para a transição produtiva para agricultores/as familiares da Baixada Fluminense. A expansão geográfica dos municípios de origem dos egressos para além dos limites do município sede validou a repercussão positiva do trabalho que vem sendo desenvolvido desde a sua inauguração.

Mapa 6: Abrangência dos municípios atendidos pela EANI entre 2007 e 2010



Fonte: Rosa (2014)

Mapa 7: Abrangência dos municípios atendidos pela EANI entre 2007 e 2020



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do IBGE, 2018.

Os mapas 6 e 7, demonstram comparativamente a expansão da abrangência dos municípios de origem dos alunos matriculados para os cursos ofertados na modalidade anual entre os anos de 2007 e 2020. Essa ampliação geográfica do alcance da experiência da EANI, além de refletir o sucesso da proposta favorece um movimento de intercâmbio entre agricultores/as dentro de suas comunidades e coletivos. Sendo essa uma prática comum no meio rural, e o deslocamento de alguns/umas destes/as produtores/as de suas localidades de origem para participarem das atividades propostas pela EANI fomenta uma rede de transferência de informações que amplia o alcance da atuação da EANI, deixando de estar restrita apenas aos egressos dos cursos.

Até o ano de 2018 a EANI manteve um curso anual estruturado a partir de dois encontros mensais e a partir de 2020, após uma avaliação interna da coordenação, o formato do curso foi reformulado e oferecido em módulos mensais a partir das temáticas previamente selecionadas para o ano corrente e com objetivo de atender prioritariamente agricultores familiares em transição produtiva para sistemas agroecológicos. Para a obtenção do certificado de conclusão de curso era exigida frequência mínima de 50%, sendo obrigatória a presença nos segmentos de Introdução à Agroecologia e Manejo Ecológico do Solo, trabalhados no início do curso (EMATER, 2013).

Entretanto, em decorrência das medidas de contenção da disseminação da Covid-19, momento atual pelo qual atravessamos durante o desenvolvimento desta pesquisa, houve a necessidade de interromper as atividades da EANI e a previsão do retorno e reestruturação das ações está prevista para o ano de 2021.

O perfil dos inscritos nos cursos anuais, era composto por agricultores e agricultoras familiares, trabalhadores rurais ou proprietários de sítios, quintais produtivos, agentes de pastoral (Pastoral da Saúde e Pastoral da Terra), servidores públicos (Secretaria Municipal do Meio Ambiente de N.I, Secretaria de Turismo de N.I e Superintendência de Agricultura e Turismo de N.I), representantes de redes de compras coletivas e circuitos de comercialização (Círculo de Feiras orgânicas Cariocas, Rede ecológica de Compra de Alimentos Orgânicos) ambientalistas, estudantes de instituições de ensino superior (UFRJ, UFRRJ e CEFET) e profissionais de áreas distintas (Agronomia, Biologia, Veterinária, Gestão Ambiental, Engenharia Civil, Jardinagem, Jornalismo, Agentes de Saúde e Técnico em Meio Ambiente).

Assim, mesmo compondo um perfil heterogêneo de inscritos, os beneficiários da EANI são prioritariamente agricultores familiares, em sua maioria oriundos de movimentos de ocupação organizada. Em geral estes agricultores cultivam em suas propriedades a fruticultura, criação de galinhas, produção de aipim, açaí, banana, tomate e além de manejo de unidade familiar como um todo. A participação de um considerável número de lideranças de associações de agricultores e de conselheiros municipais de desenvolvimento rural e de participantes da Feira da Roça de Nova Iguaçu e Queimados é um dos fatores relevantes e que potencializa o alcance da experiência da EANI.

Analizando a composição do total de inscritos entre 2008 e 2017, das informações contidas nas 498 fichas de inscrição, 48% (240 inscritos) são homens e 52% (258 inscritas) mulheres, de todas as faixas etárias, incluindo jovens rurais. Cabe ressaltar que, a partir das ações de mobilização da EANI fundamentadas nas práticas agroecológicas em prol da afirmação da identidade social, manutenção das atividades agrícolas e transição produtiva, tem-se estabelecido um movimento onde mulheres agricultoras em busca de renda e autonomia possam acessar organizações e iniciativas de articulação política locais, assim como estejam inseridas a mercados curtos de comercialização.

Strauch *et al* (2012) analisando a atuação da EANI destaca que:

“A abrangência da experiência pode ser constatada pela quantidade de comunidades envolvidas e pelo número elevado e constante de alunos inscritos – com uma participação ininterrupta e bastante equilibrada de homens e

mulheres. Garante-se, assim, a formação de multiplicadores, aumentando seu impacto e amadurecendo o processo de transição agroecológica ora em curso na região [...] A presença de pessoas de tantas comunidades rurais está provocando não só a troca de saberes agroecológicos, como também a troca de experiências sobre associativismo e participação em conselhos municipais. Além disso, os educandos estão se apropriando de uma visão de território enquanto espaço de fortalecimento das relações e articulação política” (STRAUCH et al, 2012, p.31).

A partir dessas considerações, entendemos como a experiência da EANI tem motivado o interesse pelas questões relacionadas aos princípios agroecológicos de produção agrícola pelos alunos, que recorrem a metodologia da Escolinha buscando a capacitação pessoal e profissional formando-se possíveis futuros agentes difusores do conhecimento contribuindo para um efeito multiplicador.

Os temas a serem abordados durante o curso ou módulos são definidos entre a coordenação técnico pedagógica e pelos parceiros, que contribuem ministrando alguns módulos e facilitando as atividades de intercâmbio nas em unidades demonstrativas de instituições de pesquisa ou nas vivências propriedades de alunos e egressos. Além disso, há o cuidado em observar as demandas dos inscritos em cada tudo, podendo a programação variar de um ano para o outro. Abaixo são descritos os temas centrais divididos de acordo com o eixo que melhor se enquadra:

Figura 3: Temas abordados no curso da EANI.

PRODUÇÃO	CONSERVAÇÃO E MANEJO	ASPECTOS TEÓRICOS E NORMATIVO
<input type="checkbox"/> Adubação verde; <input type="checkbox"/> Compostagem e substratos alternativos; <input type="checkbox"/> Identificação de pragas e doenças das plantas; <input type="checkbox"/> Sistemas Agroflorestais; <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Criação de Aves; <input type="checkbox"/> Homeopatia aplicada à agropecuária; <input type="checkbox"/> Piscicultura.	<input type="checkbox"/> Manejo ecológico do solo; <input type="checkbox"/> Saneamento Rural; <input type="checkbox"/> Práticas conservacionistas.	<input type="checkbox"/> Visão crítica sobre a história dos agrotóxicos e transgênia; <input type="checkbox"/> Introdução à agroecologia; <input type="checkbox"/> Conservação e legislação das águas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Existe a preocupação em mesclar aulas teóricas e práticas, com demonstrações de método e visitas técnicas de forma que a teoria e prática fizessem parte do cotidiano do curso possibilitando um melhor aprendizado dos conteúdos. No formato do curso anual, as aulas ocorriam com uma periodicidade quinzenal, com duração de 6 horas cada, com intervalo para almoço, que é fornecido pela própria EANI, o que totalizava em média 20 encontros anuais e uma carga horária total de 120 horas.

A figura 4, retrata um dos momentos de atividades práticas demonstrativa, coordenada por uma técnica da Emater-Rio, onde as técnicas de manejo agroecológico são apresentadas em unidade demonstrativa.

Figura 4: Aula prática do curso de agroecologia da EANI.



Fonte: EANI, 2015.

No ano de 2010, foi introduzido a obrigatoriedade de apresentar um “trabalho de conclusão de curso” pelos alunos de forma individual ou em grupo para o formato do curso anual. A proposta era de que cada aluno, ou cada grupo de alunos, introduzisse em suas unidades e espaços de produção, uma das técnicas agroecológicas apresentadas durante o ano e o resultado fosse apresentado para debate ao final do curso, mês de dezembro. A escolha do tema é livre, feita em meados do mês de julho, assim como a

forma de apresentação também é livre. O objetivo principal em estimular a execução deste trabalho é fomentar a troca de experiências entre os alunos e incentivando protagonismo de agricultores e agricultoras no processo de aprendizagem.

A prática da educação popular embasa a proposta pedagógica da EANI, considerando a construção do conhecimento a partir do modo de vida dos agricultores e na *práxis* das ações agroecológicas. O conhecimento científico e o domínio das técnicas de produção são constituintes de um universo conectado às referências pessoais dos/as agricultores/as trazidos da prática do dia-a-dia assim como dos coletivos aos quais estão inseridos (LANÇA, 2015). A EANI se constitui assim, como um espaço não formal de educação, baseado nos princípios da agroecologia.

Rosa (2014), em artigo publicado sobre a EANI, enquanto um espaço de formação na Baixada Fluminense, conclui que é possível perceber que a ações da Escolinha vem cumprindo seus objetivos, principalmente no que tange a inserção de produtos até então não comercializados pelos produtores das feiras da roça, como: ovos e húmus de minhoca. A autora chama atenção para sinais de que tem ocorrido uma inserção dos agricultores em um novo modo de produção que não o convencional, tais como o incentivo dado por ex-alunos á vizinhos no sentido de orientá-los em determinadas práticas dentro da propriedade, além de praticá-las em suas unidades produtivas e o discurso dos produtores ao descrever seus produtos aos compradores (ROSA, 2014).

Além de ter se firmado com um espaço de formação agroecológico, a EANI é responsável pela Festa da Partilha da Sementes e Mudas, incialmente proposta em 2011 pela Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), junto à da Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu (AFERNI) e o Programa de Agricultura Urbana da AS PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, as atividades ocorrem em Nova Iguaçu e além do espaço pensado para a troca de sementes e mudas entres os participantes, também ocorrem oficinas, mostra de vídeos e plenárias.

Figura 5: Festa da Partilha da Sementes e Mudas de 2019.



Fonte: EANI, 2019.

A figura 5, retrata um dos momentos de interação entre os participantes durante a abertura das festividades, na Catedral de Santo Antônio, centro de Nova Iguaçu. Nos anos seguintes, a Festa da Partilha da Sementes e Mudas foi incorporada ao calendário de atividades da EANI (Anexo III), consolidando-se como um importante espaço de encontros e trocas entre os ex-alunos, possibilitando a continuidade do intercâmbio de saberes entre agricultores, produtores rurais e interessados na temática, oriundos de diferentes regiões do estado.

Para Escobar (2014), a partir do questionamento “que tipos de mundos são representados através de qual conjunto de práticas?” (ESCOBAR, 2014. p. 14), o autor transmite a ideia de pensar o território através do projeto de vida e da autonomia dos povos, que envolve suas múltiplas territorialidades e estratégias. O conceito de “sentipensar” descrito pelo autor, traduz a reflexão sobre olhar o território a partir dos conjuntos de práticas presentes e da lógica entre coração e mente, como um campo de interações, amparado por estratégias de organização e solidariedade, bem-estar, conhecimento e multiatividade.

Assim, da descrição das ações da EANI e a partir das considerações de Escobar (2014), a seguir serão apresentados aspectos da Feira da Roça de Nova Iguaçu/RJ, dando embasamento ao objeto de estudo desta pesquisa, corroborando com a ideia sobre a importância de um conjunto de práticas e suas implicações territoriais.

2.6 A FEIRA DA ROÇA DE NOVA IGUAÇU: ASPECTOS DE UM ESPAÇO DE COMERCIALIZAÇÃO.

O início das atividades da EANI no município de Nova Iguaçu estimulou o estabelecimento de iniciativas voltadas à autonomia produtiva e de comercialização para a agricultura local. Uma dessas iniciativas é a Feira da Roça de Nova Iguaçu, que surgiu em um contexto político importante para o município, onde as questões de comercialização dos assentamentos da região começaram a ser debatidas internamente pelos agentes da CPT-Baixada, e conciditam com o período de regularização fundiária do assentamento rural de Marapicu.

Sendo assim, com objetivo de subsidiar um segmento da agricultura do município carente de espaço de comercialização, com o apoio da Emater-Rio e da CPT o projeto de conquistar um local para comercialização dos produtos provenientes da agricultura local surgiu em 2004, inicialmente com o nome de Mercado do Produtor Rural, instalado em um galpão cedido pela prefeitura de Nova Iguaçu, mas que não possibilitava visibilidade suficiente para um alcance mais amplo da atividade.

Entre um período de paralisação e retomada das atividades, em setembro de 2006, a prefeitura municipal realocou os/as agricultores/as para a Praça Rui Barbosa, no centro de Nova Iguaçu, definido como o lugar da Feira e onde se mantém até hoje. Vale ressaltar, que esse feito foi alcançado graças a intensa mobilização por parte dos agricultores locais junto ao Conselho de Políticas Públicas.

Em 2011, por meio de dois projetos, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS), um executado pela Emater-Rio, e outro da Petrobras executado pela AS PTA Agricultura Familiar e Agroecologia destinados a fomentar a formação de agricultores, viabilizar aspectos estruturais e dinamizar a comunicação/identidade visual e de ATER, agricultores e artesãos foram incentivados a permanecer e manter as atividades, ampliando a divulgação (ANEXO IV) e dando mais visibilidade à atividades da Feira, como podem ser vistas nas Figuras 3 e 4.

Figura 6: Estrutura das barracas da Feira da Roça de Nova Iguaçu (RJ)



Fonte: Disponibilizado pela Emater-Rio, 2011.

Figura 7: Identidade visual da Feira da Roça de Nova Iguaçu (RJ)



Fonte: Disponibilizado pela Emater-Rio, 2011.

A partir destas ações, foram adquiridas para a feira de Nova Iguaçu, barracas, balanças eletrônicas e um caminhão de quatro toneladas para transporte da produção, além da realização de cursos de gestão de empreendimentos econômicos e solidários e de formação em Agroecologia. Outro fator importante foram os serviços prestados para a criação da identidade visual da associação de feirantes, intitulada Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu (AFERNI) (STRAUCH, et al 2012).

“Ambos os projetos foram elaborados a partir das demandas reais das organizações dos agricultores e suas representações nos municípios, valorizando também os acúmulos das discussões ocorridas no âmbito da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro sobre temas como Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Agroecologia, agricultura familiar e comercialização. A execução dos projetos tem sido realizada a partir de um diálogo entre a Emater-Rio – através de seus escritórios de Nova Iguaçu e Magé e também de sua Gerência Estadual de Agroecologia – e a AS-PTA, num sentido de complementaridade de ações, potencializando os recursos disponíveis” (STRAUCH, et al, 2012, p.33).

A Figura 5 retrata uma das barracas compartilhada por feirantes na Feira da Roça de Nova Iguaçu após o início da execução dos projetos.

Figura 8: Feirantes da Feira da Roça de Nova Iguaçu (RJ)



Fonte: Disponibilizado pela Emater-Rio, 2011.

Hoje, a Feira, além de contar com personalidade jurídica para representar o grupo de agricultores, conta também com o Fórum de Cooperativismo Popular de Nova Iguaçu, a Emater e a Prefeitura do município montando e transportando as barracas da feira. A iniciativa que tem a participação do movimento da economia solidária tem aproximadamente 40 famílias agricultoras participantes, provenientes dos bairros vizinhos de Marapicu, Campo Alegre, Fazenda São Bernardino, Jaceruba, Geneciano.

“Um dos aspectos ressaltados pela Feira da Roça é justamente o de dar visibilidade a um setor que estava fadado a ser engolido pela expansão urbana. A presença semanal de agricultores no centro de Nova Iguaçu revelou uma realidade até então pouco conhecida do município e cau- sou surpresa naquela população urbana que ignorava a quantidade, a diversidade e a qualidade da produção alimentar local. Para os agricultores, a feira abriu perspectivas de viabilização econômica, ao mesmo tempo em que afirmou sua identidade e aumentou sua autoestima.” (STRAUCH et al, 2012, p.32)

O sucesso da Feira da Roça de Nova Iguaçu despertou o interesse de agricultores de municípios vizinhos, que em 2010, a partir de demandas dos agricultores debatidas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, os produtores rurais de Queimados iniciaram sua própria feira. No início os produtos comercializados eram aqueles que os agricultores não tinham o hábito de comercializar e que a partir do bom retorno financeiro e a demanda dos consumidores passaram a ser frequentes, além despertarem um novo olhar dos agricultores sob meios de produção e da sua propriedade. Em março de 2011, a Associação da Feira da Roça de Queimados (AFERQ) foi criada.

Dando continuidade ao efeito multiplicador do sucesso conquistado nas Feiras da Roça de Nova Iguaçu e Queimados, foi criada a Feira da Roça de Japeri, em junho de 2011, inicialmente com a participação de 18 famílias agricultoras. E em junho de 2012, um grupo de 46 agricultores (as) de comunidades distintas de Magé, com os apoios da AS PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, do escritório local da Emater-Rio e da prefeitura municipal, inauguraram a Feira da Agricultura Familiar de Piabetá em Magé (LANÇA, 2013).

O aumento do número de feiras organizadas por iniciativa de agricultores familiares como estratégia de comercialização direta de seus produtos é um fenômeno observado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro que vem contribuindo para restabelecer e resgatar padrões de consumo e relações produtor-consumidor, valorizando os modos de produção e como forma de lutar pelo reconhecimento da agricultura principalmente nos municípios considerados predominantemente urbanos (STRAUCH et al, 2012).

A mobilização dos agricultores em coletivos organizados é fundamental para que estejam articulados para a inserção no mercado, num contexto em que haja um espaço de construção coletiva e tomadas de decisões principalmente dentro da proposta de produção agroecológica. A comercialização via circuitos curtos, é uma estratégia importante neste processo. A construção social de mercados locais, além do objetivo principal de geração trabalho e renda para os agricultores, cumpre também o papel de dar visibilidade à agricultura do município em que está inserido (LANÇA, 2013).

As feiras surgem neste contexto como um ótimo espaço para fortalecer estas relações, desempenhando o papel de valorizar a agricultura local e de localidades próximas, além de fortalecer a identidade camponesa, sendo um importante canal de comercialização. Ao aproximar produtores e consumidores, a venda de produtos em mercados locais diminui os custos de deslocamento da propriedade aos pontos de venda

e consequentemente diminui os custos de produção. Esta aproximação, além eliminar intermediários e atravessadores, cumpre o importante papel de legitimar a atividade agrícola do município (OLIVEIRA, 2016).

Lança (2013), afirma que as feiras acabam por gerar um espaço que está para além da socialização e de um movimento de resgate cultural, tornam-se um ambiente de ação pública gerando locais de encontro e articulação política e de reprodução de identidades. Nesse sentido, na Baixada Fluminense, o exemplo mais antigo de organização de um grupo de agricultores familiares da região metropolitana do Rio de Janeiro é a Feira da Roça de Nova Iguaçu (STRAUCH, et al 2012).

As evidências empíricas relatadas pelos técnicos da Emater-Rio e parceiros da EANI, quanto ao quantitativo de alunos da que participam das Feiras da Roça, descrevem a inserção de muitos agricultores ex-aluno e alunos da Escolinha nestes canais de comercialização. Esse fato possibilita a compreensão e análise da relação entre as Feiras e a EANI, partindo dos objetivos primários de ambas até à dinâmica nos dias atuais.

Essa relação pode ser identificada principalmente nos aspectos referentes aos critérios e condições necessárias à participação na Feira da Roça de Nova Iguaçu, que tem como objetivo central ser um espaço de comercialização para viabilizar e visibilizar uma produção livre de agrotóxicos na região da Baixada Fluminense. Desse modo, estabeleceu-se uma relação direta com a EANI, a partir da demanda pela formação agroecológica e a proposta geral da Feira.

CAPÍTULO III – AÇÃO PÚBLICA E SOCIEDADE: IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA IGUAÇU (RJ)

RESUMO

A partir da estrutura de categorias de análise e da aplicação da metodologia escolhida para a coleta de dados, serão apresentadas considerações específicas às ações da EANI que contribuem para a afirmação da identidade produtiva de agricultores e agricultoras familiares, as condições de existência da agricultura local, o fortalecimento de redes de organização social e a relação desses fatores com ações de ATER para a construção de um território agroecológico na Baixada Fluminense.

ABSTRACT

Based on the structure of analysis categories and the application of the methodology chosen for data collection, specific considerations will be presented to EANI actions that contribute to the affirmation of the productive identity of farmers and family farmers, the conditions of existence of local agriculture, the strengthening of social organization

networks and the relationship of these factors with ATER actions for the construction of an agroecological territory in the Baixada Fluminense.

3.1 METODOLOGIA APLICADA

Esta pesquisa foi conduzida como um estudo de caso da experiência da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu (EANI), no município de Nova Iguaçu/RJ. O método de investigação escolhido, está baseado na representação do grupo social formado por agricultores familiares da Feira da Roça de Nova Iguaçu egressos da EANI, a partir da complexidade das relações sociais e institucionais entre esses sujeitos e as entidades envolvidas nos processos inerentes ao objeto de análise.

Ao definir um estudo de caso, Triviños (1987) aponta que este é uma categoria da pesquisa qualitativa, onde o objeto é uma unidade de análise que tem por objetivo aprofundar a compreensão sobre determinada realidade, e examina o fenômeno no ambiente natural de ocorrência, a partir de diferentes métodos de investigação para a coleta de dados.

Centrada na compreensão e extensão das dinâmicas das relações sociais e desenvolvida a partir de aspectos que não podem ser quantificados, a pesquisa qualitativa segundo Minayo (2001), contempla uma gama de significados, valores, hábitos e atitudes que estão correlacionados ao campo das relações, fenômenos e processos da realidade vivida e não podem ser limitados a dados quantificáveis. Ou seja, na pesquisa qualitativa as variáveis são indissociáveis de seus valores e símbolos, neste contexto, através de uma escuta ativa e da observação direta, os saberes locais, o contexto social e a realidade local são os elementos que formam o escopo dessa pesquisa.

A capacidade de observação e integração com o grupo pesquisado, flexibilidade e abertura, compõem as características do/a investigador/a dentro da pesquisa qualitativa, além de possibilitar a revisão dos objetivos da investigação e, promover fatores positivos como a correção dos instrumentos da pesquisa e condições de readaptação (MINAYO, 2001).

Por tanto, a aproximação com os atores sociais envolvidos para análise dos processos, ou seja, a aproximação dos/as pesquisadores/as com as comunidades envolvidas com a pesquisa qualitativa, ocorre no trabalho de campo que, segundo Netto (1994), possibilita a aproximação com o objeto de estudo assim como a criação de novos campos de análise, a partir da realidade em questão.

A pesquisa que tratamos aqui foi desenvolvida ao longo dos anos de 2019 e 2021, pautada em algumas técnicas aplicadas ao estudo de caso em cada fase do levantamento de dados, entre elas a revisão de bibliografia especializada, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, realizadas entre os meses de agosto de 2020 e fevereiro de 2021.

A pesquisa documental segundo Godoy (1995), consiste em uma técnica de abordagem de dados qualitativos a partir do exame de materiais de natureza diversa, que incluem relatórios e registros das próprias organizações e instituições, além de informações contidas em arquivos públicos. Essa técnica pode ser utilizada em complementariedade à outras fontes de informações, como por exemplo o levantamento bibliográfico, que favorece um melhor entendimento do problema explorado.

Os dados coletados nessa fase subsidiaram a formulação dos roteiros de entrevista semiestruturadas, sendo um aplicado junto aos/as técnicos/as da Emater-Rio, Embrapa, AS PTA agricultura familiar e Agroecologia e agentes da CPT, e o segundo para os/as agricultores/as da Feira da Roça de Nova Iguaçu egressos da EANI.

Para Minayo (2001) a:

“entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2001, p. 64-65).

Na aplicação das entrevistas, optou-se pela utilização técnica de amostragem não probabilística utilizada nas ciências sociais, chamada de “Snowball” ou como conhecida no Brasil como “bola de neve”, ou ainda segundo (PENROD, et al 2003) como “cadeia de informantes”. Essa técnica de amostragem utiliza cadeias de referência, e prevê que os participantes iniciais da pesquisa indiquem novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o “ponto de saturação”, ou seja, o objetivo proposto.

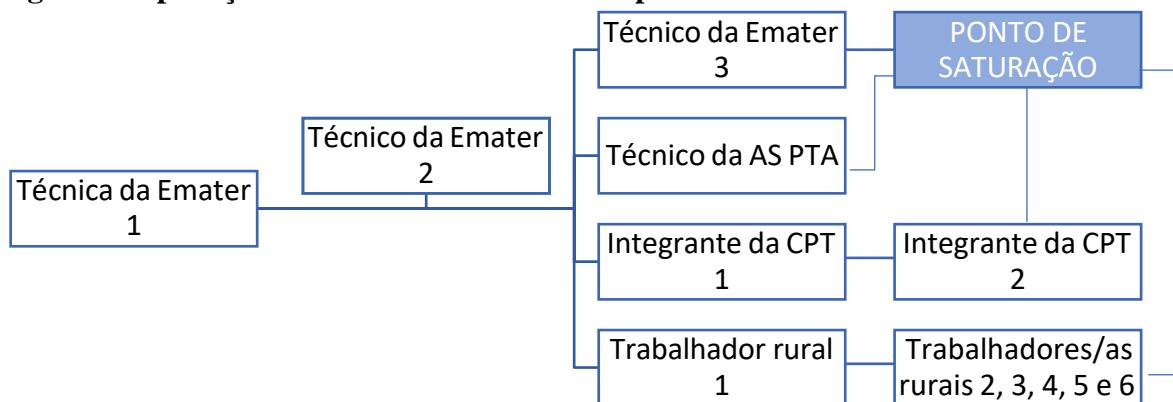
Esse “ponto de saturação” é atingido quando novas pessoas passam a ser entrevistadas e inicia-se a repetição dos conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, não havendo a adição de novas informações (WHA, 1994).

De acordo com Albuquerque (2009), por ter essa abordagem em cadeia, a “bola de neve” possibilita a coleta de dados em dois níveis distintos: a) o acesso às informações diretamente relacionadas aos sujeitos que participam da pesquisa; b) o acesso às informações ligadas às relações entre os sujeitos.

Foram entrevistados/as 2 (dois) técnicos Engenheiros Agrônomos Emater-Rio e uma técnica Engenheira Agrônoma da Emater-Rio, 2 (duas) agentes da CPT, 1 (um) técnico da AS PTA Agricultura Familiar e Agroecologia e 6 (seis) agricultores e agricultoras da Feira da Roça de Nova Iguaçu egressos da EANI.

Considerando os níveis de envolvimento dos sujeitos entrevistados/as com objeto de estudo, e a reflexão sobre a impressões comuns ao meio social onde estão inseridos, a figura 9 esquematicamente descreve o início da aplicação da técnica bola de neve até atingir o ponto de saturação.

Figura 9: Aplicação da técnica “Bola de neve” para coleta de dados



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Uma técnica da Emater-Rio do escritório local de Nova Iguaçu/RJ, foi selecionada como pessoa chave para início das entrevistas, e solicitada a indicar outro técnico da mesma empresa e um agricultor ou agricultora egresso da EANI e atuante da Feira da Roça de Nova Iguaçu. Por sua vez, estes também foram solicitados a indicarem outras pessoas e assim por diante. Uma vez identificados, esses sujeitos foram contatados para apresentação e esclarecimentos quanto à pesquisa e seus objetivos, e convidados a participar das entrevistas. A constatação da repetição de informações fornecidas, seguindo o roteiro elaborado para as entrevistas semiestruturadas, indicou que o ponto de saturação foi atingido encerrando a aplicação das mesmas seguindo a cadeia de informantes.

As entrevistas com os agricultores e agricultoras egressos da EANI foram realizadas na Feira da Roça de Nova Iguaçu (RJ) e, com os técnicos da Emater-Rio, AS PTA e integrantes da CPT, em seus locais de trabalho ou remotamente utilizando uma plataforma de vídeo conferência. Com o intuito de resguardar a identidade dos entrevistados, quando da transcrição das entrevistas assim como no ato da interpretação

dos dados fornecidos, os nomes dos participantes foram omitidos e serão identificados aqui como trabalhadores rurais, técnicos e agentes da CPT, seguidos de um número de identificação.

Uma das limitações enfrentadas em relação aos procedimentos metodológicos da pesquisa, se deu em decorrência das medidas de contenção da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). A paralisação de algumas atividades presenciais, incluindo atividades de comercialização, e consequente necessidade de isolamento de alguns grupos considerados como “grupo de risco”, bem como das limitações de acesso a tecnologias de comunicação, impossibilitaram que alguns sujeitos indicados como importantes para a pesquisa, em especial agricultores/as, pudessem ser entrevistados/as.

Com a necessidade de suspensão das etapas previstas para as visitas aos espaços integrados à EANI, tais como reuniões de planejamento, oficinas, eventos e visitas de intercâmbio, a observação participante, como uma das técnicas utilizadas no estudo de caso exploratório, sofreu alterações e somente pode ser empregada no espaço da Feira da Roça de Nova Iguaçu/RJ.

As entrevistas aplicadas foram interpretadas mediante a análise de conteúdo priorística e categorização dos dados. Para Campos (2004), a escolha pela categorização priorística emerge da relação direta da leitura frente a fala dos sujeitos da pesquisa, alinhado aos objetivos e a partir de um exercício constante de revisão do material em análise. As evidências contidas nas narrativas são, portanto, o ponto de partida para a estruturação das categorias de análise.

A esses resultados foram aplicados às técnicas de análise de seleção do material, seguida de leitura flutuante e exploração realizada através da codificação, a partir dos critérios de organização da análise de conteúdo proposta por Bardin (1997), que consiste nas etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

A pré-análise consiste na etapa de organização do material objeto de análise, com e torna-lo operacional partindo da ordenação do conteúdo original, e ocorre em: 1) leitura flutuante, com o estabelecimento do primeiro contato com os conteúdos coletados; 2) seleção do material e definição dos dados a serem analisados; 3) formulação de hipóteses e objetivos; 4) elaboração dos indicadores e do referencial dos índices, através do recorte do conteúdo de análise (BARDIN, 1977).

A segunda fase constitui a exploração do material, onde ocorre a categorização dos dados, como citado anteriormente, ou definição das categorias (sistemas de codificação), a identificação das unidades de registro (UR) e das unidades de contexto

(UC). As URs são unidades de significação, correspondentes aos conteúdos, que norteiam à categorização das informações. Por sua vez as UCs, formulam a codificação das URs, com objetivo de dar mais clareza aos seus conteúdos (BARDIN, 1977).

“A exploração do material consiste numa etapa importante, porque vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase (MOZZATO et al, 2011, p. 735).

A terceira fase é o tratamento dos resultados obtidos, e interpretação pode ser feita por meio da inferência, que é um tipo de interpretação controlada dos resultados. É o momento em que o/a pesquisador/a infere a análise reflexiva e crítica através das interpretações inferenciais (BARDIN, 1977).

3.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Segundo Vergara (2005), a análise de conteúdo “é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema” (Vergara, 2005, p. 15).

Para Bardin (2001), o termo designa:

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BADIN, 2011, p. 47).

Minayo (2001), corroborando com Bardin (2001), define que o emprego desse conjunto de técnicas, constitui-se na análise de informações que possibilitam uma aplicação variada, tanto em pesquisas qualitativas quanto quantitativas a partir de duas funções principais: a verificação de hipóteses, e/ou a descoberta dos conteúdos manifestos (MINAYO, 2011).

Desse modo, a narrativa dos agricultores e o depoimento dos técnicos e articuladores envolvidos com a iniciativa da EANI, formaram o escopo da análise dos dados coletados, através da aplicação das entrevistas semiestruturadas. Esses dados foram analisados conforme o proposto por Bardin (1977), a partir da categorização e da interpretação dos mesmos baseada na observação.

Após a primeira etapa, de seleção do material coletado e leitura flutuante, foi realizada a codificação para construção das categorias, através da frequência da ocorrência de fatos relatados nas entrevistas, conectados ao referencial teórico e a aos objetivos propostos.

Os sujeitos entrevistados tinham idades que variam entre 40 a 61 anos, sendo que entre os agricultores e agricultoras familiares na faixa entre 50 e 61, e os/as técnicos/as extensionistas e agentes da CPT entre 40 e 60 anos. Todos os 6 agricultores e agricultoras entrevistados são feirantes da AFERNI e mantém as suas unidades produtivas dentro do município do Nova Iguaçu (RJ), sendo que 3 residem em outros municípios vizinhos, originários dessa mesma região ou migrantes de outros estados. Os egressos participaram da Escolinha entre 2008 e 2018 e entrada para a Feira da Roça de Nova Iguaçu em anos distintos, entre 2000 e 2009.

Buscando uma melhor visualização dos dados obtidos junto aos entrevistados, e para efeitos de análise das informações coletadas, a definição das URs e UCs criam o escopo para as categorias de análise. Estas, por sua vez, representam a síntese dos significados encontrados no decorrer da análise, dando respaldo às interpretações dos dados. Aplicando a análise priorística de análise de conteúdo, como descrito na sessão anterior, foi conduzida a escolha de quatro categorias de análise a partir das narrativas dos entrevistados, apresentadas na tabela 1 a seguir, sendo: 1) Redes de Organizações Sociais; 2) Estratégias de Reprodução Social; 3) Ação Extensionista e; 4) Dimensões da Agroecologia.

Tabela 1: Tabela de categorias a partir da análise priorística de conteúdo

UNIDADES DE REGISTRO (UR)	UNIDADES DE CONTEXTO (UC)	CATEGORIA
Fortalecimento das relações sociais e trocas de experiências; Relação produtor-consumidor e sistemas alimentares.	Redes informais, baseadas em laços de reciprocidade e/ou relações de interesse.	Redes de Organização Sociais (ROS)
Exercício da atividade agrícola e permanência no território.	Mobilizações em defesa da agricultura rural.	Estratégias de Reprodução Social (ERS)
Valorização das experiências vividas pela agricultura familiar; Parcerias e troca de saberes.	Autonomia, comunicação e construção do conhecimento.	Ação Extensionista (AE)
Agroecologia como afirmação da identidade	Espaço de formação e resistência.	Dimensões da Agroecologia (DA)

produtiva e mobilizações sociais.		
-----------------------------------	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A seguir, serão apresentados trechos das entrevistas a partir das categorias definidas na tabela anterior e alinhadas ao referencial teórico, preservando a fala dos entrevistados partindo das considerações expostas e interpretação das mesmas.

Categoria 1 – Redes de Organização Sociais (ROS): fortalecimento das de laços de reciprocidade.

De acordo com documento de sistematização elaborado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), as redes informais, baseadas em laços de reciprocidade e/ou relações de interesse, são provenientes da dinâmica de organizações sociais e participação política, sendo importantes estratégias de reconhecimento praticadas por diferentes atores em seus territórios com foco em um objetivo comum (ANA, 2019).

Essas redes, são caracterizadas por um conjunto de processos organizativos ligados às questões sociotécnicas, comerciais, de mercados, da sociedade civil ou de instituições estatais (ROVER, 2001). Para Schmitt (2011), o fortalecimento dessas redes ao mobilizar relações, recursos e significado, fomenta um processo em que (ou no qual) diferentes realidades e saberes se conectam à interesses distintos ultrapassando as fronteiras institucionais.

Os trechos dos relatos abaixo demonstram como teoria e prática, pautadas pela troca de experiências e socialização do conhecimento promovidos pela EANI, são capazes de fortalecer uma rede de organização social, que parte da mobilização dos próprios agricultores e agricultoras, a partir da formação agroecológica e em defesa da produção e da comercialização local no município de Nova Iguaçu (RJ).

“Eu fico impressionada, a fala deles quando apresenta o produto, quando fala do produto, ela traz no íntimo, nas suas entrelinhas essa leitura ou releitura conectada com aprendizado que obtiveram no processo de formação da Escolinha. E nesse sentido eu acho, eu fico acreditando que os trabalhadores aqui em Nova Iguaçu, não só aqui mas isso acabou ganhando corpo porque acabaram se articulando com Caxias, com Paracambi, com Japeri, com Queimados e provocou esses encontros entre esses trabalhadores, não só pelo fato de estarem próximos, mas também de criar um ambiente coletivo de encontros entre eles para troca de experiência sobre o processo de agricultura e de produção aqui na Baixada.” (AGENTE DA CPT 1)

“A convivência a gente trás até hoje, o sentimento de amizade, não é só de troca, mas de amizade. Onde a gente se encontra, é uma família na verdade. Devido ao tempo ser corrido, mas o whatsapp funciona bem, a gente tem os grupos, tem as pessoas que já passaram pela Escolinha, outros que continuam trabalhando voluntário. Então o que que trouxe para nossa vida? O que trouxe foi um laço de amizade que é muito mais do que só trabalho, do que só estudo.” (TRABALHADORA RURAL 3)

“A relação é muito boa porque a gente integra a afetividade das pessoas. Por exemplo as visitas aos sítios, tu chega, visita o sítio, uma visita o sítio do outro. Lá no meu sítio, nós fizemos duas aulas lá, algumas aulas práticas nos sítios. Então o que que acontece? Tem uma integração depois disso que dá continuidade e muitas das vezes cada um no seu sítio. Mas depois da Escolinha houve uma aproximação melhor dos sitiante, com visita, com comunicação. A gente continua, porque as coisas são renováveis, não se para e nada pode parar.” (TRABALHADOR RURAL 4)

“São várias questões dessas que a gente leva. O convívio que a gente faz, a amizade que a gente faz, ela não tem preço. Porque você conhece a experiência de vários agricultores. Eu desde 2009 que eu acompanhei a Escolinha, ia para os encontros nos sítios, cada uma coisa que a gente acha que sabe e descobre que é possível fazer até melhor. A amizade mesmo que a gente agrava, o valor de um estar podendo ajudar o outro, isso é muito importante mesmo.” (TRABALHADOR RURAL 1)

O aumento da adesão de novos agricultores e agricultoras ao curso da EANI, de formação agroecológica, no decorrer dos anos, fruto de um esforço contínuo da Emater-Rio e da CPT Baixada, é um dos resultados dessa ação conjunta que pode ser identificado quanto a um processo, chamado por Costabeber, Garrido e Moyano (2000), de ação social coletiva, que na experiência da EANI tem se mostrado como um fator que incentiva a prática agroecológica e que garante a continuidade dessas iniciativas a partir do que vamos descrever como uma “rede de organização social” formada pelos próprios agricultores e agricultoras.

“Acaba que a Escolinha ela é uma família, então as pessoas fazem a Escolinha e querem fazer de novo, fazer de novo, fazer de novo... Por que as pessoas querem estar ali, é um ambiente de troca, de encontro, de levar mudas, de comer junto. As pessoas criam afetividade com os instrutores, então vira uma família, aí o pessoal quer trabalhar na cozinha voluntariamente. (...) Então não é a Escolinha um curso seco, que você entra e sai e acabou, você cria vínculos e as pessoas gostam de estar ali, gostam de trocar. A Escolinha convida os alunos antigos para dar aula, tinham vários alunos que tinham feito a Escolinha e que davam aula no curso, que recebiam visita no sítio, então foram se criando essas redes, esses vínculos. Não é uma rede formal, institucional, é uma rede família de laços de troca. Eu acho que sim, acredito que sim.” (TÉCNICO 3)

“A Escolinha e a Emater estabelecem relações com diversos município, a Emater de Nova Iguaçu atende não só Nova Iguaçu, atende a Queimados, Japeri, mas vai se criando. Acho que em Japeri tem também um trabalho de feira, essa coisa vai se multiplicando ali como vários pontos que vão se

pintando no mapa. E as pessoas interagem, tem muita gente dos outros municípios que fez Escolinha. Então a Escolinha vai ajudando a fortalecer essa mesma visão em outros lugares. (...) Eu acho que o que existe hoje de rede ali, de movimento agroecológico na Baixada Fluminense é muito em torno daquilo que a Emater construiu, e aí envolve vários municípios. Eu acho que tem um potencial ainda grande de construir uma visão metropolitana de Agroecologia, de agricultura familiar, eu acho que tem campo pela frente para se construir, mas acho que o que a Escolinha fez até hoje já costurou vários desses laços (...)." (TÉCNICO 3)

"Mas eu acho que a Escolinha cumpriu e ainda cumpre esse papel de fortalecimento de redes, seja no campo dos agricultores, como também eu acho que com a Universidade, a própria AS PTA que de certa forma foram pessoas que contribuíram na grade dos conteúdos propostos, mas na materialização desse conteúdo no cotidiano desses trabalhados. " (AGENTE DA CPT 1)

As práticas agroecológicas incentivadas pela EANI, tem contribuído para fortalecimento das relações sociais e trocas de experiências e vivência entre os agricultores e agricultoras egressos, subsidiando métodos aplicados à aos processos de produção e a articulação e mobilização entre eles, a partir do estabelecimento de redes coletivas de laços e trocas que refletem nas estratégias de comercialização, sendo na manutenção dos canais que já acessam, como é o caso das Feiras da Roça, como do acesso à novos canais de comercialização norteados pela aproximação entre consumidores e produtores.

"(...) através dessa experiência os trabalhadores conseguiram criar redes de produção agroecológica de forma coletiva que eu consigo hoje mais claramente perceber isso no Terra Prometida, que é um assentamento de reforma agrária que está na divisa entre Nova Iguaçu e Caxias, eu percebo isso com os agricultores que estão ali naquele entorno de Tinguá, que são aqueles que hoje mantém firme o abastecimento na Feira da Roça, eu percebo isso entre Campo Alegre, o acampamento Marli Nunes que está em Paracambi que é uma área que o pessoal está até hoje acampado na beira da estrada mas que estão produzindo de forma agroecológica e que fornecem os seus produtos para além deles. E uma outra coisa importante que eu consigo perceber é como esses pequenos agricultores tem alimentado essa rede de comercialização agroecológica no estado do Rio de Janeiro e a gente consegue perceber isso nos depoimentos dessa própria rede." (AGENTE DA CPT 1)

"Eu vi muitos casos de pequenos arranjos de produção, processamento, entrega, comercialização, gente que se juntou ai faz um bolo e outro faz não sei o que e vendem juntos, esse tipo de coisa eu vi muito na Escolinha acontecer espontaneamente surgir a partir do estímulo da Escolinha, vamos dizer assim." (TÉCNICO 3)

Nesse sentido, percebemos como a EANI tem potencializado um processo de fortalecimento territorial de uma rede formada a partir de alunos e egressos. Da mesma maneira, contribui para dar maior visibilidade às essas iniciativas e vem beneficiando o

incentivo às práticas agroecológicas para o manejo das unidades produtivas, a produção e consumo de alimentos saudáveis, o intercâmbio de experiências nos espaços que compõe essa rede, o estabelecimento de um fluxo contínuo entre um espaço de formação e um espaço de comercialização, e a capacidade de articulação de agricultores e agricultoras em diferentes escalas em defesa da agricultura local.

“Cada um vai achando o seu caminho. É tipo assim: “*agora eu tenho mais firmeza, mais confiança de fazer o que eu sempre quis*”.” (TÉCNICA 1)

A EANI na relação com seus parceiros, estabelece uma ligação com a Feira da Roça de Nova Iguaçu nesse processo de vivência da construção de um conhecimento agroecológico através de uma cadeia de fatores que interagem com o estabelecimento de um sistema alimentar. Segundo a FAO (2018), a estrutura desse sistema está associada às dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade. Dimensões estas, presentes na proposta da formação estruturada pela EANI e impressas na Feira da Roça de Nova Iguaçu, balizadas pela relação de confiança reciprocidade entre quem consome e quem produz.

“Os alunos egressos da Escolinha fazendo parte da Feira, participante da feira e propondo inclusive trocar as experiências deles, as práticas e tudo mais, eu acho que há o sentido inclusive de empoderamento, com conhecimento e poder trocar isso no espaço, no momento e nos dias de feira, com a presença deles lá. Conhecimento técnico, um domínio dessas técnicas de base ecológica que eles estão usando nos seus sítios. Aquela produção é originada disso, desse manejo.” (TÉCNICO 4)

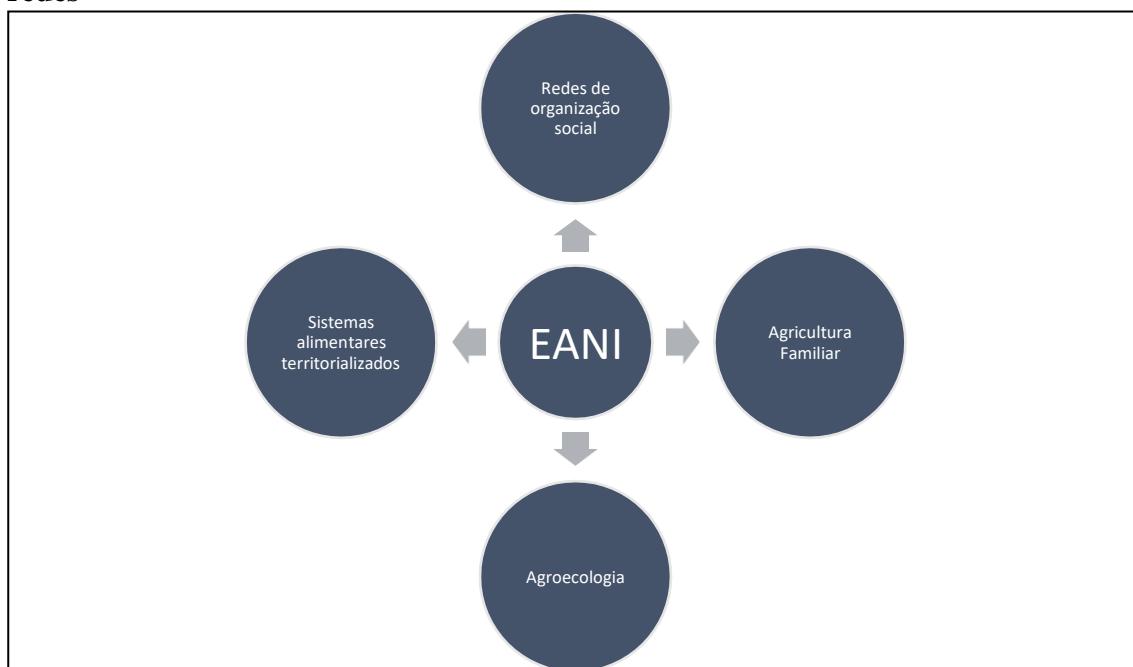
“Além da Escolinha ser de grande valia para a Feira, a gente tem um vínculo com a Escolinha e a Feira tem um vínculo com a Emater. Através da Mariela e hoje eu não sei se é o Márcio ou se é o Rudá que está lá, mas eles são parceiros da feira e de vez em quando eles estão aqui, entendeu? E a Feira está aí para apoiar e alguns agricultores novos com certeza irão participar da Escolinha e vão aprender.” (TRABALHADOR RURAL 6)

O desenvolvimento combinado dessas dimensões, são para Petersen e Monteiro (2020), possibilitadas através da lógica de organização social e econômica da agricultura familiar , que segundo os autores, “imprime em seus arranjos técnicos e econômicos um conjunto de princípios comuns às dinâmicas de funcionamento da natureza: a diversidade; a flexibilidade adaptativa; a natureza cíclica dos processos; a interdependência; e os vínculos associativos e de cooperação” (PETERSEN; MONTEIRO, 2020).

“E é interessante que todo processo de reuniões da associação da Feira da Roça sempre um trabalhador faz um momento de formação junto ao conjunto de agricultores que compõe a feira com base na Escolinha. “Então eu acho assim, a Escolinha ela fortalece essa rede, que é a rede articuladora e mobilizadora da produção agrícola na Baixada, mas ao mesmo tempo, mais do que subsidiar o processo da comercialização, é trazer elementos que possam verificar se essa produção apresentada está cumprindo esses princípios agroecológicos, e isso só foi possível acontecer, durante e que acontece ainda hoje, por causa da Escolinha.” (AGENTE DA CPT 1)

Os autores propõem que o enfoque agroecológico é capaz de nortear o desenvolvimento do que eles chamaram de “sistemas alimentares territorializados”, que se originam a partir de um movimento endógeno entre produtores, distribuidores e consumidores, formando as redes locais e dinamizando a relação entre o rural e urbano (PETERSEN; MONTEIRO, 2020).

Figura 10: Sinergia das ações integradas da EANI que favorecem a formação de redes



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

A figura 6 expõe sistematicamente quatro dimensões diretamente relacionadas à EANI que compõem um sistema integrado de ações que favorecem a formação de redes. Ao fortalecer a agricultura familiar de base agroecológica, a EANI está, portanto, fortalecendo também uma rede de organização social no território e, ao aproximar suas ações às dinâmicas da Feira da Roça de Nova Iguaçu contribui para a estruturação de um sistema alimentar socialmente e economicamente mais justo e sustentável no município de Nova Iguaçu.

Desse modo, a EANI tem fortalecido a identidade produtivas dos sujeitos envolvidos e as redes de organização social a favor de interesses comuns, ao mesmo tempo que contribui para permanência e/ou inserção desse segmento à mercados de comercialização direta e em defesa da ruralidade local.

Categoria 2 – Estratégias de Reprodução Social: manutenção das condições de existência da agricultura local e permanência no território.

Bourdieu (1999), ao direcionar o conceito de estratégias às classes sociais ou segmentos da sociedade, reitera que a dinâmica social definida a partir das condições de sobrevivência, gera estratégias de reprodução. Isto é, para o autor é através das estratégias que ocorre a reprodução da ordem social.

Entendidas como elementos centrais à compreensão das transformações na dinâmica da agricultura familiar, as estratégias de reprodução social ao longo do tempo para esse segmento, estão associadas à permanência na terra. Para Schneider (2003), as estratégias de reprodução não estão concentradas apenas em permanecer e subsistir e, desse modo, devem ser pensadas a partir da relação à determinados condicionantes culturais, políticos e econômicos que influenciam nas decisões a serem tomadas pelos agricultores e agricultoras familiares.

Assim, o rural deixa de ser apenas um espaço de produção e passa a ser o espaço de vida e, segundo Plein e Schneider (2004), são adotadas algumas estratégias de sobrevivência e reprodução social voltadas às unidades familiares ou às unidades de produção. Os autores ressaltam que a agroecologia é uma dessas estratégias, e entendida como uma alternativa, visto que há a procura por produtos livre de agrotóxicos, que não sejam geneticamente modificados e que mantenham relações socialmente mais justas na produção.

A seguir são apresentados alguns trechos das entrevistas coletadas, onde os entrevistados conseguem transmitir aspectos relevantes que relacionam a ação integrada entre a EANI, a Feira da Roça de Nova Iguaçu e a articulação promovida pela Emater-Rio e a CPT que contribuíram para o processo de codificação da categoria “Estratégias de Reprodução Social”.

“Eu acho que é a manutenção. Eu acho que isso está ligado à própria manutenção e condições de existência deles e reprodução, como a gente fala, a reprodução social. (...) eu acho que o espaço da Escolinha ele é um espaço

de empoderamento e de fortalecimento da classe, desse segmento social de agricultores familiares ou camponeses, depende aí do viés. É uma categoria, um grupo social importante, produz comida, produz alimento de verdade, saudável, diversificado, tem a questão daqueles que produzem produtos que você não encontra no supermercado e está muito ligado a cultura (...)." (TÉCNICO 4)

"Eu percebi uma coisa, eu acho que a grande dificuldade de alguém que quer entrar nesse "negócio" é se sentir muito sozinho. E quando você tem uma turma (isso é algo que nós não pensamos mas a gente vê que está acontecendo) que fica junto o ano todo, que se comunica independente da gente estar estimulando isso, que se visita entre uma aula e outra e vai ver o que o outro está fazendo, pega muda de um e pega muda do outro isso forma uma turma que se sente grupo. (...) Isso a gente percebeu que acontece independente de nós, a gente não precisa promover. Acontece a partir dos encontros na Escolinha. E essa mobilização faz com que as pessoas não desistam. Isso faz com que as pessoas se encantem pela proposta e vistam a camisa." (TÉCNICA 1)

"(...) a gente adota muito esse conceito da agricultura urbana e periurbana e quando a gente começou a se relacionar com o pessoal de Nova Iguaçu, a gente percebeu uma defesa muito forte das ruralidades, e a defesa muito forte da necessidade de se manter o espaço rural considerado como rural então eles diziam *"Nova Iguaçu tem agricultura rural, aqui a gente tem agricultura rural"*".(TÉCNICO 3)

"Eu sou periurbana, porque minha horta é lá no meio da cidade, passa o ônibus, um pouquinho do urbano, mas ainda tem a raiz rural. Então eu sou urbana com práticas rurais." (TRABALHADORA RURAL 3)

"A Escolinha, como eu havia dito, ela se tornou uma referência, não só de critério da participação da feira, mas ela conseguiu fazer uma releitura do processo de agricultura na Baixada Fluminense. E isso é interessante porque a gente começa a perceber no processo de mudança de comportamento desses agricultores nas suas áreas, e também o comportamento e mudança de comportamento desses agricultores nas feiras" (INTEGRANTE DA CPT 1)

Dessa forma, pode-se dizer que, a partir do espaço de formação e qualificação técnica estruturado pela EANI, a valorização do saber camponês dentro do segmento da agricultura familiar, a diversificação produtiva, a manutenção do vínculo com o canal de comercialização da Feira da Roça de Nova Iguaçu e o incentivo à venda direta em suas localidades, vêm favorecendo as estratégias de reprodução social e permanência no território.

"Eu sou aposentado urbano, a feira e o sítio são um complemento. A agricultura vem, além de tudo da minha esposa. O sítio, a propriedade, era do pai dela, que passou para o irmão dela, que passou pra ela agora. Depois que eu me aposentei demos continuidade a parte de produção rural, mas toda vivência dela vem da minha esposa. Só após a aposentadoria que eu ingressei pra roça. (...) A Escolinha é praticamente é uma confirmação do que a gente trabalha, uma continuação." (TRABALHADOR RURAL 4)

“Eu comecei na fase do desemprego (...). Comecei na agricultura quando eu cheguei em casa eu vi minha esposa plantando, a Dona Eliana que ela é índia, e aquilo me impactou e vi aquelas plantações tudo bonita e a gente foi convidado pela dona Terezinha, da Associação de Vila de Cava, para vir pra essa feira aqui, de Nova Iguaçu. Aí ficamos aqui, começamos a vender nossos produtos e eu comecei a gostar, aí comecei a plantar e desde lá a gente não deixou mais.” (TRABALHADOR RURAL 6)

“Além de toda essa história de fortalecer a discussão de fortalecer a agricultura, a feira da roça foi criada assim, *“você tem uma árvore no quintal do sítio que está meio abandonada, leva essas frutas pra vender na feira”*, é valorizar uma agricultura que vinha sendo desvalorizada e a Escolinha impulsiona essa agricultura. Acho que o curso tem esse papel, aí tanto agricultores intensivos participam da Escolinha quanto o pessoal que estava com o sítio meio parado, uma forma de ocupação de tempo, uma forma de repensar o uso do próprio sítio. Eu acho que a Escolinha ela tem esse papel em Nova Iguaçu muito forte, muita gente passou pela Escolinha.” (TÉCNICO 3)

O estabelecimento da ação integrada entre a EANI e Feira da Roça de Nova Iguaçu tendo a Emater-Rio e a CPT Baixada como articuladores desse processo, têm beneficiado essas estratégicas capazes de assegurar a identidade de agricultores e agricultoras familiares tornando-os ativos e protagonistas no processo do desenvolvimento local, que pode ser ampliado à uma escala regional quando lançamos o olhar para a abrangência da EANI.

“A Feira surge para subsidiar uma agricultura em Nova Iguaçu que estava se perdendo e a possibilidade de valorizar aquilo que tinha dentro dos sítios e isso tem uma vinculação direta com a Escolinha, isso é tratado na Escolinha, as pessoas são chamadas para aprender e para valorizar isso que tem nos seus sítios e elas são levadas para participar da Feira, então tem uma vinculação direta.” (TÉCNICO 3)

“Tem o diferencial de uma feira que não existe certificação, mas as pessoas vão e existe uma garantia de as pessoas confiarem, por que eles sabem quem é que está do outro lado do balcão e está produzindo e que eles se veem toda quarta e toda sexta. Existe uma relação verdadeira. Os consumidores sabem onde são as roças dos produtores. Essa identidade da Feira da Roça, que não através de um certificado formal eu acho que está muito ligada a questão da Escolinha.” (TÉCNICA 1)

“A Escolinha acho que é um elemento que ajuda a fortalecer, acho que a Escolinha não consegue frear a pressão que existe sobre a agricultura na região, mas no momento que a Escolinha diz: *“você tem um sítio, seu sítio está parado, pego o jambo e leva pra feira. Você tem um sítio que tem 80 anos, 100 anos, seu pai plantou jambo, seu tio plantou cajamanga, isso tudo tem valor. Vamos levar isso pra feira, vamos botar isso em uma geleia, dá um nome de frutas rurais”* valoriza uma identidade, entendeu?”. (TÉCNICO 3)

Efeitos dessa ação podem ser percebidos no tocante ao associativismo rural, que também é uma das estratégias de reprodução social em defesa dos interesses comuns dos

seus integrantes, ou seja, a agroecologia, geração de renda e a viabilidade da comercialização. A organização em forma de associação facilita a comercialização, já que o caminhão utilizado para o transporte dos produtos e a estrutura de barraca, balança para pesagem e uniformes foram adquirido através de projetos de ação pública para a Feira da Roça, e essa estrutura possibilita a diversidade de produtos nas barracas, dada a heterogeneidade dos produtores e produtoras, tornando a feira mais atrativa.

O associativismo rural abrange a ideia de integração social, com objetivo contribuir para a melhoria das condições de vida e o acesso aos direitos dos cidadãos, de forma que sejam estruturadas estratégias para o fortalecimento dos projetos dos associados, valorizando a ação coletiva dos sujeitos com agentes ativos no processo (DALFOVO et al, 2010).

Para Lisboa & Bonassi (2003), os associados são um instrumento estratégico para o fortalecimento econômico e político no contexto da ordenação social de mercado, favorecendo a inclusão e superação de adversidade, assim como as relações de interesse nas esferas econômicas e institucionais.

Todos os 6 agricultores e agricultoras familiares egressos da EANI entrevistados, que participam da Feira da Roça durante a realização dessa pesquisa, integram a AFERNI. Destes, 2 iniciaram o curso na EANI através do convite feito dentro da Feira da Roça de Nova Iguaçu e, os outros 4 convidados por técnicos da Emater-Rio ou integrantes da CPT em suas comunidades ou assentamentos de reforma agrária.

“Meu sonho, venho desde criança que eu trabalho com apicultura já, desde os sete anos, eu herdei do meu pai e dos meus irmãos mais velhos e sempre gostei da agricultura. Como eu não tenho terra, não tenho sítio, a minha maneira que eu consegui mais me aproximar da agricultura foi criando abelha. (...) Em 2009 com a necessidade da Feira da Roça ter um produto de qualidade que era o Mel, que não tinha aqui e, foi através do falecido Luís, que era coordenador da Feira que me convidou pra vir pra cá pra fazer a Feira. Depois que eu tinha entrado para a Escolinha de Agroecologia, eu estava fazendo a Escolinha em 2009 e foi onde surgiu o convite para eu vir pra Feira da Roça, dentro da própria Escolinha.” (TRABALHADOR RURAL 1)

Esse conjunto de fatores contribuem para a exercício das atividades agrícolas e permanência desses sujeitos no território, dada a incorporação do aprendizado na EANI e aplicação nas unidades produtivas e nos espaços de sociabilização entre eles. A Escolinha está, portanto, ligada a própria condição de existência da agricultura local.

“E isso significa que se consegue, ainda com a fragilidade política e econômica que essas áreas tem, mas quando eles conseguem ainda assim produzir e

alimentar uma rede como essa, significa que eles estão conseguindo permanecer na terra e isso é importante, porque isso vai na contra mão dos gestores, seja no âmbito estadual e municipal, daquilo que eles propõe enquanto projeto político de reforma agrária, que é rolo compressor contra esse agricultores. E ainda assim eles conseguem driblar esse processo e recriar, ressignificar um processo de produção, uma produção agroecológica e conseguem com isso fazer esse link entre a produção, a comercialização e a permanência nos seus respectivos territórios.” (INTEGRANTE DA CPT 1)

Entre os principais problemas enfrentados pelos agricultores e agricultoras relatados durante a realização das entrevistas, está a lacuna de ações voltadas para melhoria da produtividade e escoamento da produção, associada a ausência do governo municipal e a deficiência das ações da Secretaria Municipal de Agricultura, considerados como fatores que contribui para invisibilização da agricultura local. Foram apontados a dificuldade de acessar os maquinários da prefeitura, que não chega às unidades produtivas, e a manutenção das estradas de acesso, o que em situações como de muita chuva, dificulta o deslocamento até à Feira e em muitos casos até impossibilita.

“Então, dentro dessas duas questões um dos problemas para o agricultor hoje, são vários, mas eu acho que o principal é escoamento da mercadoria, local para vender essa mercadoria, porque hoje a gente tem a feira da roça mas nem todos os agricultores eles estão presente na feira da roça, por vários motivos.” (TRABALHADOR RURAL 1)

“No meu caso é a necessidade é locomoção, é estrada. O nosso sítio lá é uma dificuldade muito grande na estrada, a estrada não é pavimentada, a estrada não passa uma máquina (...). Se a prefeitura fizesse uma manutenção melhor. Pra mim falta infraestrutura.” (TRABALHADOR RURAL 4)

“É política pública, né. Política voltada para a agricultura local. Por exemplo, os vereadores, os prefeitos darem mais atenção, porque hoje em Nova Iguaçu existe agricultura mas nem todo mundo sabe que existe, porque falta mais divulgação, mais evento, a Secretaria de Agricultura não quase apoio para a gente aqui, a não ser quando eles querem alguma coisa e eles vem aqui e falam com a gente, mas então pra mim falta isso, mais apoio da parte do governo.” (TRABALHADOR RURAL 4)

Nesse contexto, também foi citada a questão da regularização das terras ocupadas por assentados de reforma agrária, medida necessária para o fortalecimento de permanência desses trabalhadores e trabalhadoras rurais na terra e que favorece o acesso às políticas e programas públicos voltados ao segmento, sendo por tanto, uma ferramenta para incentivar a produção para aqueles que já desempenham a função como para os que tem interesse mas dependem dos incentivos.

“Falta regularizar as terras e as pessoas pegarem os direitos que tem previsto pela lei. Eu acho que ajudaria muito em trazer as pessoas que se interessam pela terra, pelo cultivo. Tem mais de doze anos que eu tenho o título da terra e a pouco tempo que eu fui saber como faz para conseguir essas coisas, os projetos do PRONAF e essas coisas assim, eu não sabia como era.” (TRABALHADOR RURAL 4)

“Sim, eu tenho uma lojinha agora que eu trabalho com as plantas, trabalho com as medicinais, trabalho com algumas verduras. Feira mesmo agora só aqui na AFERNI mas nada e não tenho nenhuma ajuda institucional também não.” (TRABALHADORA RURAL, 3)

Ainda foram relatadas pelos/as trabalhadores/as rurais as dificuldades de acesso às Políticas Públicas, principalmente no tocante à obtenção de informações para a regularização. Nenhum dos entrevistados no momento da pesquisa acessavam o PAA ou o PNAE, e relataram que a comercialização da produção é toda feita exclusivamente de forma direta na Feira da Roça de Nova Iguaçu, comércio local dos bairros onde estão localizadas as unidades produtivas e no circuito de feiras da cidade do Rio de Janeiro.

Categoria 3 –Ação Extensionista (AE): Laboratório de experiências vividas.

No Brasil, a história da assistência técnica e extensão rural (ATER) está arraigada à concepção do próprio desenvolvimento rural. Isso porque, a partir do período compreendido entre as décadas de 1930 e 1940, a prática de ATER foi originalmente pensada para atender as demandas dos pacotes tecnológicos advindos da Revolução Verde (MOTA *et al*, 2006), tendo sendo implantada uma concepção clássica das ações verticalizada, centralizada na figura do técnico extensionista detentor do saber fazer, que deve ser transmitido ao receptor, o trabalhador rural.

Esse modelo de atuação extensionista, tem Freire (2001) como um de seus principais críticos, que diz que a extensão rural buscando depositar o conhecimento de uma maneira antidialógica, pretende substituir uma forma de conhecimento por outra, e por tanto passa assumir um caráter de invasão cultural.

Esse modelo adquire um novo direcionamento a partir do seu próprio esgotamento, e a atuação da ATER passa a ser discutida principalmente quanto a sua função para a poluição camponesa, que permanece à margem dos aparentes benefícios trazidos pelas políticas de extensão (PIRES, 2003).

A partir dos anos 1980, dando sustentação as possibilidades de mudança e, partindo da construção no que se refere, segundo Caporal & Costabeber (2004), ao “grau

de aderência aos chamados pequenos agricultores” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 13) da extensão rural, mesmo sob contexto difusionista e paternalista na qual foi estabelecida, esse segmento passa a figurar o centro de novas ações para o repensar as práticas de ATER.

Para os autores, na construção da nova extensão rural partindo desse repensar, há a necessidade de definir claramente o público prioritário. Mesmo que sempre tendo atuado para os pequenos trabalhadores rurais, houve uma tendência em direcionar os esforços para aqueles que demonstram maior aptidão para absorver as inovações propostas. E, portanto, é necessário direcionar de fato as ações para os “que exploram suas unidades de produção com força de trabalho familiar, com ou sem terra, assalariados, bôia-frias, marginalizados do campo.” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 13).

Ou seja, atuar em pro da defesa desse grupo social, defendendo seus “interesses de classe” e, para isso, a mudança nas bases teóricas e conceituais da extensão rural é fundamental, a partir da revisão da metodologia de trabalho no processo de construção do conhecimento e das formas de comunicação por parte dos extensionistas (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

As entidades de assistência técnica e extensão rural da esfera pública, ocupam hoje, um lugar de importância frente as instituições do Estado. Lugar conquistado através dos anos e dos esforços empreendidos na gestão dos recursos públicos, transparência dentro dos projetos e programas, atuação de seus técnicos e pela receptividade em atender as demandas dos seus assistidos, em especial dos movimentos sociais (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Para tanto, potencializar a capacidade de intervenção na realidade, promover a autonomia frente aos problemas sociais e políticos, assim como do aporte de tecnologias apropriadas e adaptadas as diferentes realidades de um país multicultural e heterogêneo como o Brasil, integra um conjunto de ações para o estabelecimento de um novo paradigma para a assistência técnica e extensão rural.

“O extensionista deverá passar a entender o público como sujeito da história, respeitando e potencializando sua cultura e seus conhecimentos, favorecendo a ação participativa do grupo familiar e da comunidade, em detrimento ao paternalismo e às soluções prontas.” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 14)

Diante do exposto, os trechos recortados a partir das falas dos entrevistados trazem a relação pela qual tem se baseado a dinâmica entre Emater, CPT e EANI na construção de um saber fazer proposto por uma metodologia de ATER inclusiva a participativa.

“A Escolinha de Agroecologia, enquanto espaço de formação eu acho que ela tem um mérito muito grande, e aí eu acho que a Emater tem esse mérito muito grande, de compreender uma outra forma de se fazer assistência técnica e extensão rural, que é uma forma a partir não daquela assistência técnica clássica, que você vai individualmente em cada sítio de cada agricultor e faz os projetos individuais. Mas você faz os agricultores se encontrarem promovendo um ambiente de informação, de aprendizagem, de troca, de visita.” (TÉCNICO 3)

“Os desdobramentos que tem isso são muito grandes, você atinge, como método de extensão rural, um grupo muito grande irradia isso, os agricultores acabam sendo encorajados inclusive a trabalharem como multiplicadores, porque ele acabam convencidos daquilo que eles estão aprendendo e estão vendo na prática serem feitos e os benefícios.” (TÉCNICO 4)

A Emater-Rio, como a principal executora de políticas públicas de desenvolvimento rural, ATER, crédito rural, entre outras, no meio rural no estado do Rio de Janeiro, tem o escritório local de Nova Iguaçu (RJ) participando ativamente desde o início das atividades da EANI, visto a atuação assistencialista junto aos agricultores no campo e suas organizações dentro da sua área de atuação.

“Então são conhecimentos que a gente vai pegando, tanto na Escolinha quanto de uma pessoa que é mais idônea que está lá, então ele vai passar o conhecimento dele pra gente. Então essas trocas de conhecimento, esse saber natural, trouxe um crescimento muito grande para o nosso trabalho.” (TRABALHADORA RURAL 3)

“Eu acho excelente, porque tem um conteúdo teórico, mas muito adaptado à realidade dos agricultores ou da maior parte dos alunos, que também são funcionários de prefeitura, tem outro público. Mas é muito cuidadoso esse conteúdo e a adaptação dele, o direcionamento para os agricultores, para o conhecimento dos agricultores, aliando essa teoria com as aulas práticas.” (TÉCNICO 4)

“Sim, muito importante porque ele tira dúvidas, ajuda no aumento da produção, traz uma diversidade, porque se você não tem um equilíbrio, não tem um conhecimento, não tem alguém passando a necessidade de você estar mudando para atingir o objetivo da feira, trazer uma diversidade de cultura... isso a gente só vai aprender com quem sabe, né? Se não tiver quem ensine o trabalho não vai progredir.” (TRABALHADORA RURAL 3)

“Sim, porque por exemplo, nós que já vivemos, muitas das vezes, acrescenta um certo conhecimento que já temos. Mas aqueles que são novos, aqueles que a gente tá incentivando, aqueles que querem ingressar, é muito importante esse tipo de aprendizado.” (TRABALHADOR RURAL 4)

Nesse sentido, a EANI, partindo da própria experiência de vida e das demandas dos trabalhadores rurais, figura-se como um espaço de formação que vêm contribuído

para a formação técnica, qualificação e a autonomia produtiva e política para o segmento da agricultura familiar na Baixada Fluminense.

“A Escolinha de Agroecologia não é só importante, mas ela é uma ferramenta acho que para todos os agricultores que querem trabalhar passar por ela, porque ali você tira muitas dúvidas e muitas coisas erradas que a gente faz e acredita ser certo a gente consegue melhorar. Também a troca de experiência que a gente tem, não só com outros agricultores, mas também com os técnicos que ali é apresentado pra gente.” (TRABALHADOR RURAL 1)

“Então a Escolinha acaba sendo esse polo agregador, você está com frequência com os agricultores, então está se trazendo as questões que estão acontecendo. Se tem uma ameaça ou qualquer coisa que seja, a Escolinha estabelece uma relação com o conselho de desenvolvimento rural. A Escolinha ela está ali, ela é o espaço de encontro e muitas coisas que vem para a Escolinha (...). A pessoas está na Escolinha, ela chama a Emater para ir no sítio, para testar e para ver e emitir o cadastro, o cadastro que de acesso à Feira e dá acesso a outras políticas. Então a Escolinha ela agrupa, ela é um polo agregador, tem uma relação direta. Todo mundo que está na Feira fez Escolinha e se não fez quase que é induzido a fazer “*você não fez? tém que fazer*”, não é obrigado, não está escrito em lugar nenhum que é obrigado, mas tem uma pressão para que aconteça. A Escolinha é uma referência ali. (TÉCNICO 3)

“Eu acho que a Escolinha se tornou um lugar onde as experiências vividas pelo conjunto de homens e mulheres aqui da Baixada circulam dentro desse espaço e que o sai dessas experiências, se torna subsídio na elaboração dos próprios conteúdos. Então, eu vejo a Escolinha como um laboratório experimental desses trabalhadores, mas é um laboratório de experiências trocadas, experimentadas, articuladas entre eles e com eles. E a partir dessas trocas, se reconstrói os eixos centrais do processo de formação e que se tornou esse lugar, no decorrer do tempo, uma referência importantíssima, acho que muito mais para eles e entre eles (...). (AGENTE DA CPT 1)

A Emater-Rio à frente da coordenação da EANI alinhada à CPT, ao ampliar o processo de formação agroecológica através das parcerias institucionais e ao promover a troca de experiência entre os beneficiários, favorece o protagonismo dos próprios trabalhadores rurais nesse processo de aprendizagem.

“Nesse tempo, a CPT junto com a Emater também traz um parceiro desse processo que é a Universidade Rural, a Embrapa, o pessoal da AS PTA que são os Agrônomos do Rio, o Márcio né, que integrava um pouco desse processo da formação agroecológica junto com os trabalhadores rurais. Eles começam a ampliar, porque na medida que você amplia as parcerias você também insere um processo de formação, porque cada um fala de um lugar, de uma experiência específica e essa troca de experiência, de lugares distintos, ele fortalece e amplia esse processo de formação da Escolinha de Agroecologia.”(AGENTE DA CPT 1)

Além das parcerias, foram executados dois projetos oriundos de recurso públicos, um do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) coordenado pela Emater-Rio e

outro da Petrobrás, executado pela AS PTA Agricultura Familiar e Agroecologia. Ambos apoiaram tanto à EANI quanto à FRNI e foram executados no período entre os anos de 2007 e 2012, tendo em comum os mesmos beneficiários, objetivos similares e localização das ações.

“Então eu acho que esses projetos de investimento, no qual a Escolinha conseguiu acessar e também outros espaços de agricultores, ela foi um norte referencial de ampliação de processo de formação desses trabalhadores e trabalhadoras.” (AGENTE DA CPT 1)

Nesse sentido, foi relatado pelos técnicos da Emater-Rio e da AS PTA que houve um esforço empreendido pelos gestores responsáveis pela execução desses projetos em manter o máximo de sinergia e integração entre eles, evitando uma atuação desarticulada e buscando o máximo de integração para incentivar as práticas agroecológicas e incentivar mercados para agricultura familiar e agroecologia.

As ações de fortalecimento da EANI foram direcionadas às questões de apoio logístico, como para compra de gêneros alimentícios em complementação às doações feitas pelos agricultores e agricultoras, a remuneração da cozinheira durante o período de execução do projeto e provimento de recurso para viabilizar transporte para as atividades de visitas técnicas, quando da impossibilidade de contar com os ônibus cedidos pela UFRRJ, que sempre apoiou as atividades da EANI também.

“Esses projetos eles foram instrumentais, foram instrumentos que efetivamente contribuíram com essa ampliação de visão dos trabalhadores e trabalhadoras para esse movimento agroecológico. Então eles não só contribuíram efetivamente num processo de ampliação da participação dos trabalhadores, mas como isso conseguiu também se estender até a área dos agricultores na sua presença interna lá dentro dos assentamentos. (...) e esse tipo de projetos contribuiu também na ampliação, porque se você for ver direitinho, não é numa discussão de uma formação agroecológica que se vive esse povo. Se essa formação está ligada a uma discussão política e de intervenção política na exigência de aplicação só com o estabelecimento à campo da agricultura, a gente não consegue muita coisa” (AGENTE DA CPT 1)

Dos resultados alcançados voltado ao incentivo à mercados, foram descritas melhorias estruturais na Feira da Roça de Nova Iguaçu, a partir do estabelecimento da identidade visual da feira, a compra de uniforme para os produtores rurais integrantes da AFERNI, aquisição das barracas, das balanças de pesagem dos produtos e do caminhão da associação, utilizado para o transporte das barracas e de alguns produtos dos feirantes. Esses ganhos em estrutura são sentidos por eles até hoje, ao relatarem que além da

infraestrutura houve também o aumento da visibilidade da feira e o reconhecimento por parte do governo municipal.

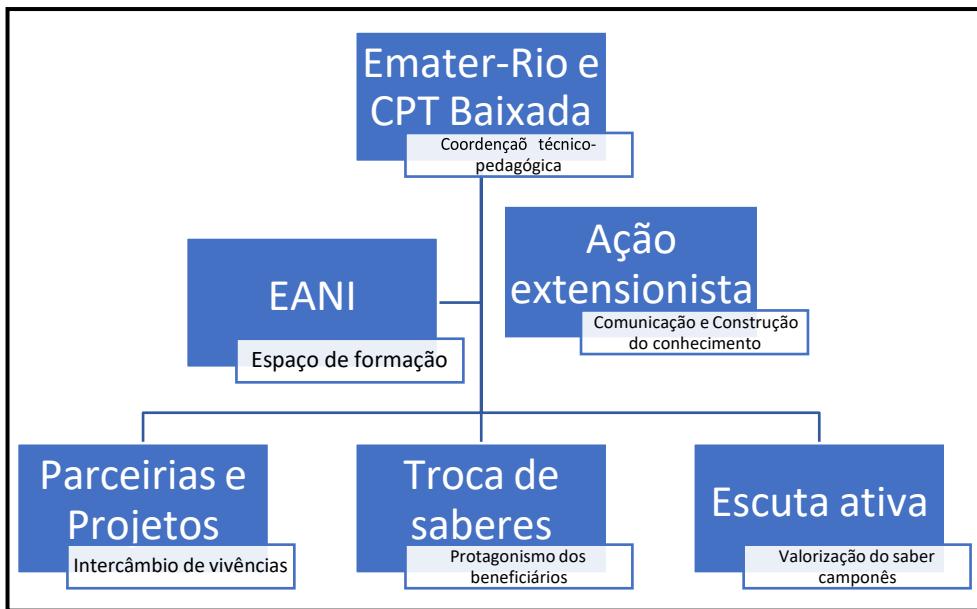
“Hoje a gente tem um caminhão permanente e as barracas também. Então o primeiro inicial foi para aquisição das barracas, balança e caminhão e isso nos acompanha até hoje e a gente vê o resultado até hoje. Até mesmo na independência financeira da feira. O segundo da Petrobrás foi para renovação das barracas, ampliar o conhecimento, divulgação visual. Então isso trouxe o que? transparência para o trabalho da agricultura no município de Nova Iguaçu.” (TRABALHADORA RURAL 3)

“(...) conseguimos uma lei aonde que a Feira da Roça é um patrimônio histórico de Nova Iguaçu, pode entrar um prefeito e sair e não mexe mais na nossa feira porque o prefeito atual, que é o Rogério Lisboa ele junto com o Vereador Villas Novas, eles declararam uma lei que foi passada por câmara e foi aprovada que a Feira da Roça é uma Feira patrimônio histórico de Nova Iguaçu. Isso foi uma grande vitória para todos nós, e isso tudo veio do projeto.” (TRABALHADOR RURAL 6)

A execução dos projetos oriundo de recursos públicos, em articulação com as parcerias institucionais voltados ao fortalecimento da agroecologia e dos mercados locais, mostraram-se efetivos quanto aos objetivos que foram propostos, figurando-se importantes ferramentas para o desenvolvimento de uma metodologia de ATER que contribui para a elaboração e execução das atividades propostas do curso de formação oferecido pela EANI, pensadas a partir da experiência vivida, das demandas dos beneficiários e do intercâmbio dessas experiências.

Na figura 7 são apresentados os elementos que compõem o conjunto de ações envolvendo à Emater-Rio, a CPT Baixada, as atividades da EANI, a relação deste conjunto com os objetivos e a prática de ATER, e seus desdobramentos.

Figura 11: ATER na comunicação e construção do conhecimento no espaço da EANI.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Ao manter uma agenda contínua, coordenada e articulada pela Emater-Rio em parceria com a CPT Baixada, a EANI é hoje uma referência tanto no município de Nova Iguaçu (RJ) como em toda a Baixada Fluminense de uma experiência capaz de promover, através capacidade de agência dos próprios egressos, a inserção e permanência desses sujeitos no seu território rural, nos espaços de comercialização e nas instâncias que debatem políticas públicas para a agricultura, tornando-se representativos nesses espaços e multiplicadores agroecológicos em suas comunidades.

“O que eu vi foi um senso comum, me parece que uma coisa chave da Escolinha é a continuidade ao longo dos anos, então não foi um curso único, teve em um ano, teve no ano seguinte, teve no outro ano, no outro ano... então quando terminava um ano as pessoas já estavam se inscrevendo para o ano seguinte, antes de terminar o ano as pessoas já queriam se matricular para o ano seguinte. Então isso vai fazendo com que a Escolinha se torne conhecida, ela faz parte de uma agenda, você sabe que ano que vem vai ter Escolinha, você sabe que se não se matricular agora você se matricula ano que vem, fica uma expectativa.” (TÉCNICO 3)

“Mas eu queria dizer que, em conversa com os trabalhadores que participaram da Escolinha lá em 2007, eles se tornaram uma referência articuladora de experiência agroecológica. E esse espaço como um laboratório, ele enquanto trabalhador não vai lá só para trocar essa experiência, mas ele é aquele que leva a experiência, mas também traz a experiência e teoriza sobre ela a tal ponto que se tornam multiplicadores dessa experiência.” (AGENTE DA CPT 1)

A experiência da EANI tem motivado o interesse pelas questões relacionadas aos princípios agroecológicos para a produção agrícola pelos alunos, que recorrem a metodologia da Escolinha buscando a capacitação pessoal e profissional, formando-se

possíveis futuros agentes difusores do conhecimento contribuindo para um efeito multiplicador.

“Eu acho excelente o tempo que eles tem da Escolinha, aprimorando esse conteúdo, eu acho que é isso, os alunos se sentem seguros, se sentem encorajados a repetir e a fazer essas práticas nas suas unidades de produção, recomendar para os vizinhos, para pessoas conhecidas também, o tipo de manejo, um tipo de prática agroecológica e tudo mais.” (TÉCNICO 4)

Portanto, o território é o espaço vivido a partir das estratégias de resistências catalisadas pela EANI, através de uma metodologia participativa para a construção do conhecimento agroecológico aplicada por uma empresa de ATER na Baixada Fluminense.

Categoria 4 – Dimensões da Agroecologia: o lugar central da EANI.

No campo do conhecimento científico, a agroecologia apresenta um caráter multidisciplinar de conceitos e metodologias que permite a análise das funções de agroecossistemas. Estes, por sua vez, são entendidos como unidades socioculturais composta pelo conjunto de relações e transformações socioeconômicas e do manejo integrado da paisagem (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

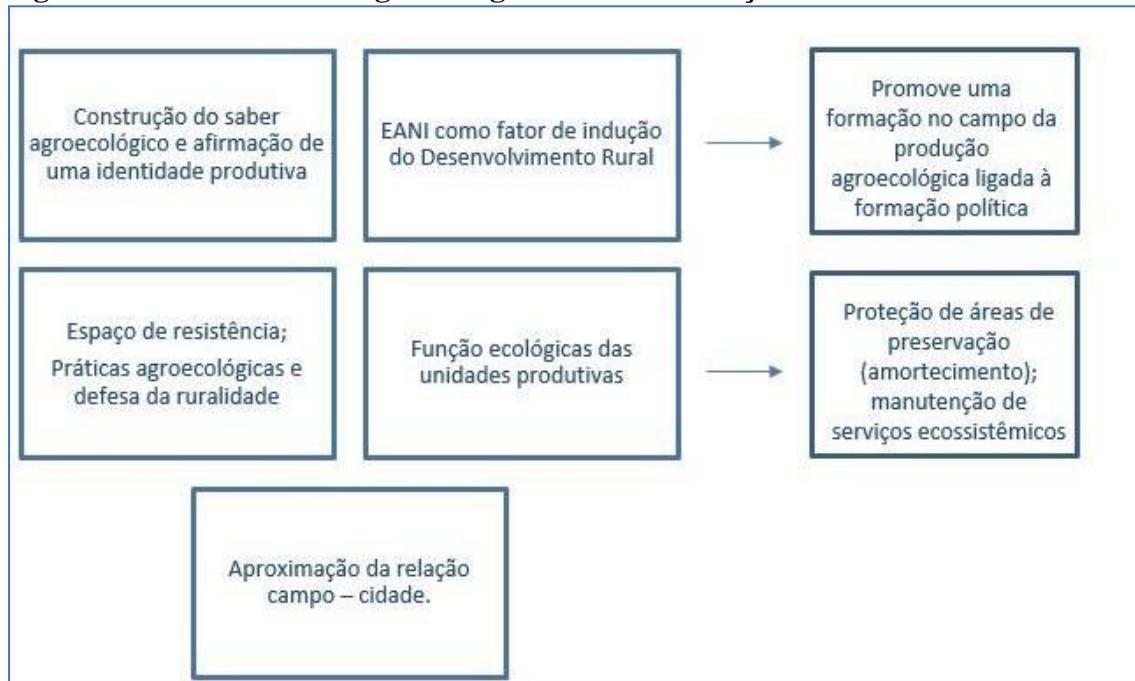
Para os autores, Sevilla Guzmán e González de Molina (1996), na agroecologia o manejo ecológico dos recursos naturais se dá através de ações coletivas e de caráter participativo, a partir de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica. Para os autores, o potencial endógeno da articulação entre o saber local e o conhecimento científico, são propulsores da conservação e manutenção da biodiversidade de um agroecossistema assim como da diversidade sociocultural da comunidade envolvida nesse processo.

Para Leff (2002), os saberes agroecológicos são construídos a partir de conhecimentos, técnicas e práticas características das especificidades de cada região e seus hábitos culturais, ecológicos e econômicos. O autor diz que desse modo a agroecologia não está limitada a uma ciência e se configura como um campo de saberes práticos articulados à diferentes níveis de ação política e produção teórica, que contribuem para uma agricultura mais sustentável e para a segurança alimentar e nutricional de comunidades rurais (LEFF, 2002).

Partindo dessa contextualização, foram analisadas dimensões ecológicas, sociais, econômicas, políticas e culturais da agroecologia descritas nas narrativas dos entrevistados que destacam a construção do conhecimento agroecológico e a relação entre agricultura e natureza, vividos a partir do espaço de formação proporcionado pela EANI e o lugar dessa experiência para a afirmação da agricultura familiar camponesa local.

Foram observados os aspectos centrais envolvendo à valorização das relações sociais, a afirmação da identidade dos trabalhadores rurais, estratégias de resistência para a manutenção das atividades agrícolas, a função ecológica das unidades produtivas associadas às técnicas de produção. A figura 12 apresenta a sistematização das dimensões identificadas nas ações da EANI e seus desdobramentos.

Figura 12: Dimensões da Agroecologia associadas às ações da EANI



Fonte: elaborado pela autora, 2021.

A seleção dos trechos norteadores para a definição da categoria foi realizada após uma leitura ampla das entrevistas associada ao referencial bibliográfico, que possibilitaram a interpretação dos resultados a partir da formação agroecológica proposta pela EANI, apresentados a seguir.

“Eu poderia dizer que a Escolinha é meio que o cérebro, mas um cérebro que eu posso dizer não puramente um cérebro intelectual em que se projeta o processo de formação e consolidação dessas experiências, mas é um cérebro ligado, como já dizia Padre Geraldo “numa intelectualidade que faz a travessia para o coração”. E é nessa transição entre o intelecto e o coração que há esse

encontro de pessoas que pensam, que produzem e que se articulam e, considerando essas experiências, é que acontece de fato a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu.” (AGENTE DA CPT 1)

“Um espaço de resistência territorial camponesa, resistência através da agroecologia porque dentro da agroecologia todas essas coisas elas aparecem: identidade cultural, categoria social, produção de alimentos saudáveis, circuitos curtos, aproximar e re-localizar a produção camponesa que tende a se extinguir na Baixada. Então, eu acho que é fundamental, é um espaço mesmo de resistência.” (TÉCNICO 4)

“E a Escolinha ela foi criada já com uma intenção de mostrar possibilidades de fazer produção Agroecológica para os agricultores, em uma região que tinha sido tradicionalmente agrícola, estava perdendo agricultura, a atividade sendo desvalorizada, pouco reconhecida. Alguns municípios da Baixada, Nova Iguaçu em especial, tinham mudado o Plano Diretor, transformando o município em área urbana e tinha toda uma história de trabalho com a agricultura, do rural, de manter a agricultura nesses lugares e a Escolinha me parece que é criada nesse sentido, de ser um espaço de formação de incentivo, de mostrar possibilidades de fazer agricultura ecológica aqui na região.” (TÉCNICO 3)

“E eu acho de fato que ela é uma referência importante não só para Nova Iguaçu, mas bem dizer para o Estado do Rio de Janeiro, ela ocupa um lugar central nesse campo da agroecologia no conjunto das experiências no estado do Rio de Janeiro.” (AGENTE DA CPT 1)

“Você vai em Nova Iguaçu, o senso comum é outro, é difícil você ir em Nova Iguaçu e encontrar gente plantando com veneno, é muito pouco, porque o pessoal passou pela Escolinha. A Escolinha é uma referência e eu acho que isso é uma coisa que é muito forte mesmo e acaba se tornando o senso comum, ou seja se você fala que bota veneno você é mal visto, porque a Escolinha vai martelando, vai batendo.” (TÉCNICO 3)

O espaço de formação proposto pela EANI, pautado nas relações sociais e nas técnicas produtivas de base agroecológica, lança mão de ferramentas de inclusão na aplicação da metodologia para a construção do saber agroecológico e isso têm, em certa medida, favorecido aspectos que envolvem a afirmação de uma identidade produtiva para o segmento da agricultura familiar, ou seja, uma identidade agroecológica.

“Não chegamos ainda a discussão da certificação, mas pelo menos as pessoas terem orgulho de dizer “*eu não uso produtos químicos na minha roça, é tudo sem agrotóxico e sem adubo químico*”, isso eles dizem de cabeça erguida e com muita propriedade e isso cria um elo de confiança entre eles e os clientes.” (TÉCNICA 1)

“A Escolinha ela trouxe o aprimoramento muito grande para o meu conhecimento, até hoje eu aplico aqui na feira. Foi muito importante passar pela Escolinha de Agroecologia.” (TRABALHADORA RURAL 3)

“Ainda a pouco estava falando sobre como tratar de pragas naturalmente, a gente aprendeu que consorciando as espécies, as culturas num canteiro, não vai ter praga. A gente aprendeu, por exemplo, como tratar a nematoide naturalmente com melaço, aprendemos a esterilizar as ferramentas naturalmente.” (TRABALHADORA RURAL 3)

Essa afirmação está presente na narrativa desses agricultores e agricultoras, ao definirem com clareza as dimensões da agroecologia presentes na sua produção e ao diferenciarem seus produtos agroecológicos dos produtos orgânicos, justamente pela presença dessas dimensões envolvidas no processo de produção e comercialização.

“Quando a gente envolve no agroecológico a gente entende que além da gente trabalhar com a produção pura, você trabalha preservando o meio ambiente, você trabalha preservando o ser humano, você não pensa só no capital, capitalismo. E o orgânico ele te dá essa visão só do capitalismo, quando você vem para o agroecológico, você entende que envolve muito mais do que isso. Então hoje eu sou uma agricultora agroecológica.” (TRABALHADORA RURAL 3)

“Minha produção é agroecológica, não é totalmente orgânica, mas é agroecológica.” (TRABALHADORA RURAL 2)

“Lógico, nós adquirimos alguns conhecimentos, mas foi para reafirmar a necessidade de trabalhar o orgânico, o natural, esse tipo de coisa assim. No nosso sítio é igual uma agrofloresta, tem muitas mangueiras, muitas jaqueiras, muito limão, cana, aipim, batata doce, tainha... Toda área que a gente puder cultivar a gente trabalha.” (TRABALHADOR RURAL 4)

E nesse aspecto a EANI cumpre a função de ser o fator indutor de um processo de desenvolvimento rural ao promover uma formação no campo da produção que está ligada a uma formação política, no sentido de promover uma leitura sobre o projeto político de desenvolvimento rural e de reforma agrária em curso atualmente, que está desarticulada de uma proposta de uma realidade agrícola vivida pelos próprios agricultores e agricultoras.

“E a tarde elas vieram para uma conversa conosco e a gente começou a avaliar e eu falei “gente, como é que a gente consegue, vocês conseguem, manter esse ritmo de produção sem nem ter água direito?” e isso é para dizer que o projeto gestado pela experiência de vida desses trabalhadores e trabalhadoras está sobrepondo as estratégias de morte estabelecida de forma verticalista e excludente do um projeto de reforma agrária construído por essa política que está aí imposta e colocada.” (AGENTE DA CPT 1)

“É sim, de grande valia sim, porque como eu te falei, graças a Deus em primeiro lugar de pois à Escolinha que onde nós aprendemos a cuidar da nossa produção e ter um lucro, porque até então a gente plantava e a praga vinha, os

bichos e comia tudo, e a gente não sabia o que fazer.” (TRABALHADOR RURAL 6)

“E aí começa um processo de formação desses trabalhadores e trabalhadoras da importância de aos poucos fazer essa transição que estavam chamando de “transição agroecológica”, e a porta de entrada foi a homeopatia das plantas. E eles começavam a perceber na prática que ia diminuindo o número de pragas que atacava a produção e ao mesmo tempo eles começavam a ver que o uso agroecológico, essa transição agroecológica que eles estavam fazendo, diferente da escuta que eles tinham por parte da lógica dos grandes fazendeiros, que sem agrotóxico você não produz, eles começavam a perceber que contrário a isso a produção pequena que eles tinham estava sobrevivendo a partir dessa experiência.” (AGENTE DA CPT 1)

No sentido do fortalecimento das ações práticas e teóricas voltadas para o segmento da agricultura familiar, a EANI tornou um espaço de resistência no município de Nova Iguaçu (RJ) frente as pressões sofridas sobre as áreas rurais. E essa resistência está impressa no manejo das unidades produtivas desses agricultores e agricultoras a partir da utilização das técnicas agroecológicas, assim como na defesa das ruralidades impressas nesse território e da necessidade da manutenção desse espaço considerado rural mesmo com avanço dos processos de urbanização.

“Se não tiver produção, aquilo lá um dia vai virar cidade.” (TRABALHADOR RURAL 5)

“Ou seja, eu acho que espaço da Escolinha ele é fundamental para a existência, para fortalecer e ajudar na permanência de uma categoria social importantíssima e que sofre pressão de todo jeito para diminuir, para ser extinta. No caso pressão urbana, por causa da ausência de políticas públicas.” (TÉCNICO 4)

A defesa desses espaços rurais atravessa a dimensão urbana quando se tornam fundamentais para a conservação e manutenção da biodiversidade local. As unidades produtivas de 5, dos 6 entrevistados, estão localizadas no entorno da Reservas Biológicas (REBIO) do Tinguá e das Áreas de Proteção Ambiental (APA) de Guandu, Guandu, Jaceruba e Tinguá. A sexta unidade encontra-se dentro dos limites do município de Nova Iguaçu, no Bairro de Geneciano.

“A gente mora em um lugar numa área rural, onde a gente totalmente monitorado. Tinguá é uma reserva biológica, todo mundo sabe. Se você for limpar uma terra você tem que saber limpar porque não pode queimar, e isso a gente também aprendeu, entendeu? (...) A gente planta aquelas árvores para poder segurar a água, gerir a água. E isso é de grande valia para a área da gente, para a minha família toda e a gente trabalha assim, pensando no amanhã, conservar hoje para ter o amanhã.” (TRABALHADOR RURAL 6)

“A gente já tinha essa ideia, da importância da agricultura em relação as áreas de proteção ambiental que a gente via geograficamente a localização delas. Então assim, manter as áreas rurais em torno das áreas de proteção ambiental é uma questão estratégica. (TÉCNICA 1)

“(...) a gente trabalha com inseto, e ele é muito sensível. Dependendo do que você for querer trabalhar com ele, além dele ficar muito agressivo você vai eliminar todas as espécies, então a gente trabalha sempre agroecologicamente, e tento sempre melhorar cada dia mais. Já tive alguns problemas com pesticida de vizinhos, de perder apiários inteiros.” (TRABALHADOR RURAL 1)

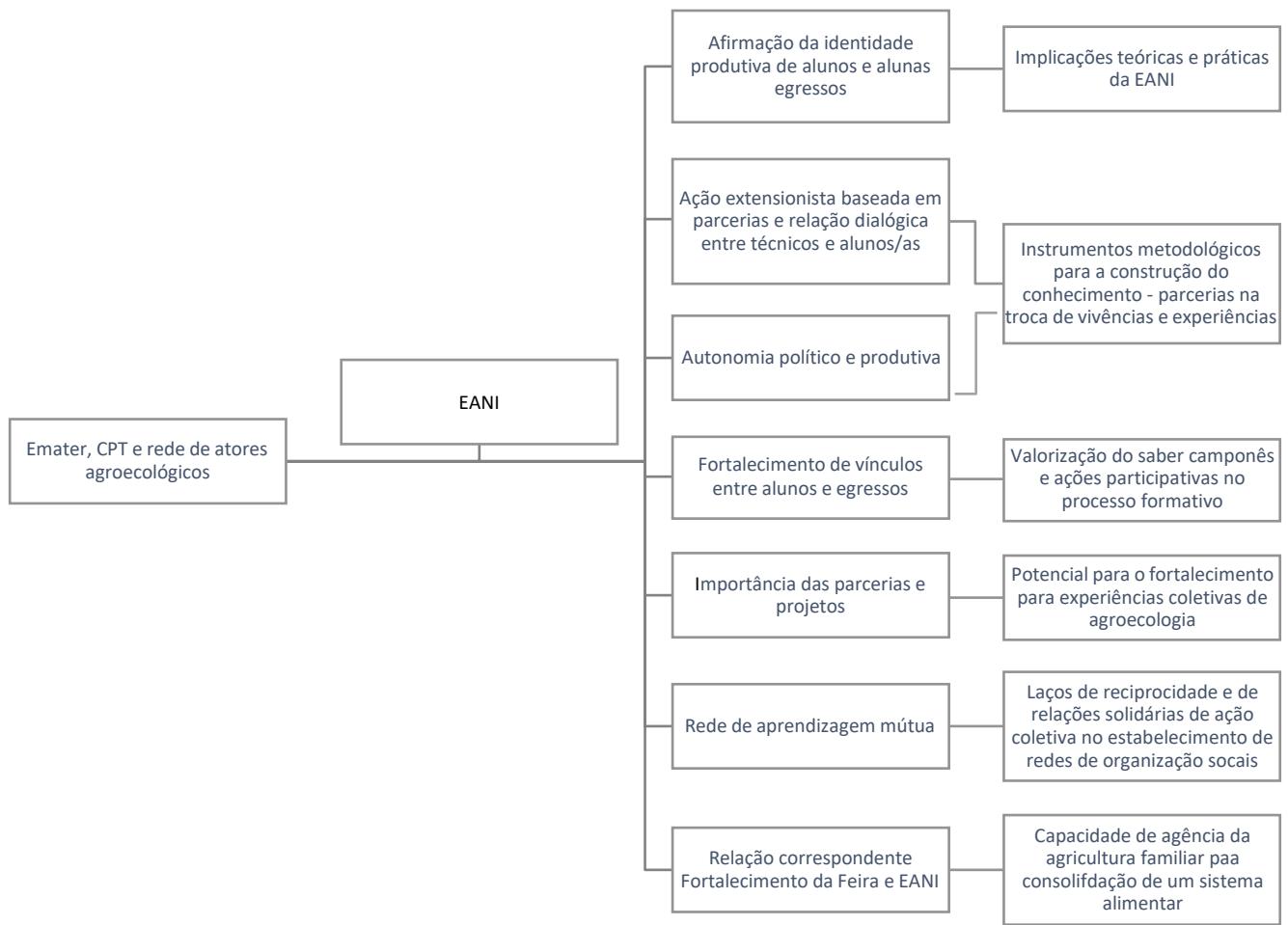
As atividades agrícolas desempenham a função ecológica de proteção dessas áreas, ao praticarem métodos alinhados a conservação dos recursos naturais locais, promover a regeneração de áreas degradadas anteriormente, e restauram os serviços ecossistêmicos prestados por esses agroecossistemas produtivos. Essa dimensão ecológica da agroecologia é um dos fatores que favorecem a aproximação entre o campo e a cidade nessas localidades, destacando a importância da agricultura para o município, dando mais visibilidade a essa produção presente tanto em suas comunidades quanto na Feira da Roça de Nova Iguaçu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseada no estudo de caso da experiência da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu (EANI), essa pesquisa se propôs a analisar a construção de um território agroecológico na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, a partir da sinergia entre ações públicas e sociedade civil. Para tanto a análise de conteúdo, baseada nas proposições de Bradin (1977), subsidiaram a formulação das quatro categorias de análise, da seguinte forma: 1) Redes de Organização Sociais (ROS); 2) Estratégias de Reprodução Social (ERS); 3) Ação Extensionista (AE); 4) Dimensões da Agroecologia (DA).

A figura 13 reúne os elementos identificados, a partir da aplicação da metodologia de análise de dados escolhida para a definição das categorias supracitadas, tendo a EANI como catalizadora de um espaço de formação agroecológica.

Figura 13: Elementos identificados a partir da aplicação da metodologia de análise de dados



Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Partindo da atuação do escritório local da Emater-Rio em Nova Iguaçu/RJ, em articulação com a CPT Baixada e demais membros de uma rede de atores agroecológicos, foi possível observar, a afirmação da identidade produtiva dos alunos e alunas egressos do curso, a partir das implicações teóricas e práticas dessa experiência para a construção de um território agroecológico.

Verificamos que os instrumentos metodológicos aplicados na construção do conhecimento agroecológico, baseados em parcerias com as instituições e organizações, que atuam efetivamente para o planejamento e execução das ações teóricas e práticas e, na troca de vivências entre os alunos e alunas, formam um processo dialógico entre técnicos e beneficiários. E assim, há a estruturação de uma ação extensionista que promove a autonomia política e produtiva de agricultores e agricultoras familiares envolvidos.

A valorização do conhecimento camponês e a atenção às demandas do segmento da agricultura familiar local, partindo de ações verdadeiramente participativas durante o processo

formativo, contam ainda com a contribuição dessas parcerias para a articulação dos vínculos entre alunos e egressos, assim como com outros atores locais, e no financiamento e execução de projetos voltados ao fortalecimento da EANI e da Feira da Roça de Nova Iguaçu.

Esse projeto, oriundos de recursos públicos, promoveram mudanças positivas, tanto estruturais quanto instrumentais, mesmo após o fim da sua execução, e mostram o potencial dessas ações para experiências coletivas com base na agroecologia, como por exemplo, a renovação das barracas e uniformes da Feira da Roça, além do fortalecimento das relações da AFERNI.

As ações desses projetos, preencheram lacunas referentes à atuação do governo municipal de Nova Iguaçu/RJ, que segundo os relatos coletados, não tem apoiados e tão pouco promovido ações que viabilizem estratégias para manutenção do espaço rural e suas respectivas dinâmicas sociais, produtivas e econômicas. Entretanto, apesar do impacto positivo das ações dos projetos, foi constatado que promover a continuidade e manutenção dos objetivos alcançados é uma demanda atual, havendo a carência de execução de novas propostas.

A mobilização a favor da prática agroecológica e da comercialização, se tornou uma alternativa de enfrentamento à essa escassez de ações efetivas ao fortalecimento da agricultura familiar, além da pressão sofrida pela urbanização sobre às áreas produtivas. Narrativas apresentadas, descreveram a construção de laços de reciprocidade e de relações solidárias de ação coletiva no estabelecimento de redes de organizações sociais, empreendidas pelos próprios agricultores e agricultoras egressos da EANI, a partir do estímulo gerado pelo curso.

A partir de um contexto de valorização da agricultura local e de luta pela terra na Baixada Fluminense, se estabeleceu uma relação correspondente da atuação da EANI com a Feira da Roça de Nova Iguaçu, como um espaço de comercialização de produtos da agricultura familiar local baseado nos princípios de produção socialmente e ecologicamente mais justo e solidários. Nesse aspecto, foi identificada uma adesão muito forte entre os feirantes ao curso da EANI, assim como a relação inversa também pode ser percebida, onde a partir da participação na EANI ou através da mobilização de articuladores dentro de suas comunidades, alguns trabalhadores e trabalhadoras rurais tomaram conhecimento das atividades da Feira.

Do estabelecimento desse fluxo, a partir das práticas agroecológicas, está a manutenção das próprias condições de existência da agricultura familiar e, a permanência do segmento no território. Além disso, o fortalecimento da Feira da Roça de Nova Iguaçu apoiado pelas ações da EANI, ampliou a oferta e o consumo de alimentos diversificados e saudáveis, em função do papel da agroecologia em suas múltiplas dimensões sociais, econômicas, socioculturais e ecológicas.

Como resposta, há um processo de fortalecimento da capacidade de agência dos atores envolvidos, associado às potencialidades da agricultura familiar para a consolidação de um sistema alimentar mais justo, saudável e resiliente, favorecendo a aproximação entre produção e consumo e a participação coletiva na gestão desse sistema. Isso ocorre tanto pelas ações da EANI, quanto pelas mobilizações das redes sociais, atuando na construção de condições qualitativamente melhores do que aquelas enfrentadas na realidade da agricultura local do município de Nova Iguaçu.

Nesse contexto, essa pesquisa estimula que novos estudos sejam empreendidos para analisar as relações endógenas dessas redes e o estabelecimento de um sistema alimentar a partir da experiência da EANI e da Feira da Roça de Nova Iguaçu.

As relações sinérgicas constituídas entre a EANI, as organizações parceiras e movimentos e organizações de agricultores familiares, sob a perspectiva agroecológica para a formação e qualificação técnica desse segmento, são indutoras dos ativos da construção de um território agroecológico na Baixada Fluminense e nesse sentido, estão apoiadas em ações extensionistas partindo das premissas ambientais e sociais nas relações de produção no meio rural.

Ainda destaca-se, como sugestão para futuras investigações, as dinâmicas territoriais impressas pela agricultura familiar agroecológica do município de Nova Iguaçu, que ao cumprirem uma importante função ambiental de amortecer os avanços da urbanização sobre às unidades produtivas localizadas no entorno de APAs, protegem remanescentes de vegetação nativa, mantém os serviços ecossistêmicos e promovem a conservação da biodiversidade local, configurando-se como importantes áreas de estudo sobre paisagens produtivas e produção agrícola regenerativa.

As limitações identificadas dessa experiência, de coordenação de um espaço de formação agroecológica, estão associadas principalmente ao que os técnicos entrevistados consideram como uma baixa adesão do chamado “agricultor clássico”. Isso porque, além das dificuldades de acesso ao curso referente às distâncias percorridas e aspectos financeiros para o deslocamento, muitos desses agricultores atendem a uma lógica de produção para suprir a demanda de mercados verticalizados, e não conseguem se adaptar a dinâmica proposta pela EANI, ainda que se mostrem interessados. Nesse sentido, a mudança do formato do curso anual para um curso oferecidos em módulos, foi uma estratégia criada para tentar alcançar esse objetivo.

Associado a isso, outra limitação identificada, refere-se a escassez de recursos financeiros e estruturais para viabilizar a execução das atividades, o que exige um empreendimento

muito grande do escritório da Emater-Rio em Nova Iguaçu na relação com os parceiros para a manutenção e continuidade da EANI. A difusão dessa experiência e a sua incorporação à agenda de planejamento da Emater-Rio, sob um olhar da prática de ATER, pode trazer bons resultados à nível local e regional.

Recomenda-se que, a partir dos resultados alcançados pela EANI, outras iniciativas semelhantes de ação pública do Estado em parcerias com instituições de ensino e pesquisa e da sociedade civil, para o desenvolvimento novos espaços de formação agroecológica, motivados pela ampliação da participação de agricultores e agricultoras familiares, sejam potencializadas e de fato implementadas.

Por fim, conclui-se que os limites de um território agroecológico na Baixada Fluminense são desenhados pelo contorno de um esforço empreendido através dos anos e envolve uma grande diversidade de atores. É um território de resistência, de múltiplas vivências e experimentações. É um território que percorre os caminhos da agroecologia e suas dimensões, alinhando o conhecimento científico e a valorização do saber popular. É, portanto, um território de vida. De muitas vidas que lutam pela manutenção das condições de existência de uma agricultura familiar rural e camponesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** IPEA. 1999.

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** IPEA n.702. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/o-capital-social-dos-territorios-repensando-o-desenvolvimento-rural/>> Acesso em: 13 de abril de 2020.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS. ABRAMOVAY, R., & alii. (mai./ago de 2010). Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares. *Sociologias*, Porto Alegre, 2013. ano 12, no 24, pp. 268-306.

ALBUQUERQUE, E. M. de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimativa de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas.** Dissertação (Mestrado) Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP, Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. 99p.

ALMEIDA, J. Por um outro olhar sobre o desenvolvimento rural In: **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique /** Jacione Almeida organizador. - Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2009. 267 p.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: Almeida, J. e Navarro, Z. **Reconstruindo a agricultura:** idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.33-55, 1997.

ALTIERI, M. A. **Bases agroecológicas para una producción agrícola sustentable.** Editorial Nordan-Comunidad, 1999. .Montivideo. 338 p.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** .Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, AS-PTA, 2012. 400 p.

AMÂNCIO, C. O. da G. **O sabor agriadoce da reforma agrária.** Tese (doutorado). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2006.

ARRUDA, J. **Agricultura urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias.** Tese (doutorado). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2011.

BANDURA, A. A evolução da teoria social cognitiva (R. C. Costa, Trad.). In A. Bandura, R. G. Azzi, & S. Polydoro (Orgs.). **Teoria social cognitiva: Conceitos básicos** (pp. 15-41). Porto Alegre: Artmed, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do desenvolvimento regional. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE** - Ano XIX – V. 2 - N. 37 - Agosto de 2017 -

Salvador,BA, p. 6–34. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.21452/rde.v2i37.4678>>. Acesso em 27 de março de 2019.

BERNARDI, J. **A organização municipal e a política urbana**. Editora EBPEX. Curitiba. 2007.

BOURDIEU, P. **Le Capital Social. Notes Provisaires**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 3:2-3., 1980.

CAMPOS, C. J. G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF) 2004 set/out;57(5):611-4.

CANO, W. **Ensaios sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília : MDA/SAF/DATER - IICA, 2004.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. III Congresso Brasileiro de Agroecologia. Florianópolis, SC, 17 a 20 de outubro de 2005. Disponível em: <http://biblioteca.emater.tche.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

CARON, P. et al. Sistemas alimentares para o desenvolvimento sustentável: propostas para uma profunda transformação em quatro partes. In: PREISS, P. V; SCHNEIDER, S. (Orgs). **Sistemas alimentares no século 21: debates contemporâneos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. 360 p.: pdf. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/211399>. Acesso em 14 de setembro de 2020.

CASSARINO, J. P; FERREIRA, A. D. D. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas alimentares alternativos: uma leitura a partir da rede ecovida de a agroecologia. In: NIEDERLE, P. A; ALMEIDA, L. VENEZZI, F. M. (Orgs). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba : Kairós, 2013. 393 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário de 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Harvard University Press, 1990, pp.300-320.

COSTABEBER, J. A.; GARRIDO, F.; MOYANO, E. **Ação coletiva e transição agroecológica: uma análise de experiências associativas em agricultura ecológica**. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10., 30 jul./5 ago. 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IRS, 2000. p. 1-13.

DALFOVO, W. T. et al. **A constituição de um modelo associativista familiar como alternativa de desenvolvimento local e regional sustentável: o caso do borboletário do Sesc Pantanal em Poconé-MT**. In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 40.,2010, Campo Grande. Anais. Campo Grande: SOBER, 2010.

DELGADO, N. G. **O papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional.** Rio de Janeiro, 2009.

DE-THOR, C.M. Da agricultura urbana para um urbanismo agroecológico: a via transformadora da agroecologia urbana (política). **Revista de Agricultura Urbana** n°. 33 - RUAF Foudation. Novembro, 2017.

EDUARDO, M. F. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Revista NERA, Presidente Prudente, ano 19, n° 31, p. 146-165, Mai.- Ago/2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3651>. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Envolving themes in rural development 1950s-2000s. **Development policy review**, Oxford (UK), v.19, n. 4, p 437-448, 2001.

ESCHER, F. **Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural: uma análise institucional comparativa de Brasil e China.** Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia.** Universidad Autónoma Latinoamericana UNAULA, 184 pp, 2014.

FACCO, V. A. B. Alternativas aos impérios alimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR). **Revista NERA.** Ano 18, n° 29, jul./dez. de 2015 - ISSN: 1806-6755. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3344>. Acesso em 15 de agosto de 2020.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, SP. v.1-2. 2013

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado da arte,** 2006. Disponível em RIMISP: <http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=3736>. Acesso em 18 de março de 2020.

FONTOURA, Y; NAVES, F. **Movimento agroecológico no Brasil: a construção da resistência à luz da abordagem neogramscianna.** Organ. Soc. [online]. 2016, vol.23, n.77, pp.329-347. ISSN 1984-9230. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9230778>. Acesso em: 25 de agosto de 2020.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade,** Ed, Paz e Terra Ltda., Rio de Janeiro, 1971.

FREIRE, P. **Educação e Mudança,** Ed. Paz e Terra S.A., São Paulo, 1979.

FREITAS, A. F; FREITAS, A. F. Interações entre organizações coletivas na promoção do desenvolvimento local. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 177-188, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/201>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

FURTADO, C. A nova visão do desenvolvimento: influência de alguns autores. In: FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980, p. 29-40.

FURTADO, C. Desarrollo y subdesarrollo. **Colección Cuadernos** 196, Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1961.

GILDENS, A. **The constitution of society: an outline of the theory of structuration**. UK: Cambridge, Polity Press, 1984

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GRAZIANO, J da S. **O novo rural brasileiro**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1)

GRAZIANO, J. da S. A reforma agrária no Brasil do século XXI. **Valor Econômico**, 27 de jul. de 2007.

GRISA, C. Diferentes olhares na análise de políticas públicas: considerações sobre o papel do Estado, das Instituições, das ideias e dos atores sociais. In: **Sociedade e Desenvolvimento Rural** (online), v. 4, n.1, 2010.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil**. Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007. Acesso em: 08 de janeiro de 2021.

GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; JONES, V. N.; WOOLCOCK, M. **Questionário Integrado para Medir Capital Social**. Grupo Temático sobre Capital Social. Washington, D.C.; World Bank, 2003.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF: INCRA/FAO, MDA, 2000. Disponível em: www.incra.gov.br/fao, acessado em: 20 de janeiro de 2020.

GUANZIROLI, C. E; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

GUIMARÃES, M. D. A. **Desenvolvimento rural: territórios e redes**. Tese (doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA, 2013.

HAESBAERT, R. **A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda**. Terra Livre. São Paulo, v. 1, n. 18., pp. 37- 46, 2002.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel (Org.). **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: ASTA/FASE, 1989. p.25-41.

HILMI, A. **Transição na Cultura Agrícola**. The More than Better Network. 2012.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

LATOUCHE, S. Padrão de vida. In: SACHS, W (Org.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis: Vozes, 2000.

LANÇA, V. S. **Desafios para Políticas de Apoio à Agricultura Familiar em Área Periurbana: o caso da cooperativa UNIVERDE – Nova Iguaçu/RJ.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. 158 p.

LEADER. Ligação entre ações de desenvolvimento da economia rural, circuitos curtos ou circuitos longos? **Inovação em meio rural - Caderno n°7 – Jul./2000.**

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002

LISBOA, T. C.; BONASSI, S. A. O associativismo como estratégia competitiva no varejo: um estudo de caso na AREMAC – AM. Associação Regional de Material de Construção da Alta Mogiana. **Revista Eletrônica da Administração**, Franca, v. 2, n. 2, p. 1-25, 2003.

LONG, N. **Resistance, Agency and Counterwork: a theoretical positioning.** In: The fight over food: producers, consumers, and activists challenge the global food system. Org. Wynne Wright and Gerr Middendorf. University Park, Pennsylvania, 2007.

MACHADO, F. da S. **A dinâmica da agricultura periurbana no município de Nova Iguaçu-RJ.** Revista do Departamento de Geografia da PUC-Rio, ano 3, n.5. Rio de Janeiro: GEOPUC, 2010. Disponível em: <<http://geopuc.geo.puc-rio.br/media/Artigo2ano3n1.pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2020.

MACHADO, F da S. A variação espacial da produção agrícola na região metropolitana do RJ. Observatorium: **Revista Eletrônica de Geografia**, v.2, n.5, p.88-113, nov. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/45026>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

MARSDEN, T., et alii. **Constructing the Countryside.** Oxford: Westview Press, 1993.

MENDES, F. C. **Políticas e Inovação Para a Agricultura Urbana: Estudos dos Casos de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro – Brasil), Rio Cuarto (Córdoba – Argentina) e Sevilla (Andalucía – Espanha).** Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica. 2015.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.09-29.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Áreas Protegidas.** Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas.html>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Serviços Ecossistêmicos. 13 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/ecossistemas-1/conservacao-1/servicos-ecossistemicos/servicos-ecossistemicos-1>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2021.

MONTEIRO D; MENDONÇA M, M. 2007. **Promoção da agroecologia na cidade: reflexões a partir do programa de agricultura urbana da AS-PTA.** In: ENCONTRO

NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2., 2007. Disponível em:<http://aspta.org.br/programas-de-agricultura-urbana/parceiros-locais/livro%20CCA%20AS-PTA-RJ.pdf>. 2015. Acessado em 10 de dezembro de 2020.

MONTE-MÓR, R. L. **O que é urbano no mundo contemporâneo?** In: BAVA, Silvio Caccia (Org.). Desenvolvimento local. São Paulo: Polis, n.25, 1996. p.63-74.

MONTE-MÓR, R. L. **As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil.** In: DINIZ, C.C.; CROCO, M. A. (Eds.). Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006b. p. 61-85.

MOTA, N. L. C.; SILVA, R. F.; MELO, E. B.; LIMA, I. S.; CARNEIRO, S. Q. **Da Extensão Rural difusionista aos Sistemas Agroflorestais: uma breve discussão.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29, 2006, Brasília. Anais... São Paulo: Intercom, 2006. CD-ROM Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0998-2.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2021.

MOUGEOT, L. 2000. **Agricultura Urbana: Conceito e Definição.** Revista de Agricultura Urbana. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU / AU1 /AU1conceito.html>. Acesso em: 08 de dezembro de 2020.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 22ª. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias de criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v.16, nº 2, 97-134, 1999.

OLIVEIRA, R. S. Distintas Noções de Baixada Fluminense: a busca do entendimento da constituição política da região – apresentação otimista sobre o seu crescimento latente. In: OLIVEIRA, R. S. (organizador). **Baixada Fluminense: novos estudos e desafios.** Rio de Janeiro: Editora Paradigma, 2004. pp. 17-47

OLIVEIRA, R. S. O ouro e o café na região de Iguaçu: da abertura de caminhos a implantação da estrada de ferro. In: **Revista Pilares da História**, ano III, nº04, maio de 2004. pp. 07-21.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente**, 1987. Disponível em <<https://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>>. Acesso em 11 de junho de 2019.

PENROD, J.; PRESTON, D.B., CAIN, R. & STARKS, M.T. A discussion of chain referral as a method of sampling hard-to-reach populations. **Journal of Transcultural nursing**, vol 4. nº2.April, 2003. 100-107p.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia.** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27480/R%20-%20T%20-%20PEREZ-CASSARINO%2c%20JULIAN.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

PEREZ-CASSARINO, J; FERREIRA, A. D. D. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas alimentares alternativos: uma leitura a partir da rede Ecovida de Agroecologia. **Agroecologia : práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Organizadores Paulo André Niederle, Luciano de Almeida, Fabiane Machado Vezzani. Curitiba : Kairós, 2013. 393 p.

PERNET, F. **Exploitation agricole ou exploitation rurale?**. In: Coulomb et alii. Les agriculteurs & la politique. Paris: PFNSP, 1990, p. 301-309.

PETERSEN, P. **Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro: caderno de experiências agroecológicas.** 1 ed. Rio de Janeiro, 2014. 249p.

PETERSEN, P.; MONTEIRO, D. **Agroecologia ou Colapso.** Outras Palavras. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/Agroecologia-oucolapso-2/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

PIRES, M. L. Lins e S. **A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate.** In: LIMA, Jorge R. T. (Org.). Extensão rural e desenvolvimento sustentável. Recife: Bagaço, 2003, 45-70.

PLEIN, C; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Município de Iporã d' Oeste, Santa Catarina. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v.6, p. 231-254, 2004.

PLOEG, J. D. van der. et al. Rural Development: from Practices and Policies towards Theory. **Sociologia Ruralis**. Wageningen, v. 40, n. 4, 2000. p. 391-408.

PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development.** Amsterdam: Royal Van Gorcum, 2008. 262 p.

PLOEG, J. D. van der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa.** In: Peteresen, Paulo. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009.

PLOEG, J. D. van der. **Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional.** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 114-140.

PREISS, P. V; SCHNEIDER, S. **Sistemas alimentares no século 21: debates contemporâneos.** PREISS, P. V; SCHNEIDER, S. (Orgs). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. 360p. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br>. Acesso em: 12 de setembro de 2020.

PUTNAM, R. D. **The Prosperous Community: Social Capital and Public Life.** The American Prospect nº 13, 1993. Disponível em: <http://epn.org/prospect/13/13putn.htm>. Acesso em: 10 de jan. 2021.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna.** Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RENTING, H. **Explorando a agroecologia urbana como um marco para transição para sistemas alimentares regionais sustentáveis e justos**. Revista de Agricultura Urbana no . 33 - RUAF Foudation. Novembro de 2017. Disponível em: <https://ruaf.org/what-we-do/urban-agriculture-magazine/urban-agriculture-magazine-portuguese/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

RODRIGUES, A. **De maxambomba a Nova Iguaçu (1833 – 90's): economia e território em processo**. Dissertação (Mestrado em Política Econômica). Universidade de Campinas (UNICAMP). Rio de Janeiro, 118 p. 2006.

ROSA, M. C. **Um espaço de formação na Baixada Fluminense: a escolinha de agroecologia de Nova Iguaçu**. Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro: caderno de experiências agroecológicas. 1.ed. Rio de Janeiro, 2014. p. 102-109.

ROLNIK, R. **Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 11, n° 2, 2009, p. 31-50.

ROVER, O. J. **Redes de poder e governança local: análise da gestão político-administrativa em três fóruns de desenvolvimento com atuação na região Oeste de Santa Catarina/Brasil**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017. 251 p.

SACHS, IGNACY. **Desenvolvimento sustentável**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília, 1996. 25 p.

SANTIN, J. R. **Globalização, direitos sociais e poder local**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis, 2000.

SCHMITT, C. J. **Sociedade, natureza e desenvolvimento sustentável: uma abordagem preliminar**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, março 1995.

SCHMITT, C. J; PORTO, S. I.; MONTEIRO, D; LOPES, RODRIGUES, H. **Fortalecendo redes territoriais de agroecologia, extrativismo e produção orgânica: a instrumentação da ação pública no Programa Ecoforte**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 312-338, jun. 2020.

SCHMITT, C.J.; GRISA, C. Agroecologia, Mercados e Políticas Públicas. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. (org.). **Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas Públicas para uma Nova Agricultura**. Curitiba, 2013. Parte II, Cap. 3, p. 215-266.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: v.18, n°51, p.99-122 , fev. 2003.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias no.11 Porto Alegre Jan./ Junho 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222004000100006. Acesso em: 09 de junho de 2020.

SCHNEIDER, S. Territorio, Ruralidade e Desenvolvimento. In: F. VELÁSQUEZ LOZANO, & J. G. MEDINA, **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el**

Siglo XXI. 1 ed. v. 1 (pp. 67-108). Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol 30, nº 3 (119), 511-531, 2010.

SCHNEIDER, S. e GAZOLLA, M. Os atores entram em cena. In: SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. (Org.) **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. **Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España**. In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (ed.). El campo y la ciudad. Madrid: MAPA, 1996. p.153-197.

SEVILLA GUZMAN, E.; SOLER, M. **Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria**. PH Cuadernos, v. 26, 2010.

SILVA, E. M. **A recriação religiosa na expansão da fronteira agrícola no Brasil meridional: cultura, catolicismo sacramental e o estabelecimento do MST**. Revista de História [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012.

SILVA, L. De Recôncavo da Guanabara a Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, Nilópolis, v. 3, n. 5, 2013.

SILVA, L. **De Grande Iguaçu à Baixada Fluminense: Formação econômica e urbana de uma região**. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas De Grande Iguaçu à Baixada Fluminense: Formação econômica e urbana de uma região. PPGDT/UFRRJ, 2017.

SIMÕES, M. R. Da grande Iguaçu a Baixada Fluminense: emancipação política e reestruturação espacial. In: OLIVEIRA, R. S. (organizador). **Baixada Fluminense:novos estudos e desafios**. Rio de Janeiro: Editora Paradigma, 2004.

SIMÕES, M. **A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, UFF. 292p. Niterói, 2004.

SOARES, M. T. de S. **Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro**. 1960. 134 p. Tese (livre docência) - Faculdade Nacional de Filosofia. Programa da Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Rio de Janeiro, 1960

SOARES, S. H. M. **Os laços da educação popular da Agroecologia na práxis da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu/RJ**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ. Seropédica, RJ. 2015.

SOUZA, M. J. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C; CORRÊA, L. R. (orgs), **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, pp. 77-116.

SOUZA, E. G. de. **A cidade no campo e o campo na cidade: contribuição para o estudo da organização espacial e política das zonas rurais do município de Nova Iguaçu**. Trabalho de conclusão de curso – Curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. 65p.

STRAUCH, G. de F. E; MENDONÇA, M. M; ROSA, M. C. Feiras da Roça: desvelando a agricultura familiar da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Agriculturas**. V. 9, n. 2. set.2012, p. 29-34.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: território e participação. In: TENÓRIO, F. G (org) **Cidadania, território e atores sociais**, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, pp. 61-85.

TRICHES, R; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, 12(75). 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.cdr12-75.asac>. Acesso em: 08 de outubro de 2020.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

VEIGA, J. E. Perspectivas Nacionais do Desenvolvimento Rural. In: **Agricultura, Meio Ambiente e Sociedade e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**, organizado por Shigeo Shiki, José Graziano da Silva e Antonio Cesar Ortega, Uberlândia: UFU/CNPq/FAPEMIG, 1997, pp: 101-118

VEIGA, J. E. A encruzilhada estratégica do Brasil rural. In: E. P. Correa, & J. M. Sumpsi., **Políticas, Instrumentos y Experiencias de Desarrollo Rural en América Latina y Europa**. Madrid: Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2001

VEIGA, J. E. A insustentável utopia do desenvolvimento. In: LAVINAS, L; LIANA, M. F; CARLEIAL, M. R. N. (orgs) **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**, São Paulo: ANPUR-HUCITEC, 1993, pp.149-169.

VEIGA, J. E. **O Brasil rural precisa de um projeto**. Anais do 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Vol. 1. (pp. 153-186). Poços de Caldas, MG: SOBER, 1998.

VENTURA, F; PLOEG, J. D. van der. Rural development: some tentative conclusions. **Rivista di Economia Agraria**, Roma, v.65, n.2, p.319-335, 2010.

Vergara, S. C. Método de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades contemporâneas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 15, 2000, p. 87- 146.

WANDERLEY, M. N. B. A Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 15, 2003, p. 42 - 61.

WANDERLEY, M. N. B; FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipológicas territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013, p. 413-458.

WHA - World Health Association. **Division of Mental Health: Qualitative Research for Health Programs**. Geneva/NY. 1994

ANEXOS

I. ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA TÉCNICOS DA EMATER-RIO, EMBRAPA AGROBIOLOGIA, AS PTA E INTEGRANTES DA CPT

Nome:

Profissão:

Idade:

1. Descreva brevemente como e onde a sua instituição/organização atua e qual a relação com a EANI.
2. Pode descrever quando e como deu início a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu? Descreva quais instituições e/ou organizações estiveram envolvidas, o ano de início das atividades, a localidade, fatores locais que influenciaram para o início das atividades e outras informações que achar relevantes.
3. Do início das atividades da EANI, como a sua instituição/organização participou/participa? Indique, por favor, caso tenha ocorrido mudanças entre os anos de 2007 até a presente data.
4. Como você define a atuação da EANI quanto a formação que o curso oferece?
5. Você acredita que a EANI contribui para a construção de redes entre os agricultores egressos? As redes, organizações e mobilizações já existentes foram ou são fortalecidas pelas ações da EANI? Por favor, cite algumas das práticas coletivas entre os egressos da EANI que você tenha conhecimento.
6. Em relação ao estabelecimento da Feira da Roça de Nova Iguaçu, há alguma vinculação com as ações da EANI? Poderia descrever de que maneira a EANI pode contribuído para início das atividades da Feira e para sua retomada?
7. Atualmente, existe uma relação direta entre a EANI e a Feira da Roça de Nova Iguaçu? Se possível, faça algumas considerações a respeito desta vinculação com o acesso dos/as agricultores/as aos mercados curtos de comercialização.
8. No contexto da agricultura urbana e periurbana no município de Nova Iguaçu, como você aproxima os debates da EANI com essa realidade? Quais suas principais contribuições para esse perfil de agricultor/as?

9. Você acredita que a EANI tem contribuído para reprodução e permanência de agricultores/as familiares no território a partir da afirmação da identidade cultural destes sujeitos? Descreve os fatores que você localiza neste processo.
10. Espaço destinado para contribuição e outras informações relevantes.

II. ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AGRICULTORES DA FEIRA DA ROÇA DE NOVA IGUAÇU (RJ) EGRESSOS DA EANI

Nome:

Profissão:

Idade:

Localidade:

1. Conte um pouco sobre a sua história com a Agricultura. O local da sua residência também é o local da sua produção agrícola/agropecuária?
2. Como entrou na AFERNI?
3. Você foi aluno/a da EANI? Em que ano? Concluiu o curso? Conte como conheceu a EANI e como foi a sua experiência com o curso – Após a conclusão do curso continuou frequentando a EANI, como?
 - 3.1 Para agricultores/as da AFERNI que não foram alunos da EANI: tem vontade de realizar o curso e por quê?
4. O que é produzido atualmente na sua propriedade? Houve alguma mudança no que é produzido depois de realizado o curso da EANI?
5. Como agricultora/a, como você se identifica (agroecológico, orgânico, convencional, urbano, rural, etc)? A agricultura é sua única fonte de renda ou exerce outra atividade remunerada?
6. Atualmente, onde é vendido o que o você produz?
7. Você participa de programa, feira e outras iniciativas para a venda da sua produção? Já participava antes da EANI? Houve alguma influência da EANI para começar a participar?
8. Em 2012, foram executados dois projetos, um pelo MDS e outro pela PETROBRÀS, tendo os dois os mesmos objetos (beneficiários, apoio às feiras e às organizações de agricultores), você acredita que eles tiveram sucesso e atingiram seus objetivos? Houve relação entre eles? Você ainda percebe os benefícios trazidos por eles, ou se desfizeram?

9. Você acredita que o trabalho desenvolvido pela EANI é importante para a agricultura local e por quê?
10. O que você considera importante para fortalecer a agricultura familiar de Nova Iguaçu? O que você mais sente falta para apoiar a sua produção e a comercialização dela?
11. Apenas para agricultores ex-alunos da EANI: Além das práticas agroecológicas, o que mais você acredita que a EANI tenha contribuído?
12. Você acha que a sua produção é importante para a conservação da natureza, como?

III. FOLDER DA FESTA DA PARTILHA DA SEMENTES E MUDAS

5 ª FESTA DA PARTILHA DE SEMENTES E MUDAS

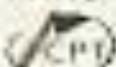
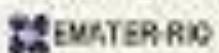


27 de julho de 2019 – 9h00 às 13h00

Catedral de Santo Antônio – Nova Iguaçu
Av. Marechal Floriano Peixoto 2262

Traga suas sementes e mudas para trocar por outras.
Plantas alimentares, medicinais, aromáticas ou ornamentais.
Entrada franca – Não é preciso inscrição prévia
Não será permitida comercialização, apenas troca ou doação.

PROMOÇÃO



Catedral de
Santo Antônio

**IV. FOLDER DE DIVULGAÇÃO DA FEIRA DA ROÇA DE NOVA IGUAÇU
(RJ)**

Feira da Roça de Nova Iguaçu
Fortalecendo a agricultura familiar
do município

Tem aipim, quiabo, jiló e todo tipo de verdura. Tem banana, jaca, jenipapo e jambo. Tem sucos, bolos, tapioca e até artesanato. Tem tudo isso e muito mais. Venha prestigiar os produtos saborosos e saudáveis produzidos na própria região.

A Feira da Roça de Nova Iguaçu é a expressão da agricultura familiar do município. Todas as quartas-feiras, das 8h às 17h, agricultoras e agricultores se reúnem na Praça Rui Barbosa para vender os produtos que tiram da própria terra. A feira busca resgatar alimentos, gostos e hábitos do nosso lugar.

A Baixada Fluminense é uma das áreas mais urbanizadas do Brasil. Ainda assim, aqui possuímos áreas verdes onde mulheres e homens vêm semeando agricultura, fazendo das roças uma alternativa de geração de renda e de produção de alimentos para as famílias do campo e para a população da cidade.

Feira da Roça de Nova Iguaçu
Praça Rui Barbosa
Todas as quartas-feiras das 8h às 17h

Apoio:

Semeando Agroecologia, AS-PTA, CPT, Diocese de Nova Iguaçu, Prefeitura de Nova Iguaçu, Desenvolvimento & Cidadania, PETROBRAS, PETROBRAS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, BRASIL, PAÍS RICO E PAÍS SEM PÓRTEA

Patrocínio:

TERMO Nº 631/2021 - PPGDT (12.28.01.00.00.00.11)

Nº do Protocolo: 23083.041667/2021-28

Seropédica-RJ, 15 de junho de 2021.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

ANA LORETA XENOFONTE DE PINHO PAIVA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre(a) no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO

APROVADA

EM

10/03/2021.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

CRISTHIANE OLIVEIRA DA GRAÇA AMÂNCIO. Dr.^a EMBRAPA
(Orientadora, Presidente da Banca)

ANA CRISTINA SIEWERT GAROFOLI. Dr.^a EMBRAPA

GUILHERME DE FREITAS EWALD STRAUCH. Dr. EMATER-RJ

(Assinado digitalmente em 24/06/2021 15:33)
CRISTHIANE OLIVEIRA DA GRAÇA AMÂNCIO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 020.506.354-35

(Assinado digitalmente em 13/09/2021 18:22)
ANA CRISTINA SIEWERT GAROFOLO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 160.714.998-28

(Assinado digitalmente em 15/06/2021 20:37)
GUILHERME DE FREITAS EWALD STRAUCH
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 693.400.487-68

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **631**, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **15/06/2021** e o código de verificação: **e012231e2c**